

Cristiana Costa da Rocha
Francivaldo Alves Nunes
(orgs.)

FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS

lugares de disputas entre a
Amazônia e o Meio-Norte



FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS:

**LUGARES DE DISPUTAS ENTRE
A AMAZÔNIA E O MEIO-NORTE**

Cristiana Costa da Rocha
Francivaldo Alves Nunes
(orgs.)

FRONTEIRAS E TERRITÓRIOS:

**LUGARES DE DISPUTAS ENTRE
A AMAZÔNIA E O MEIO-NORTE**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2026 Editora Cabana
Copyright do texto © 2026 Os autores

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico: Eder Ferreira Monteiro
Diagramação: Helison Cavalcante
Coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto
Revisão: Elizier Junior Araújo dos Santos
Imagem de capa: *Doca do Ver-o-Peso*, autoria não identificada, cerca de 1910. Acervo do Instituto Moreira Salles.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Fronteiras e territórios: lugares de disputas entre a Amazônia e o meio-norte [recurso eletrônico]/ Organização e Apresentação de Cristiana Costa da Rocha, Francivaldo Alves Nunes; Prefácio de Sebastián Martínez Botero. – Ananindeua-PA: Cabana, 2026.

F935

Autores: Antônio Alexandre Isídio Cardoso, Airton dos Reis Pereira, Cristiana Costa da Rocha, Elias Diniz Sacramento, Francivaldo Alves Nunes, Igor Thiago Silva de Sousa, Ricardo Braga Brito, Marcos Montysuma.

146 p., fotos.; 16 X 23 cm (recurso eletrônico, PDF)

ISBN 978-65-82718-14-4

1. Amazônia. 2. Território. 3. Fronteira. 4. História. I. Rocha, Cristiana Costa da (Organização e Apresentação). II. Nunes, Francivaldo Alves (Organização e Apresentação). III. Botero, Sebastián Martínez (Prefácio). IV. Título.

CDD 918.11

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático
I. Amazônia



[2026]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito (UFOB)
Dra. Adriana Angelita da Conceição (UFSC)
Dra. Adriane dos Prazeres Silva (UEPA)
Dra. Ana Zavala (Facultad de la Cultura, Instituto Universitario –
Centro Latinoamericano de Economía Humana. Montevideo, Uruguay)
Dra. Camila Mossi de Quadros (IFPR)
Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil (UFRGS)
Dra Cláudia Mortari (UDESC)
Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Francivaldo Alves Nunes (UFPA)
Dra. Juliana Teixeira Souza (UFRN)
Dra. Luciana Rossato (UDESC)
Dra. Luciana Oliveira Correia (UNEB)
Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva (UEPA)
Dr. Márcio Couto Henrique (UFPA)
Dr. Sandor Fernando Bringmann (UFSC)

CONSELHO CIENTÍFICO

Dr. Adilson Junior Ishihara Brito (UFPA)
Dr. Elison Antonio Paim (UFSC)
Dr. Marcelo de Souza Magalhães (UNIRIO)
Dra. Mônica Martins Silva (UFSC)
Dr. Wilian Junior Bonete (UFPel)
Dra. Pirjo Kristiina Virtanen
(University of Helsinki, Finland)

Financiamento:



SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
Sebastián Martínez Botero	

APRESENTAÇÃO	13
Cristiana Costa da Rocha Francivaldo Alves Nunes	

01	1840 - 1880		18
	PARÁ - CEARÁ		
“FILHOS DE PROVÍNCIAS LABORIOSAS”: OS CEARENSES E A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARÁ DO SÉCULO XIX			
Francivaldo Alves Nunes			

02	1880 - 1900		34
	RIO PURUS		
UM PROJETO CALIFORNIANO NA AMAZÔNIA: ASAHEL PIPER, O DESVENTURADO PIONEIRO NAS FRONTEIRAS GLOBAIS DO CAPITALISMO DO SÉCULO XIX			
Antonio Alexandre Isidio Cardoso			

03	1970 - 1980		57
	SUL E SUDESTE PARAENSE		
A LUTA POR TERRA: ENTRE MIGRAÇÕES, OCUPAÇÕES E ACAMPAMENTOS NA AMAZÔNIA PARAENSE			
Airton dos Reis Pereira Marcus Montysuma			

04 SÉCS. XIX - XX 91
MEIO-NORTE / AMAZÔNIA

**MIGRAÇÃO, GRANDES PROJETOS E A (RE)EXISTÊNCIA
DE CAMPONESES NO MEIO-NORTE**

Cristiana Costa da Rocha

05 SÉCS. XIX - XX 105
AMAZÔNIA PARAENSE

**ONDE ESTÁ A RAÇA NOS DEBATES AGRÁRIOS BRASILEIROS?
UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA**

Ricardo Braga Brito
Igor Thiago Silva de Sousa

06 1980 - 1988 122
MOJU / PARÁ

**“QUANDO NOVOS ATORES ENTRARAM EM CENA”:
EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS, VIOLÊNCIA, ASSASSINATOS E O
DIA EM QUE OS PISTOLEIROS FUGIRAM DE MOJU/PA (1988)**

Elias Diniz Sacramento

SOBRE OS AUTORES 142

PREFÁCIO

Fronteiras espelhadas: uma leitura desde o Ocidente colombiano

Recebi o convite para prefaciар este livro com uma alegria que excede o protocolo. Para um historiador colombiano dedicado ao estudo das fronteiras interiores do século XIX, o Brasil sempre significou um mundo maravilhoso e, confesso, desperta em mim uma curiosidade permanente, talvez precisamente por tudo aquilo que, desta parte do continente, ainda desconhecemos sobre ele. Compartilhamos a maior floresta do planeta, problemas agrários de notável semelhança e dois séculos de experiências republicanas paralelas; no entanto, seguimos nos lendo pouco e mal. Somos povos irmãos divididos por interesses externos aos nossos: primeiro, pelas linhas traçadas em gabinetes ibéricos; depois, pelas geografias do capital e pelos circuitos acadêmicos que nos ensinaram a olhar para o Norte antes de olhar para o vizinho. Por isso, cada vez que nos interpretamos conjuntamente, abre-se uma dupla oportunidade: a de aprendermos um com o outro e, sobretudo, a de nos reinterpretarmos. Foi com esse espírito que li os capítulos aqui reunidos, e é desse lugar, o de um leitor andino debruçado sobre a Amazônia e o Meio-Norte brasileiros, que escrevo estas páginas.

A aposta central desta obra consiste em tomar a fronteira não como uma linha cartográfica, mas como uma categoria analítica capaz de revelar tensões estruturais da formação social brasileira e, eu acrescentaria, latino-americana. Trata-se de uma escolha teórica de profundas consequências. A historiografia das Américas carregou, por muito tempo, o peso do modelo de Frederick Jackson Turner, que fez da fronteira o espaço vazio onde a civilização avançaria e a democracia se forjaria. Os estudos latino-americanos, entre os quais José de Souza Mar-

tins constitui uma referência incontornável, inverteram essa equação: a fronteira é o lugar do encontro e, sobretudo, do desencontro; é uma frente de expansão sobre territórios socialmente ocupados, um ponto de fricção entre temporalidades distintas e um espaço onde a alteridade se manifesta, com frequência, sob a forma da expropriação e da violência. Os organizadores deste livro assumem essa perspectiva com clareza, e os seis capítulos a confirmam empiricamente. Do Pará oitocentista aos conflitos agrários do tempo presente, o que se repete não é o vazio, mas o discurso do vazio, esse poderoso dispositivo de legitimação que, em nome do deserto a povoar, autorizou políticas de colonização, grandes projetos de intervenção e sucessivas desposseções.

Leio esses processos a partir de uma experiência de pesquisa que, guardadas as devidas proporções, dialoga intimamente com eles. Há anos me ocupo das fronteiras interiores do Centro-Oeste colombiano no século XIX, em particular do processo conhecido como colonização antioqueña: o avanço de famílias camponesas sobre as vertentes da Cordilheira Central, a fundação de dezenas de povoados e a integração paulatina dessa fronteira interna ao Estado-nação então em construção. Durante muito tempo, a memória regional narrou esse processo como uma epopeia democrática de pioneiros armados de machado e família, nossa versão andina do mito turneriano. A pesquisa histórica, contudo, foi revelando outra realidade: terras ditas baldias que não estavam vazias; tensões persistentes entre colonos pobres e grandes concessões territoriais; a fundação de povoados como dispositivo, a um só tempo espontâneo e estatal, de ordenamento do território; e uma narrativa de branqueamento que apagou as presenças indígenas e negras da história regional. Ao ler este livro, reencontrei essas mesmas tramas em chave amazônica, e esse reconhecimento mútuo é, talvez, a melhor demonstração de que as realidades históricas latino-americanas correm, ao mesmo tempo, paralelas e cruzadas. Paralelas, porque respondem a estruturas análogas de incorporação territorial; cruzadas, porque, entre nossos países, circularam pessoas, capitais, imaginários e modelos de intervenção.

O capítulo de Francivaldo Alves Nunes sobre os cearenses e a política de colonização agrícola no Pará oitocentista ofereceu-me o primeiro desses espelhos. A apropriação política da grande seca de 1877 pelas elites provinciais paraenses, que converteram a catástrofe nordestina em opor-

tunidade para arregimentar “braços laboriosos” destinados aos núcleos coloniais, demonstra que a migração não foi mera resposta espontânea a condições adversas, mas peça de projetos deliberados de reorganização territorial e de formação de mercados de trabalho. O leitor colombiano reconhece de imediato o paralelo com as políticas de baldios e de povoamento que, na mesma segunda metade do século XIX, buscavam fixar populações móveis e converter camponeses deslocados em colonos úteis à nação. Em ambos os casos, o Estado não se limitou a acompanhar o movimento da fronteira: produziu-o, canalizou-o e dele se serviu.

Já a trajetória de Asahel Piper, reconstruída por Antonio Alexandre Isidio Cardoso, ilumina a dimensão global dessas fronteiras interiores. O malogrado projeto californiano no rio Purus mostra como os imaginários da marcha para o Oeste estadunidense circularam pelo continente, prometendo terras “desocupadas” onde havia, na verdade, territorialidades indígenas, regatões, seringais e disputas já consolidadas. A Colômbia conheceu aventureiros e companhias de semelhante estirpe, associados a projetos de navegação fluvial, concessões e empresas de colonização que sonhavam o país em chave estrangeira. O desencanto de Piper diante de uma Amazônia socialmente ocupada repete-se, com outros nomes, em nossos arquivos. O capítulo tem ainda o mérito de lembrar que a fronteira do século XIX não era uma margem, mas um nó, um ponto de articulação entre economias locais e os circuitos globais do capitalismo.

Os capítulos dedicados ao século XX revelam a longa duração dessas estruturas. Airton dos Reis Pereira e Marcus Montysuma historicizam categorias que costumamos empregar como se fossem naturais, tais como posseiro, sem-terra, ocupação e acampamento, mostrando que cada uma delas condensa formas específicas de ação coletiva e de constituição política de sujeitos. Cristiana Costa da Rocha, por sua vez, acompanha os deslocamentos de camponeses do Meio-Norte para a Amazônia Oriental sob os grandes projetos desenvolvimentistas, evidenciando como a promessa de terra e trabalho desembocou, para muitos, na concentração fundiária, nos deslocamentos forçados e nas formas contemporâneas de escravidão por dívida. Para quem escreve desde a Colômbia, país marcado por décadas de deslocamento forçado interno e por um conflito agrário ainda não resolvido, essas páginas têm uma ressonância dolorosa e fami-

liar. Nelas se reconhece a mesma equação entre modernização autoritária, despossessão camponesa e violência privatizada que marcou a nossa segunda metade do século XX.

Elias Diniz Sacramento, ao narrar o dia em que os trabalhadores de Moju romperam coletivamente as estruturas do medo e fizeram fugir os pistoleiros, em 1988, oferece um daqueles episódios que condensam um processo inteiro: a conversão da mobilização coletiva em instrumento de enfrentamento da violência armada no campo. Ricardo Braga Brito e Igor Thiago Silva de Sousa formulam, por seu turno, uma pergunta incômoda e necessária: onde está a raça nos debates agrários brasileiros? A questão funciona também como uma interpelação à historiografia colombiana. Nossa própria narrativa da colonização antioquenha foi construída, durante décadas, como uma gesta de povoadores brancos; perguntar pela raça em nossos debates agrários é uma tarefa igualmente pendente deste lado do continente. O conceito de colonialismo interno, mobilizado pelos autores, talvez seja, aliás, uma das chaves mais produtivas para a construção de uma história comparada das fronteiras latino-americanas.

Como construção editorial, o livro impressiona pela coerência. O arco temporal, que se estende do Pará de 1840 aos conflitos fundiários do nosso tempo, poderia dispersar-se em estudos justapostos. Isso não ocorre porque a fronteira opera, em todos os capítulos, como categoria articuladora e porque os autores compartilham uma mesma sensibilidade de história social: a decisão de restituir centralidade aos sujeitos, como retirantes, posseiros, acampados, comunidades tradicionais e trabalhadores escravizados por dívida, em vez de reduzi-los a efeitos de estruturas. Impressiona também a pluralidade metodológica posta a serviço dessa unidade: relatórios provinciais e imprensa oitocentista, relatos de viajantes e inquéritos policiais, história oral, registros da Comissão Pastoral da Terra e análise crítica de repertórios discursivos. O resultado é um conjunto que combina rigor documental e relevância política, sem ceder ao panfleto, e que será útil tanto ao especialista quanto ao estudante que se inicia nos estudos de fronteira.

Resta-me o agradecimento, que é também um reconhecimento. Agradeço ao grupo de pesquisa sobre fronteiras e, em seu nome, ao professor Francivaldo Alves Nunes pela generosidade de me incluir nesse processo de diálogo acadêmico. Para um historiador colombiano, par-

ticipar de uma obra brasileira sobre fronteiras é exatamente aquilo que defendi no início destas páginas: uma oportunidade de aprender e de se reinterpretar. Se as fronteiras de que trata este livro foram, historicamente, espaços de desencontro, o próprio livro é prova de que podem ser também espaços de encontro: entre disciplinas, entre gerações de pesquisadores e entre países irmãos que começam, finalmente, a ler-se mutuamente. Que o leitor atravessasse estas páginas como quem atravessa uma fronteira, disposto a sair delas diferente de como entrou.

Sebastián Martínez Botero

Universidad Tecnológica de Pereira

Pereira, Colômbia, junho de 2026

APRESENTAÇÃO

Fronteiras em trânsito, territórios em disputa

Refletir sobre as fronteiras entre o Meio-Norte e a Amazônia brasileira implica reconhecer que estamos diante de espaços cuja historicidade não pode ser reduzida a delimitações cartográficas, divisões político-administrativas ou simples zonas de expansão territorial. As fronteiras, sobretudo no contexto latino-americano e amazônico, constituem formações históricas complexas, produzidas por relações desiguais de poder, fluxos populacionais, disputas em torno do acesso e do controle dos recursos naturais e projetos concorrentes de ordenamento social. Mais do que margens do Estado nacional ou de biomas, esses espaços configuram zonas privilegiadas para a observação dos mecanismos de produção da modernidade brasileira, das formas de incorporação econômica de territórios considerados “periféricos” e dos conflitos sociais que emergem da imposição de modelos de desenvolvimento frequentemente excludentes.

Nessa direção, a noção de *fronteira* mobilizada nesta obra remete a um espaço de encontro entre grupos sociais distintos, mas, sobretudo, a um território de desencontros históricos, no qual a alteridade frequentemente se manifesta por meio da expropriação, da violência e da degradação humana. A fronteira representa um espaço de contato entre temporalidades históricas distintas, entre formas tradicionais de organização social e projetos modernos de exploração econômica, produzindo conflitos que não se limitam à disputa material pela terra, mas alcançam dimensões simbólicas, culturais e políticas mais profundas.

É a partir dessa chave interpretativa que este livro reúne pesquisas centradas nas *fronteiras em movimento*, tomando como recorte espacial as múltiplas conexões históricas entre o Meio-Norte e a Amazônia brasileira,

em um arco temporal que se estende do século XIX ao século XXI. Constitui ainda como resultado do projeto “Fronteiras em Movimento: terra, trabalho e deslocamentos no Meio Norte e Amazônia Oriental (1970-200)”, financiado pelo CNPQ. Os capítulos aqui reunidos partem de uma compreensão comum: a *fronteira* não é um espaço vazio a ser ocupado nem uma periferia passiva do desenvolvimento nacional. Ao contrário, ela constitui um campo histórico dinâmico, marcado por intensas disputas territoriais, pela circulação de pessoas, saberes e mercadorias, pela intervenção do Estado, pela expansão do capital e pela construção de diversas formas de resistência coletiva.

Ao longo de mais de dois séculos, a Amazônia e suas áreas de articulação com o Meio-Norte foram objeto de sucessivas políticas de ocupação, colonização, integração econômica e disciplinamento social. Sob diferentes regimes políticos, do Império à República, das experiências liberais aos ciclos autoritários, da modernização conservadora aos projetos neoliberais contemporâneos, essas regiões foram constantemente representadas por discursos de vazio demográfico, atraso civilizacional, improdutividade econômica ou carência de integração nacional. Tais narrativas, longe de constituírem simples interpretações descritivas, desempenharam papel central na legitimação de políticas intervencionistas, grandes projetos de infraestrutura, expansão de frentes agrícolas, exploração mineral e reorganização compulsória dos territórios.

Ao mesmo tempo, esses espaços produziram e continuam produzindo formas complexas de resistência social. Camponeses, posseiros, povos indígenas, comunidades tradicionais, migrantes nordestinos, trabalhadores rurais, extrativistas e outros sujeitos coletivos organizados desafiaram, ao longo da história, os processos de espoliação territorial, de exploração do trabalho e de criminalização política que acompanharam a constituição das fronteiras amazônicas. Nesse sentido, as pesquisas reunidas nesta coletânea buscam não apenas reconstruir processos históricos de ocupação territorial, mas também restituir centralidade aos sujeitos que vivenciaram, interpretaram e transformaram essas experiências.

As problemáticas abordadas atravessam temas fundamentais para a compreensão da história social brasileira: migrações internas, políticas de colonização agrícola, conflitos fundiários, trabalho análogo à

escravidão, grandes projetos de intervenção estatal, violência política no campo, colonialismo interno, racialização das relações agrárias e a elaboração de formas alternativas de existência social. Em todos os capítulos, a fronteira aparece menos como um objeto geográfico estático e mais como uma categoria analítica capaz de revelar as tensões estruturais da formação social brasileira.

Abrindo esta coletânea, Francivaldo Alves Nunes, no capítulo “‘Filhos de Províncias Laboriosas’: os cearenses e a política de colonização agrícola no Pará do século XIX”, examina a inserção de migrantes cearenses na política de colonização agrícola do Pará durante a segunda metade do século XIX, especialmente no contexto da grande seca de 1877. A partir da análise de periódicos, discursos oficiais e documentos administrativos, o autor demonstra como a crise climática nordestina foi politicamente apropriada pelas elites provinciais paraenses como uma oportunidade estratégica de incorporação de mão de obra considerada apta à ocupação agrícola da Amazônia. O capítulo evidencia que a migração, longe de constituir apenas uma resposta espontânea a condições ambientais adversas, integrou projetos políticos de reorganização territorial e de formação de mercados de trabalho.

No segundo capítulo, Antonio Alexandre Isidio Cardoso, em “Um projeto californiano na Amazônia: Asahel Piper, o desventurado pioneiro nas fronteiras globais do capitalismo do século XIX”, reconstrói a trajetória do viajante estadunidense Asahel Piper pelo rio Purus. O autor investiga como imaginários expansionistas associados à marcha para o oeste dos Estados Unidos foram transpostos para a Amazônia, revelando as conexões entre a formação das fronteiras latino-americanas e os circuitos globais de expansão capitalista. Ao confrontar-se, entretanto, com uma Amazônia socialmente ocupada, culturalmente plural e historicamente complexa, Piper experimenta os limites de um projeto construído sobre narrativas de vazio e disponibilidade territorial.

No capítulo “A luta por terra: entre migrações, ocupações e acampamentos na Amazônia paraense”, Airton dos Reis Pereira e Marcus Montysuma analisam os deslocamentos de trabalhadores rurais para o Sul e o Sudeste do Pará e a emergência das ocupações de terra como forma de ação coletiva. Ao historicizar categorias como posseiro e sem-terra, os autores demonstram que a luta agrária amazônica não pode ser compreen-

dida apenas em termos jurídicos ou econômicos, mas como um processo de constituição política de sujeitos coletivos, de produção de identidades sociais e de reivindicação de direitos territoriais.

Cristiana Costa da Rocha, em “Migração, grandes projetos e a (re) existência de camponeses no Meio-Norte”, analisa os deslocamentos de camponeses piauienses para a Amazônia Oriental em meados do século XX. O capítulo evidencia como os projetos desenvolvimentistas implementados pelo Estado, particularmente durante a ditadura civil-militar, produziram profundas reconfigurações territoriais, expulsão de populações rurais, concentração fundiária e inserção de trabalhadores em circuitos de exploração marcados por violência extrema, incluindo formas contemporâneas de trabalho análogo à escravidão. Ao mesmo tempo, a autora destaca os processos de (re)existência camponesa, evidenciando práticas de adaptação, reconstrução comunitária e de resistência territorial.

Ao revisitar a questão agrária brasileira em perspectiva crítica, Ricardo Brito e Igor de Sousa, em “Onde está a raça nos debates agrários brasileiros? Uma análise exploratória”, propõem uma leitura que articula estrutura fundiária, raça e colonialidade. Partindo da compreensão de que a questão agrária não é um dado natural, mas um campo discursivo permanentemente disputado, os autores demonstram como a persistência histórica de formas associadas à plantation, à modernização conservadora e ao colonialismo interno continua a produzir mecanismos de exclusão, racialização e desqualificação dos povos do campo, das águas e das florestas. Simultaneamente, o capítulo evidencia que esses mesmos sujeitos elaboram práticas políticas, cosmologias territoriais e formas de resistência que desafiam a lógica homogeneizadora do agronegócio e do capital.

Encerrando a obra, Elias Diniz Sacramento, em “‘Quando novos atores entraram em cena’: expropriação de terras, violência, assassinatos e o dia em que os pistoleiros fugiram de Moju/PA (1988)”, analisa o acirramento dos conflitos agrários na Amazônia paraense durante o período de expansão dos projetos agroindustriais. A partir do emblemático episódio conhecido como “a invasão da cidade de Moju pelos 100”, o autor demonstra como trabalhadores rurais e populações locais romperam com estruturas históricas de medo, dominação armada e controle político, convertendo a mobilização coletiva em instrumento de enfrentamento das formas privatizadas de violência no campo.

Ao reunir essas investigações, a coletânea propõe uma leitura da fronteira como categoria central para compreender não apenas a história da Amazônia e do Meio-Norte, mas também as contradições estruturais da própria formação social brasileira. As experiências aqui analisadas revelam que as fronteiras são espaços onde se materializam disputas em torno da terra, do trabalho, da memória, da identidade, do pertencimento e da soberania. São territórios nos quais se confrontam projetos antagônicos de sociedade: de um lado, modelos de desenvolvimento orientados pela mercantilização da natureza, pela concentração fundiária e pela expansão do capital; de outro, formas coletivas de vida ancoradas na defesa do território, na justiça social e na reprodução de modos de existência historicamente construídos.

Mais do que reunir estudos regionais, este livro convida o leitor a compreender que pensar a fronteira é, em última instância, pensar os próprios fundamentos históricos do Estado, da cidadania, da violência e da democracia no Brasil. Ao deslocar o olhar para espaços tradicionalmente considerados periféricos, esta obra demonstra que é precisamente nas fronteiras que se tornam mais visíveis os processos de constituição do poder, as dinâmicas da desigualdade, as formas de resistência coletiva e as possibilidades de construção de futuros socialmente mais justos.

Os organizadores.

“FILHOS DE PROVÍNCIAS LABORIOSAS”: OS CEARENSES E A POLÍTICA DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARÁ DO SÉCULO XIX¹

Sem população não se formam, não se enriquecem, nem se sustentam o Estado, e se uma província há no Brasil, que mais necessite de braços, e braços laboriosos, é seguramente o Pará. Esta verdade é para mim dogmática (Pará, 1840, p. 60).

A epígrafe que inicia este texto é de 1840 e de autoria do então presidente do Pará, João Antônio de Miranda. Expressava uma manifestação comum entre os administradores da província quanto à necessidade de aumentar a “população útil”. No caso, não apenas defendia o aumento populacional, mas também que o Estado imperial assumisse essa responsabilidade, criando políticas de arrematação de trabalhadores, como “chamar braços livres e industriais ao país, criar missões, [utilizando] os nossos índios errantes e aproveitar os braços nacionais disponíveis” (Pará, 1840, p. 60).

Na política de colonização do Império, de fato, poucos eram os projetos específicos para o trabalhador nacional. Quando se pensava na substituição da mão de obra escrava, na ampliação das áreas de cultivo ou no povoamento, os planos se voltavam para o estabelecimento da imigração estrangeira. Não se tratava, no entanto, do esquecimento dos colonos nacionais ou do desconhecimento da efetiva contribuição da população livre e despossuída do Brasil, mas da identificação de que esses colonos não estavam aptos a ocupar os postos centrais da colonização, ou seja, assegurar a substituição do trabalho escravo, o desenvolvimento da agricultura e o povoamento.

¹ Texto resultante de pesquisas vinculadas ao projeto “Perturbam a posse e atentam ao Direito: criadores, roceiros, extratores e as terras em litígio nos sertões amazônicos do século XIX”, financiado pelo CNPq.

Como destaca Peter Eisenberg (1977), havia um desconhecimento sobre a efetiva contribuição da população livre e despossuída do Brasil ao longo de sua história. O trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1969), embora procurasse reconstituir historicamente as relações comunitárias dos homens livres pobres na região de Guaratinguetá, durante o século XIX, de acordo com Márcia Motta (2006, p. 47), deixou-os, no entanto, “sem razão de ser”, pois, ao enfocar o sitiante, destacaria os fundamentos da dominação pessoal, entre eles, a relação de compadrio. Em vista disso, a relação entre fazendeiros e sitiantes seria marcada pela acomodação de interesses, não havendo conflitos significativos entre grandes e pequenos proprietários. Entendido como solitário e indefeso, o sitiante, quando ameaçado de perder sua posse, tenderia a se afastar — quase sempre pacificamente — para áreas não atingidas pela agricultura comercial. Dessas leituras despontou a ideia da relação entre esquecimento e desqualificação da população nacional.

No caso da Amazônia, os nacionais eram constantemente identificados como herdeiros de uma tradição indígena de cultivo, o que os impossibilitaria de serem agentes do desenvolvimento da lavoura (Nunes, 2006). Não significa dizer que estivessem excluídos desse processo. Os debates em torno da colonização, vez por outra, destacavam a importância desses indivíduos, não como agentes principais, mas na perspectiva do aproveitamento de sua força de trabalho. Trata-se, pois, de um termo um tanto quanto pejorativo, pois colocava esses indivíduos em uma condição de inferioridade ou de desqualificação da população nacional.

Considerando os debates e as discussões que percebiam como importante a arregimentação de braços para a lavoura entre os colonos nacionais, estes serão observados nas contradições quanto à possibilidade de utilização dessa mão de obra e nas expectativas construídas em torno do aumento da produção agrícola, da civilização dos hábitos e da introdução de novas formas de cultivo. No caso, estamos preocupados em compreender os discursos em torno dos colonos nacionais, em especial os cearenses, que migraram para a Amazônia, particularmente para a província do Pará, e que tiveram suas trajetórias registradas em jornais, relatórios e falas governamentais.

Assim, o entendimento é de que essas concepções que vinculam olhares sobre os cearenses adotam e expressam a carga histórica dos temas

e das questões sobre os quais tratam e apontam os interesses políticos de quem as manifesta (Bakhtin, 2006). Constituem-se, portanto, como interpretações sociais, não se caracterizando como percepções contidas em uma linguística abstrata, nem como algo originado da consciência subjetiva do enunciador. Como procuraremos demonstrar, o enunciado concreto é resultado de um processo de interação com o meio social e expressa valores defendidos pelos grupos nos quais jornalistas e políticos da época militavam (Brait, 1999).

Capazes de arrotear as terras e o(s) lugar(es) dos cearenses

Em 11 de junho de 1877, Manoel José de Siqueira Mendes, redator e proprietário do jornal *A Constituição*, destacava a presença de cearenses que haviam sido conduzidos para as colônias agrícolas da província, atribuindo a esses colonos os bons trabalhos de cultivo que se podiam avistar em alguns lotes. Siqueira Mendes não apenas fazia referência às atividades desenvolvidas pelos cearenses que foram conduzidos para esses espaços, mas também atribuía o êxito dos trabalhos à iniciativa da presidência do Pará e à sua “sensibilidade em reconhecer as qualidades do trabalhador nacional cearense” (*A Constituição*, 4 jun. 1877, p. 1).

Nesse período, segundo Jonas Marçal de Queiroz (2005), os debates parlamentares e na imprensa envolviam diferentes setores da sociedade na discussão em torno de uma fonte estável de suprimento de trabalhadores para a Amazônia. Para esse autor, eram muitas as alternativas que se colocavam, incluindo os cearenses vitimados pelas estiagens que atingiam as províncias da região atualmente conhecida como Nordeste brasileiro, a partir de 1877 (Queiroz, 2005). Assim, o termo *cearense* é apontado na documentação para identificar não apenas os retirantes da província do Ceará, mas também aqueles que se deslocavam de outras províncias do Nordeste. Poderia tratar-se de maranhenses, piauienses, pernambucanos, baianos, rio-grandenses do Norte ou sergipanos.

Um dos exemplos utilizados por Siqueira Mendes para demonstrar os êxitos da presença de cearenses nos núcleos agrícolas foi o do migrante Manoel Tavares Negreiro Dubas. Vendo-se obrigado a abandonar São Francisco de Uruburetama, no Ceará, sua terra de origem, migrou para

a Amazônia, trazendo consigo uma família composta de 12 pessoas, entre filhos, cunhados e irmãos. As informações davam conta de sua chegada no primeiro semestre de 1877, motivada por uma “tremenda calamidade que os flagelavam em sua província natal”. Manoel Dubas pretendia seguir para a região dos seringais e dedicar-se à extração da borracha, como fizeram alguns de seus companheiros de viagem. De acordo com Siqueira Mendes, ele foi aconselhado pelas autoridades do Pará a abandonar o projeto de seguir para as áreas de extração, dirigindo-se para a colônia de Benevides, fundada em 1875. Chegando à colônia, encontrou um de seus conterrâneos, Benedito Correia de Lima, que havia poucos meses ali se fixara com sua família, também numerosa e composta de 10 pessoas. Manoel Dubas, obtendo as mesmas vantagens então concedidas pelo governo aos colonos estrangeiros que já ocupavam alguns lotes, recebeu, de início, um terreno, adiantamento de víveres nos primeiros seis meses, ferramentas e outros instrumentos aplicáveis ao cultivo da terra, além de um auxílio de 25\$000 em dinheiro (*A Constituição*, 4 jun. 1877).

As informações que chegavam da colônia de Benevides e eram divulgadas na imprensa de Belém, aliada ao governo provincial, apresentavam as boas condições de vida desse colono. Informava-se que ele cultivava um dos lotes, contendo plantações e uma pequena casa, onde podia abrigar sua família. Passados alguns meses, o cearense Dubas também já possuía boas plantações de mandioca, milho, cana, batata e legumes, além da casa, que havia sido ampliada, possibilitando abrigar toda a sua família (*A Constituição*, 11 jun. 1877).

O exemplo de Manoel Dubas, que ganha destaque nos editoriais do jornal *A Constituição*, era explorado para demonstrar os bons êxitos não apenas do uso dos colonos cearenses, mas também do que poderia ocorrer caso a população, esparsa pelas terras do Pará, fosse estimulada a ocupar os lotes agrícolas das colônias paraenses. Outros exemplos, como os dos cearenses Luiz Francisco de Andrade, João Ferreira Chaves, Pedro Corrêa de Lima, Anastácio Teixeira Bastos, Antonio Tavares Guedes, João Corrêa Lima, Raymundo das Chagas Negreiro, Thomas de Souza Brasil, Francisco Braga de Farias, Vicente Ferreira de Araújo, José Tavares Guedes, Joaquim José de Andrade, Antonio Leandro da Costa, José Ferreira Gomes Tendalha, Francisco Barros dos Santos e José Velloso, também foram utilizados para apresentar os bons resultados da colonização desen-

volvida pelo governo provincial, uma vez que esses colonos, nos dizeres de Siqueira Mendes, apresentavam adiantado trabalho agrícola em seus lotes (*A Constituição*, 11 jun. 1877).

O jornal *O Liberal do Pará*, em sua edição de 12 de junho de 1877, parece não estar de acordo com os propósitos defendidos por Siqueira Mendes, o que, até certo ponto, parece comum a um jornal que se apresentava como oposição ao governo. O periódico procurava demonstrar que o problema da colonização no Pará não era o uso do colono nacional, fosse ele cearense ou paraense, mas as condições em que esses colonos estavam sendo estabelecidos. As críticas dirigidas à administração provincial eram de que as colônias agrícolas não ofereciam as mínimas condições para abrigar novos moradores. Muito pelo contrário, as péssimas condições de moradia teriam expulsado parte dos imigrantes estrangeiros, situação que fatalmente se repetiria com os cearenses, advertia o jornal.

“Não haveria próximo mesmo da capital um lugar nas condições de oferecer alguma comodidade aos migrantes, trabalho regular e facilidade de comunicação?”, questionava *O Liberal do Pará*. Essa pergunta, muito mais do que uma preocupação em obter uma resposta, servia para apresentar uma série de problemas enfrentados pelos colonos encaminhados para os núcleos agrícolas. Em Benevides, o mais grave seria a dificuldade de comunicação com a capital do Pará, em função das péssimas condições de tráfego das estradas, o que inviabilizava a chegada a Belém de qualquer gênero agrícola produzido na colônia. Outra crítica que se fazia ao governo era a tentativa de manter os colonos à custa do tesouro provincial, concedendo auxílio de 25\$000 réis a cada família que ocupasse os lotes agrícolas, demonstrando falta de habilidade na administração pública, que tentava compensar sua incompetência administrativa fornecendo auxílio em dinheiro aos colonos (*O Liberal do Pará*, 12 jun. 1877).

Quanto aos cearenses, o jornal defendia o uso desses trabalhadores na atividade agrícola, indo além do que afirmava Siqueira Mendes. Para *O Liberal do Pará*, eles seriam capazes de desenvolver a agricultura muito mais do que os estrangeiros, uma vez que conheciam a natureza da região amazônica, o que significava identificar as árvores que podiam ser comercializadas e os produtos da floresta utilizados tanto na alimentação quanto na construção de casas.

Ter informações sobre a natureza da região amazônica, suas plantas, animais, tipos de solo e períodos de chuva ou de estiagem, segundo o jornal, era apenas um dos aspectos que demonstravam que o uso do colono cearense podia trazer grandes êxitos à província. Isso porque se evitaria cometer os mesmos erros dos colonos estrangeiros, que, pelo desconhecimento da importância comercial de algumas árvores, por exemplo, não se preocupavam, durante os trabalhos de limpeza dos terrenos para cultivo, em separar essas madeiras, evitando que fossem consumidas pelo fogo das queimadas. Ainda de acordo com o periódico, outros problemas, a exemplo do desconhecimento do trabalho agrícola por boa parte dos imigrantes, também poderiam ser evitados com a presença dos cearenses. Desse modo, destacava que

esses homens [os cearenses], filhos de províncias laboriosas, falando a língua do país, habituados ao trabalho da lavoura, com os mesmos costumes dos filhos da província, são na verdade mais capazes de arrotear as terras da colônia Benevides e delas tirarem vantagens, dos que esses estrangeiros, a maior parte afeitos a vida nas cidades, inteiramente alheios a agricultura e menos ainda a natureza selvagem das terras que tinham que lavrar (*O Liberal do Pará*, 12 jun. 1877, p. 1).

A comparação entre a atuação do colono cearense e a do estrangeiro é utilizada estrategicamente pelo jornal *O Liberal do Pará* para demonstrar os poucos êxitos da política de colonização desenvolvida no Pará. Com isso, buscava-se atingir não apenas a administração provincial, mas também as ações de imigração organizadas pelo gabinete Conservador, ao qual o jornal fazia oposição.

De acordo com Valmireh Chacon (1985), em estudo sobre os discursos e a atuação dos partidos políticos no Brasil, as mudanças de gabinete ministerial significavam não apenas a queda de um partido e a ascensão de outro, mas também a substituição em massa de funcionários públicos e políticos que ocupavam cargos de confiança. Nas províncias, a substituição do presidente era acompanhada por mudanças de posicionamento em relação às ações da administração. Para o autor, a imprensa atrelada a uma bandeira política normalmente acompanhava essas mudanças. É o que se observa em 1877 nos posicionamentos de *O Liberal do Pará*.

A crítica à atuação do governo provincial poderia, portanto, ser resumida na incapacidade dos administradores de reconhecer os valores

que poderiam ser encontrados nos colonos cearenses. O governo havia dirigido todas as forças da administração para a colonização estrangeira, o que era considerado consequência de uma interpretação equivocada da administração pública quanto à ideia de “trabalhador laborioso”, relacionada apenas aos imigrantes europeus. Para o jornal, o termo deveria designar também os colonos nacionais que tivessem conhecimento do melhor uso do que a natureza poderia lhes oferecer, o que parecia não ser o caso dos colonos estrangeiros enviados ao Pará, totalmente alheios à natureza amazônica, afirmava o jornal (*O Liberal do Pará*, 12 jun. 1877).

Nesse contexto, *O Liberal do Pará* (21 jun. 1877, p. 1) defendia a necessidade de investimento na migração de colonos nacionais, pois era “uma ideia que, posta em pratica, seguramente [daria] um benéfico resultado tanto para esta província, como para os próprios migrados cearenses”. Essa proposta de utilização desses colonos ganha força a partir das informações que chegavam das províncias da região hoje identificada como Nordeste brasileiro e que davam conta de que inúmeras famílias desejavam vir para o Pará, mas não tinham meios pecuniários para efetuar o pagamento de suas passagens. Se ao jornal cabia a defesa da presença de cearenses no Pará, cabia-lhe também defender que o governo facilitasse os meios de transporte para seu deslocamento.

Algumas outras situações eram apontadas pela imprensa como favoráveis à promoção da migração de cearenses. A primeira fazia referência aos muitos engenhos existentes nas terras do Pará, que tomariam esses migrantes como trabalhadores, oferecendo-lhes serviço, comedoria e alojamento, mediante salário. A segunda dizia respeito às vastas terras de que dispunha a província, nas quais poderiam trabalhar por conta própria, sob condições estipuladas entre eles e os proprietários. Uma terceira situação seria promovida pelos administradores provinciais, que criariam condições para estabelecer esses colonos nos núcleos agrícolas administrados pelo governo, nos quais passariam a ocupar lotes de terra, vivendo do cultivo e da extração de produtos florestais. O trabalho de José Maia Bezerra Neto (2001) apresenta dados que comprovam uma dinâmica economia escravista no Pará, representada por diversos engenhos espalhados pela província, além das práticas de cultivo e coleta. Nesse caso, acreditamos que essas atividades tenham absorvido parte da mão de obra de migrantes cearenses que se deslocaram para a Amazônia nas décadas de 1870 e 1880.

O ambiente de atração presenciado na Amazônia contrapunha-se às dificuldades de permanência no Nordeste. Os problemas provocados pela seca, no caso da fraca colheita na província do Ceará, mas também a apreensão quanto às condições agrícolas no alto sertão da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, causando a falta de alimentos em boa parte dessas províncias, eram responsáveis pelo deslocamento dessa população para os centros urbanos ou para regiões onde as chuvas ainda não haviam faltado. Conforme Mike Davis (2002), ao estudar as catástrofes agrícolas das décadas de 1870 e 1890, tratava-se do vale do Cariri, no sudeste do Ceará, de Triunfo, em Pernambuco, e de Açu, no Rio Grande do Norte. De acordo com esse autor, com a aproximação das populações do sertão atingidas pela seca das capitais das províncias e da úmida Zona da Mata, os plantadores de cana e os comerciantes urbanos foram obrigados a examinar as propostas de desviar os retirantes (expressão usada para designar os atingidos e refugiados da seca) para a Amazônia, arriscando-se, assim, “a perder parte de sua mão-de-obra excedente, ou permitir que entrassem nas cidades onde, misturando-se aos escravos e artesãos pobres, poderiam representar uma ameaça insurrecional” (Davis, 2002, p. 95-96).

A partir de 1878, a política de colonização no Pará voltou-se para a promoção de condições de recebimento dessa população retirante, formada, em sua maioria, por cearenses. Segundo Marco Antonio Villa (2001), em estudo sobre as secas que atingiram o Nordeste nos séculos XIX e XX, o próprio governo imperial acabou estimulando a migração para outras províncias ao diminuir a alimentação fornecida aos retirantes. Essa situação, se, por um lado, piorava ainda mais as condições de sobrevivência nas cidades da região afetada pela escassez de chuvas, por outro, acabava obrigando essa população a migrar para a Amazônia. O interesse em conduzir parte dessa população de retirantes para as províncias do Pará e do Amazonas, bem como para outras partes do Brasil, fica evidente, segundo o autor, nas orientações do Ministério dos Negócios do Império aos presidentes das províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba, entre os anos de 1878 e 1879. Nessas recomendações, ao mesmo tempo que o Ministério solicitava que “se fizesse cessar as despesas de socorros públicos”, anunciava a criação de novas verbas destinadas ao transporte de retirantes para outras províncias do país (Villa, 2001, p. 61).

As recomendações para a diminuição dos gastos com socorros públicos, ou seja, com o fornecimento de alimentação e vestuário, foram acompanhadas do anúncio da criação de alguns créditos para o pagamento das despesas com o transporte dos retirantes para outras províncias do país. Essa nova verba ficaria assim distribuída: Companhia Brasileira de Navegação a Vapor – 70:568\$900; Companhia Nacional de Navegação – 27\$900; Companhia de Navegação Paulista – 48\$000; Companhia do Pacífico – 20\$000; Flotilha do Amazonas – 1:449\$400; Ministério da Marinha – 41:413\$404 (Brasil, 1878).

Considerando essas questões, observa-se que, associado aos interesses da administração provincial em promover uma corrente migratória para a Amazônia, havia também uma proposta das autoridades cearenses de promover o deslocamento dos retirantes que se aglomeravam nos centros urbanos. Para Frederico de Castro Neves (2002, p. 79), a iminência de rebeliões por parte dessa população permite compreender a política de migração para o Norte como “uma estratégia governamental para desafogar os equipamentos urbanos da enorme pressão exercida pelos milhares de retirantes sem teto, sem alimento, sem saúde”.

A defesa da migração para a Amazônia era justificada na imprensa de Belém como necessária para prevenir o que se chamava de “tristes consequências da seca do Ceará”. A atuação dos populares durante os períodos de seca no Ceará, que resultava no que o jornal chamava de “tristes consequências”, foi analisada por Frederico de Castro Neves (2000) como um conjunto de ações políticas coletivas que preocupavam as autoridades do Império. Nesse sentido, destaca:

Ao lado das doenças, a criminalidade aumentou consideravelmente durante os anos de 1877, 1878 e 1879, apavorando autoridades, observadores e retirantes. Todos, de uma forma ou de outra, sofriam os efeitos do caos em que se tornou a vida urbana e rural no Ceará. No interior, os grupos de salteadores ocupavam o espaço vazio deixado pela população retirante e ameaçavam livremente as cidades quase desabitadas (Neves, 2000, p. 35).

Essa situação estava relacionada à fome e às epidemias que atingiam a população e que teriam provocado o aumento da criminalidade nas províncias afetadas pela escassez de chuvas. *O Liberal do Pará* (21 jun. 1877, p. 1) recomendava às autoridades paraenses que promovessem o transporte dos

cearenses, pois, conforme advertia, “permanecendo no Ceará e vivendo à custa da caridade pública”, os cearenses, “além de se tornarem ociosos e pesados à sociedade, perderão por fim os hábitos de trabalho e formarão um grupo sempre prejudicial à ordem pública”. A migração para a Amazônia passa a ser vista não apenas como uma saída para resolver os problemas enfrentados pelas autoridades no Ceará, mas também como uma alternativa para superar as dificuldades da agricultura paraense, visto que a migração arregimentaria um significativo número de trabalhadores para a atividade agrícola.

Para Ernesto Cruz (1958), as dificuldades encontradas pela agricultura do Pará eram consequência do fracasso da política de imigração estrangeira promovida pela administração provincial durante os primeiros anos da década de 1870. Nesse aspecto, a migração nordestina era compreendida pelo autor como necessária para a superação da falta de braços para o trabalho agrícola (Cruz, 1958). Em parte, esse entendimento também foi compartilhado por Roberto Santos (1980).

A lembrança de que o Pará necessitava de mais trabalhadores para atuar na agricultura, acompanhada da ideia de que esses migrantes cearenses, ao chegarem à província, poderiam obter meios de subsistência com facilidade, eram, para a imprensa da época, motivos suficientes para que as autoridades providenciassem a transferência de parte dessa população que se aglomerava nos centros urbanos do Ceará, principalmente em Fortaleza. De acordo com Palma Muniz (1916), esse interesse em transferir parte da população retirante que ocupava as cidades do Ceará e em aproveitar os migrantes cearenses na atividade agrícola concretizou-se por meio da implantação dos núcleos coloniais, que, segundo o autor, teriam absorvido parte significativa dessa mão de obra.

A possibilidade da presença de colonos cearenses no Pará e a consolidação dessa migração como resposta à necessidade de braços para a lavoura, como se observou, passaram a ser utilizadas pelos críticos do governo como demonstração do fracasso da política de imigração estrangeira desenvolvida pela administração imperial. Em resposta a essas críticas, a presidência da Província do Pará procurou executar o plano de ocupação dos lotes agrícolas nas colônias administradas pelo governo provincial com colonos cearenses.

A atuação do governo do Pará, em 1877, atendia às recomendações do governo imperial, que solicitava às autoridades paraenses que

abrigassem esses retirantes de forma a aproveitá-los nos núcleos de colonização. Em relatório do Ministério dos Negócios do Império de 1877, solicitava-se à presidência da Província do Pará que encaminhasse os 12.438 retirantes conduzidos à província para ocupar as terras das colônias de Benevides, Caeté e Santarém, no Pará. Além dessas colônias, o governo imperial também determinava o envio de retirantes para as colônias de Santa Isabel e Maracaju, no Amazonas (Brasil, 1878).

Para o governo do Pará, a possibilidade de uma grande corrente de migração de colonos cearenses não demonstrava o fracasso da política de imigração estrangeira, mas resultava da capacidade que a província teria de atrair colonos, principalmente em função da fertilidade e da riqueza de suas terras. Nesse aspecto, o governo considerava esse deslocamento populacional importante não apenas para aumentar a quantidade de colonos, assegurando a ampliação da produção de alimentos, mas também porque, com a chegada dos cearenses, haveria um maior aproveitamento do solo e das riquezas da região, uma vez que esses colonos conheciam o que poderia ser comercializado e aproveitado na lida diária com o plantio. Acreditava-se, portanto, que o conhecimento do que podia ser cultivado, associado às novas técnicas de produção trazidas pelos estrangeiros, resultaria em novas formas de plantio e de aproveitamento da terra, voltadas ao cultivo de café, arroz, milho, tabaco, mandioca e feijão (*A Constituição*, 11 jun. 1877).

A administração provincial, embora procurasse destacar os valores atribuídos aos cearenses, não abria mão da presença de colonos estrangeiros na ocupação das terras das colônias agrícolas. Foi com esse propósito que Bandeira de Mello Filho, presidente do Pará em 1877, defendeu novos investimentos nos núcleos de colonização, afirmando ser necessário não apenas garantir o transporte dos cearenses, mas também criar condições para o assentamento de colonos nacionais. Essas medidas exigiam um plano de ocupação de novos lotes e de seleção de colonos que, de acordo com a administração provincial, deveria estar baseado na aptidão para o trabalho agrícola (Pará, 1877).

A mudança do gabinete ministerial, em 5 de janeiro de 1878, agora sob o comando dos liberais, foi acompanhada da elaboração de um plano de reorganização da colônia Benevides e da criação de outros espaços de colonização, com o intuito de garantir o rápido estabelecimento dos

colonos cearenses. Conforme orientações do Ministério da Agricultura, o governo deveria aproveitar os estabelecimentos coloniais anteriormente construídos para atender à imigração estrangeira (Brasil, 1878). Assim, em abril de 1878, o governo do Pará, atendendo às recomendações do governo imperial, anunciava um plano de recebimento e acomodação de parte da população cearense que migrava para a Amazônia (Pará, 1878).

Segundo o jornal *A Província do Pará*, em sua edição de 22 de setembro de 1877, o governo do Pará teria orientado a Comissão de Colonização a garantir o recebimento e a acomodação dos migrantes cearenses que desembarcassem em Belém. Para isso, havia solicitado ao tenente-coronel Antonio Clemente dos Santos que reservasse um local no Forte do Castelo, na capital do Pará, que à época funcionava como Arsenal de Guerra, para alojar os retirantes.

Presidida por Antonio Gonçalves Nunes, então deputado provincial, a Comissão tinha a responsabilidade de assegurar a distribuição dos socorros e a compra de instrumentos para a lavoura. Ao tenente-coronel Clemente dos Santos, à época diretor do Arsenal de Guerra, cabia a responsabilidade de garantir o alojamento, de modo a evitar que os retirantes tivessem de vagar pelas ruas de Belém em busca de alimento e hospedagem. Ao capitão Valentim Ferreira cabia a incumbência de acompanhar os cearenses até os núcleos coloniais, garantindo a distribuição dos lotes de terra e o fornecimento de palha para a cobertura das casas. Além dos lotes de terra para cultivo e moradia, era assegurado o fornecimento de alimentação e de instrumentos de trabalho, bem como um subsídio em dinheiro equivalente a 25\$000 réis aos que se declarassem casados e a quantia de 12\$000 réis aos solteiros maiores de 14 anos (*A Província do Pará*, 22 set. 1877).

A preocupação com o rápido estabelecimento dos migrantes nas colônias agrícolas justificava-se não pelo interesse em lhes prestar um bom acolhimento, conforme destacava a imprensa. De acordo com as autoridades, a presença de migrantes cearenses em Belém teria como consequência a alteração da “ordem pública”, sobretudo em razão do aumento da criminalidade. Essa situação, que, segundo o governo, exigia a adoção de medidas para reduzir o número de retirantes na capital, não impediu, contudo, que muitos cearenses permanecessem em Belém, construindo pequenos vilarejos nas áreas suburbanas da cidade, como se observa na imagem a seguir.

FIGURA 1 – RUA DOS CEARENSES, 1908.



Fonte: Governo do Pará (1996).

Outra iniciativa tomada pela administração provincial, e destacada pela imprensa, correspondia às visitas constantes realizadas pelo presidente Bandeira de Mello Filho aos núcleos coloniais. Essas visitas eram registradas pelos jornais de apoio à administração provincial não apenas para demonstrar que o governo se preocupava em acolher melhor esses retirantes, mas também para evidenciar que as ordens emitidas pelas autoridades estavam sendo fiscalizadas pelo próprio chefe da administração. O jornal *A Província do Pará*, de 22 de setembro de 1877, fazia referência às orientações para que a Comissão de Colonização garantisse o envio e a distribuição de dinheiro e roupas, além do aumento na quantidade de alimentos destinados aos colonos mais necessitados. Essas medidas, que acreditamos terem o propósito de dificultar o deslocamento desses colonos para os centros urbanos, principalmente Belém, criavam, junto às províncias do Nordeste, a imagem de que o governo do Pará possuía um eficiente sistema de recebimento e acomodação desses migrantes.

O presidente José Joaquim do Carmo, em abril de 1878, resumiu bem os interesses que estavam em jogo: “Se o imigrante cearense procura terras que lhe retribuem o trabalho, o Pará precisa de braços que lhe fecundem as terras” (Pará, 1878, p. 6). Nesse caso, as intenções do governo provincial não deviam se resumir apenas a interesses humanitários, ou seja, a garantir o socorro aos retirantes até o fim do período

de escassez de chuvas, mas também aliar os princípios humanitários à necessidade de arregimentar grupos de trabalhadores para atuarem na atividade agrícola.

Como forma de associar o serviço de recebimento e acomodação a uma política de migração, Joaquim do Carmo apresentou ao parlamento provincial, em 22 de abril de 1878, um conjunto de instruções. A essas medidas, o governo resolveu chamar de “instruções provisórias aos retirantes que procuram o Pará” (Pará, 1878, p. 1). Além de organizar os serviços de recebimento, alimentação e acomodação dos retirantes, era também intenção do governo estabelecer os cearenses nos núcleos coloniais distribuídos em diferentes pontos da província. Nesse caso, a presidência do Pará fazia referência aos núcleos de Benevides, São José de Tentugal, Caeté e Bom Gosto, colônias que, segundo o governo, apresentavam significativo número de colonos sem qualquer organização. Dados do governo imperial registravam, na província do Pará, a entrada, entre 18 de março de 1877 e abril de 1878, de uma significativa corrente de migração cearense, que chegou a atingir 16.748 retirantes destinados aos núcleos agrícolas, dos quais 3.199 foram encaminhados para a província do Amazonas. Dos que permaneceram no Pará, cerca de 111 faleceram, restando 12.438 espalhados pelas colônias agrícolas (Brasil, 1877).

Apontamentos conclusivos

Ao migrante cearense estava condicionada, portanto, do ponto de vista da arregimentação de braços para a lavoura, a ocupação de lotes nos núcleos coloniais, pois se acreditava que ele estaria em melhores condições de se adaptar às condições de cultivo e às espécies que poderiam ser plantadas na região. Importante destacar que, embora essas fossem as intenções de segmentos da administração provincial do Pará, muitos permaneceram nos centros urbanos, como Belém, ocupando áreas da periferia da cidade.

Observa-se, ainda, que, para o governo provincial, seguindo uma recomendação da administração geral do Império, o deslocamento dessa população cearense, ao mesmo tempo que aliviava as tensões, principalmente nos centros urbanos do Nordeste brasileiro, redistribuía essa mão de obra para outras regiões do país. Para a Amazônia,

essa população nordestina acabou por minimizar os efeitos do pouco êxito das políticas de colonização desenvolvidas na região, que tinham no povoamento e na ocupação de terras, por meio da prática agrícola, o principal propósito.

Referências

- A CONSTITUIÇÃO. *A seca e os emigrantes do Ceará*. Belém, ano IV, n. 125, 4 jun. 1877.
- A CONSTITUIÇÃO. *Os imigrantes cearenses no Pará*. Belém, ano IV, n. 127, 11 jun. 1877.
- A PROVÍNCIA DO PARÁ. *Os cearenses no Pará*. Belém, 22 set. 1877.
- BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 11-28.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará (séculos XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.
- BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do anno de 1841 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 5ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Cândido José d'Araújo Viana*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843.
- BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do anno de 1877 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 17ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: Conselho Nacional de Pesquisas; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1969.
- GOVERNO DO PARÁ. *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões postais*. Belém: SECULT, 1996.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1891-1916). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 197-225, 2006.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. *Lutas & Resistências*, Londrina, v. 1, p. 42-59, 2006.

MUNIZ, Palma. *Imigração e colonização: história e estatística (1616-1916)*. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. A seca e a caridade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900). In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (orgs.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

NUNES, Francivaldo Alves. *Terras de colonização: agricultura e vida rural ao norte do Império brasileiro*. São Paulo: Scortecci, 2016.

O LIBERAL DO PARÁ. *Imigrantes*. Belém, ano IX, n. 131, 12 jun. 1877.

O LIBERAL DO PARÁ. *Imigração de cearenses para o Pará*. Belém, 21 jun. 1877.

PARÁ. *Discurso recitado pelo Exmo. Sr. Doutor João Antonio de Miranda, presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia de 15 de agosto de 1840*. Pará: Typographia de Santos e Menor, 1840.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2.ª sessão da 20.ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877*. Pará: Typ. do Livro do Commercio, 1877.

PARÁ. *Falla com que o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim do Carmo abriu a 1.ª sessão da 21.ª legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 22 de abril de 1878*. Pará: Typ. da Província do Pará, 1878.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. *Artífices do Próspero Mundo Novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2001.

UM PROJETO CALIFORNIANO NA AMAZÔNIA: ASAHIEL PIPER, O DESVENTURADO PIONEIRO NAS FRONTEIRAS GLOBAIS DO CAPITALISMO DO SÉCULO XIX¹

O “outro” oeste

Poucas histórias ilustram com tanta força a circulação global de projetos capitalistas no século XIX quanto a surpreendente trajetória de Asahiel Dana Piper, um estadunidense que tentou transplantar para a Amazônia um modelo de colonização inspirado diretamente na marcha para o oeste dos Estados Unidos. Referimo-nos, em especial, aos processos que se seguiram à corrida do ouro para a região da Califórnia, a partir do final da década de 1840. Piper, nesse sentido, encarnava o ideal do *self-made man*, que permeava as narrativas de aventureiros, pioneiros e empreendedores do período. Acreditava que o dinamismo que transformara a Califórnia em um polo de atração de migrantes, negócios e abundância poderia ser reproduzido também na América do Sul. Essa convicção deu origem à *Colonization and Commercial Company of Bolivia* (CCCB), fundada em 1869 e estruturada como uma versão sul-americana das companhias colonizadoras da Califórnia, prometendo terras “desocupadas”, riquezas potenciais e oportunidades de ascensão rápida a jovens dispostos a cruzar o continente em busca de fortuna.

O presente capítulo examina o desencontro entre esse imaginário expansionista e a complexa realidade da Amazônia, tomando como eixo as territorialidades do rio Purus, um dos grandes afluentes da margem direita do Solimões. Nascido no atual território peruano, o Purus percorre

¹ O capítulo é fruto de reflexões presentes na tese de doutorado intitulada *O Eldorado dos deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*, defendida na Universidade de São Paulo (USP), em 2018. A pesquisa foi desenvolvida nos Estados Unidos, na New York University (NYU), onde o autor atuou como *Research Scholar* junto ao Departamento de História, com bolsa de pesquisa no exterior financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

milhares de quilômetros sinuosos até sua confluência com o Solimões, atravessando uma zona de fronteira interna que, no século XIX, experimentava forte expansão econômica impulsionada pelo extrativismo da borracha. Longe da imagem de vazio sugerida pelos prospectos da CCCB, suas margens eram ocupadas por múltiplos agentes — povos indígenas, migrantes nacionais, regatões, seringalistas e funcionários provinciais — que historicamente disputavam rotas, territórios e produtos da floresta.

A análise a seguir insere essa problemática no campo da história global e dos estudos transimperiais, conectando Estados Unidos, Inglaterra, Brasil e Bolívia em um mesmo quadro interpretativo. A CCCB torna-se uma chave de análise para compreender como o território amazônico foi incorporado a projetos privados de colonização de alcance internacional, em diálogo com ideias de progresso, abundância e destino expansionista que animavam os modelos de fronteira do mundo anglo-americano.

Ao acompanhar a passagem de Piper pelo rio Purus, o capítulo demonstra que a expansão para o oeste do território amazônico seguiu caminhos profundamente distintos daqueles imaginados pelo explorador estadunidense. À medida que se deslocava pelos meandros do rio, Piper viu-se confrontado por mundos sociais que escapavam ao seu controle, por redes de poder que antecederam sua chegada e por territorialidades que exigiam negociação constante. As promessas de sua companhia colonizadora foram, pouco a pouco, absorvidas por um cenário complexo, em que alianças improváveis, conflitos e disputas intensas moldavam o cotidiano. Em suma, o projeto californiano, ao encontrar a densidade social, política e econômica da Amazônia, converteu-se em outra coisa. Não se tratava de um laboratório de ocupação planejada, mas de um campo de improvisos, disputas e negociações que redesenharam completamente as intenções originais de seu idealizador.

No centro dessas tramas, a figura de Piper ganhou contornos inesperados, muito distantes da imagem do pioneiro autossuficiente e triunfante sobre a “barbárie”. O percurso que o trouxe à Amazônia acabou por conduzi-lo a situações-limite, nas quais sua sobrevivência dependia menos de seu projeto de colonização do que das interações com personagens e forças que ele não havia previsto. A leitura do caso deixa entrever que o encontro entre o imaginário expansionista norte-americano e o tecido sociocultural da floresta produziu desfechos que

surpreenderam não apenas Piper, mas também aqueles que, à distância, imaginavam o território como um “vazio”, uma página em branco para o capitalismo expansionista.

Encontros e desencontros

No decorrer de 1873 e 1874, o geólogo Charles Barrington Brown e o engenheiro William Lidstone estiveram singrando as águas amazônicas em uma missão de reconhecimento encomendada pela *Amazon Steam Navigation Company* (ASNC). Aqueles eram os primeiros anos de atuação do empreendimento, iniciado em 1871, que acompanhava as movimentações posteriores à abertura da Bacia Amazônica à livre entrada de embarcações estrangeiras, ocorrida em 1867. Os acionistas da empresa, sediada em Londres, estavam interessados em obter mais informações sobre os caminhos da frente de expansão em curso, que ganhava cada vez mais notoriedade internacional, especialmente em razão da crescente produção de borracha na Amazônia.

Os viajantes iniciaram suas explorações a partir de Belém, tendo como destino o Alto Solimões, em sua confluência com o rio Javari. Além da calha principal desse grande rio, singraram inúmeros tributários, como os rios Tapajós, Trombetas, Nhamundá, Madeira, Negro, Purus e Juruá, vislumbrados como potenciais rotas para as embarcações comerciais a vapor da referida empresa. Ao todo, foram dois anos de viagem, que constituíram a base para a elaboração do relato intitulado *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and Its Tributaries*, publicado em 1878. Acompanhando os registros de outros viajantes que vinham escrevendo sobre a bacia amazônica, os emissários ingleses registraram, na obra, seu interesse na estruturação da navegação de grande calado na região, tendo em conta os diversos caminhos fluviais que apresentavam crescente demanda comercial.

As trajetórias de Charles Barrington Brown e William Lidstone podem ser inseridas no universo mais amplo das expedições da Era Vitoriana, conectadas à abertura de inúmeras frentes de exploração colonial pelo mundo². Durante a viagem dos dois cientistas, foram articulados

2 A Era Vitoriana (1837–1901), marcada pelo reinado de Vitória no Reino Unido, foi um período de intensa expansão imperial, fortalecimento do comércio global e consolidação de ideologias civilizatórias que sustentaram a presença britânica em diversas regiões do mundo. Como analisa Mary Louise Pratt, em *Imperial Eyes*

diversos exercícios de classificação dos “Outros”, que contribuíam para a construção de narrativas situadas entre a assimilação e o apagamento do tecido social da floresta.

Desse modo, é preciso desconfiar da trama do relato de viagem de Lidstone e Brown, problematizando as dimensões de alteridade presentes em sua composição. Acompanhando a reflexão de Mary Louise Pratt (1992), esse cuidado permite identificar suas narrativas de anticolonização, consubstanciadas no modo pretensamente descritivo do discurso dos viajantes, que, por trás da roupagem da neutralidade ou da cientificidade, guardavam argumentos legitimadores de práticas colonialistas. Tal perspectiva alimentava uma urdidura textual que buscava eufemizar o caráter expansionista e violento das incursões imperialistas sob um verniz científico (Pratt, 1992).

Essa composição tinha o propósito de atrair a atenção dos leitores para os limiares do mundo “civilizado”, onde havia vultosos investimentos entrincheirados em territorialidades disputadas com a “barbárie”. Os viajantes, assim, colocavam-se como soldados de uma espécie de batalha civilizatória, na condição de protagonistas de disputas travadas no plano da produção discursiva. Essa característica atribuía sentido aos ritmos e às escolhas das narrativas, que elegiam temas, personagens e problemáticas conectados a interesses que nem sempre se confundiam com o simples deleite de um *flâneur*.

Assim, não foi por acaso a atenção devotada a um encontro ocorrido nas margens do rio Purus, mais especificamente nas cercanias da recém-fundada povoação de Lábrea, localizada abaixo da desembocadura do rio Ituxi, “fundada” pelo explorador maranhense Antonio Rodrigues Pereira Labre (1872)³. Na ocasião, Brown e Lidstone estavam confortavelmente instalados

(1992), viajantes, naturalistas e exploradores desempenharam papel central na produção de saberes que legitimaram o imperialismo, ao representar territórios ultramarinos como espaços abertos à observação, à intervenção e ao domínio europeu.

3 Antonio Rodrigues Pereira Labre destacou-se como uma das figuras mais influentes do processo de ocupação e exploração econômica do rio Purus na segunda metade do século XIX. Originário do Maranhão, Labre consolidou sua reputação como comerciante, seringalista e articulador político, desempenhando papel decisivo na abertura de rotas, no estabelecimento de povoados e na consolidação de redes de abastecimento na fronteira amazônica. Conforme detalha Hélio Rocha, em *Coronel Labre* (2016), sua trajetória ilustra tanto o dinamismo quanto as contradições da fronteira amazônica: Labre personificou o avanço do capitalismo sobre territórios indígenas, ao mesmo tempo em que buscou legitimar sua presença como agente de “civilização” e ordem. A figura do “Coronel Labre” tornou-se, assim, emblemática de um projeto de poder fundado em redes familiares, alianças políticas e práticas de mando que moldaram a formação social e econômica da Amazônia no final do século XIX.

no vapor *Guajará*, apreciando a viagem e construindo, como de costume, o registro de cenas curiosas. Em certo momento, descreveram e riram da desajeitada presença de uma embarcação depauperada e de seu desafortunado “mestre”, que apenas podia assistir ao luxuoso vapor e aos viajantes subindo o rio. Somente algumas semanas depois, os emissários da ASNC saberiam quem era aquele pitoresco habitante das barrancas do Purus:

One of the memorable things on this river was our meeting Mr. Piper, The American, whose is so well known in connection with schemes of Bolivian colonization. A rumour had shortly before been circulated, and had gone the rounds of European and American papers, to the effect that he had been killed by savage Indians at the head waters of the Purus; but happily he had just turned up to refute it. We noticed his little launch lying under the bank, at a place called Labria after the owner, as we went up river, and had smiled at its rough appearance, its innocence of paint, its funnel rudely constructed of biscuit tins, its ragged curtains, and its untidy awning of dried palm leaves. (...) At this time, however, it was not convenient to stop to form the acquaintance of its master, but a few weeks later, on our way down, we made a point of doing so. The people of Labria, to whom we first paid a visit on landing, told us that Mr. Piper was ill, and alone; but knew nothing more about him. We found him, on our return to the waterside, standing on the shore, feebly endeavoring to haul the launch nearer to the landing, but the task was evidently too much for his strength, and he was glad to accept our offer to manage it for him. He now accompanied us on board the “Guajará”, and as he sank wearily, into a chair, we were able to note how ill he looked, and that, he had fallen into that unkempt condition of dress and person natural to an invalid who is too weak to help himself, and to indifferent to care about his appearance (Brown; Lidstone, 1878, p. 142)⁴.

Após desembarcarem em Lábrea, Brown e Lidstone descobriram que o ocupante da pequena lancha era o idealizador da *Colonization and*

4 A citação conserva a ortografia e a sintaxe originais do texto de época. Tradução livre elaborada pelo autor: “Uma das coisas memoráveis sobre esse rio foi nosso encontro com Mr. Piper, o Americano, bem conhecido por sua ligação com esquemas de colonização na Bolívia. Um rumor tinha circulado pouco tempo atrás em jornais europeus e americanos, sugerindo que ele teria sido morto por índios selvagens nas cabeceiras do Purus; mas felizmente ele estava ali para refutar tal notícia. Nós avistamos sua pequena lancha fundeada na margem, defronte o dono, em um lugar chamado Lábria (sic); como nós estávamos subindo, tínhamos apenas rido da rudeza (da embarcação), com sua inocente pintura, escapamento grosseiramente construído com latas de biscoitos, cortinas esfarrapadas e seu desleixado toldo coberto com folhas secas de palmeira. Naquele momento não era conveniente parar para entrar em contato com o mestre da embarcação, mas, algumas semanas depois, quando estávamos descendo o rio, nós paramos. O povo de Lábria, que visitamos pela primeira vez quando desembarcamos, nos disse que Mr. Piper estava doente e sozinho, mas que não sabia mais nada sobre ele. Nós o encontramos quando voltamos à beira do rio, ocasião em que tentava, sofrivelmente, arrastar sua lancha para mais perto da terra, tarefa que evidentemente estava muito além de sua capacidade e, assim, ficou contente com nossa oferta de ajuda para resolver aquilo em seu lugar. Ele então nos acompanhou a bordo do *Guajará* e, quando tombou cansadamente na cadeira, pudemos notar o quanto estava doente, numa condição desmazelada de vestir, natural de uma pessoa inválida, demasiadamente fraca para ajudar a si mesma, indiferente ao cuidado com sua própria aparência”.

Commercial Company of Bolivia (CCCB). Tratava-se do afamado explorador norte-americano Asahel Dana Piper, que havia prometido instalar imigrantes de seu país às margens dos rios Beni, Purus, Madeira e de seus tributários, povoando a Amazônia com seus compatriotas para explorar as presumíveis e afamadas riquezas da grande floresta da América do Sul. Contudo, àquela altura, o brilho da companhia de colonização parecia estar comprometido, diante do estado ruinoso de seu idealizador. Para assombro dos viajantes ingleses, o rico aventureiro dos Estados Unidos encontrava-se doente e em condições miseráveis, abrigado em um pequeno vapor coberto de palha que havia sido motivo de riso durante a subida do rio. Era difícil acreditar que aquele homem em situação de penúria, poucos anos antes, tivesse sido celebrado por sua arrojada intenção de colonizar terras amazônicas.

Os brios de Asahel Dana Piper, “o pioneiro”

Os emissários ingleses estavam a par dos boatos que circulavam nos jornais sobre o suposto destino de Piper. Ao perceberem que o explorador norte-americano estava vivo, embora em condições miseráveis, os viajantes o apresentavam como um sobrevivente das aventuras na floresta, cujo testemunho poderia ilustrar os desafios vividos nas fronteiras da civilização. Após acolhê-lo a bordo do vapor, inquiriram-no sobre seus percursos e, assim, a tripulação do *Guajará* converteu-se em audiência para o relato das experiências daquele desmazelado “pioneiro”.

Antes de seu empreendimento amazônico, Piper já havia construído uma trajetória marcada por muitas “aventuras”, quase sempre sintonizada com o ímpeto expansionista de seu país no século XIX. Nascido no estado de New Hampshire, em 1826, ainda criança mudou-se com a família para a cidade de Boston, no estado de Massachusetts, onde cresceu e iniciou seu engajamento na Marinha. Aos 20 anos, fez parte da tripulação do navio *Loo Choo*, juntando-se ao grupo de voluntários de Nova York capitaneado pelo coronel Jonathan Stevenson, que atravessou o Cabo Horn (no extremo sul do atual Chile), dando impulso à corrida de circunavegação da América do Sul rumo à Califórnia⁵. De acordo com os estudos

⁵ As informações sobre a trajetória prévia de Asahel Dana Piper foram analisadas a partir de uma matéria publicada no *San Francisco Chronicle*, em 24 de março de 1970, intitulada *19th Century Adventure: Asahel Dana Piper, a Hardier Breed?*. As informações do texto foram reunidas por Harold B. Day, sobrinho-bisneto de Piper, que, à

de John B. Goodman, tratava-se de uma embarcação construída na China, que encabeçou a afamada *frota californiana* em sua longa viagem entre os oceanos Atlântico e Pacífico (Goodman, 1977). Essa rota tornou-se o principal atalho das embarcações norte-americanas para o oeste dos Estados Unidos. Segundo Gerald Horne, somente nos três primeiros meses de 1849, 86 navios californianos atracaram no Rio de Janeiro, seguindo a rota de cabotagem pela América do Sul (Horne, 2010).

Seguindo a tendência dos deslocamentos rumo ao oeste de seu país e o avanço das fronteiras internas, Piper estabeleceu-se em São Francisco, na Califórnia, cidade marcada por forte crescimento populacional conectado ao *rush* do ouro. Na cidade, fez parte da equipe do irlandês Jasper O'Farrell, contratado pelo governo estadunidense para esquadrihar e planificar o que viria a ser a cidade de São Francisco, cujo território foi conquistado no contexto da guerra contra o México, processo de esbulho e tomada de extensas áreas do país vizinho, encerrado em 1848. Aos 24 anos, após o reconhecimento de seus préstimos militares, tornou-se capitão de um navio de 732 toneladas, um dos mais rápidos transatlânticos à vela de sua época, o brigue *Independence* (Goodman, 1977).

Já como residente da costa oeste dos Estados Unidos, diante da imensidão azul do Pacífico, tornou-se dirigente de uma empresa engajada na colonização e exploração econômica interna, intitulada *Colonization Company of California* (CCC). A experiência da empresa, ativa na década de 1860, impulsionou Piper a alçar novos voos. Um dos seus desafios era buscar “trabalhadores aptos” a explorar o rico território californiano, afamado pela busca de metais preciosos, sobretudo o ouro, forjando redes de arregimentação de migrantes interessados nas possibilidades abertas por sua empresa. A experiência em atrair trabalhadores para explorar riquezas da Califórnia já denotava que Piper não era um marinheiro de primeira viagem também em empreitadas que envolviam tentativas de colonização e exploração de migrantes. Portanto, desde muito antes de sua viagem pela América do Sul, travara contato com as demandas por trabalhadores “aptos” em seu país. Nesse ensejo, forjou uma estratégia de expansão de seu projeto californiano na Amazônia, atuando fortemente para viabilizar um projeto de colonização no território amazônico boliviano.

época, desenvolvia uma pesquisa nos arquivos da família. O periódico foi obtido por meio do site *Ancestry.com*, que abriga um amplo banco de dados de documentos públicos e privados sobre famílias norte-americanas do século XIX, alimentado por seus descendentes.

Da Califórnia à Amazônia

Os Estados Unidos, à época de Piper, paulatinamente transformavam-se em um “império entre impérios”. Segundo Thomas Bender, a nação figurava como mais uma no jogo dos expansionismos e colonialismos do século XIX. Contudo, havia especificidades históricas e políticas que associavam a “América” a um pretensão direito de acesso irrestrito a terras e mercados, amparado pelo “Destino Manifesto”⁶. Ainda de acordo com Bender (2006), o ideário de “liberdade, oportunidade e abundância” parecia ser uma consequência natural da compulsão norte-americana pelo uso (e conquista) de novos territórios. A constituição da marcha para o oeste no século XIX é um dos exemplos desse impulso (Bender, 2006).

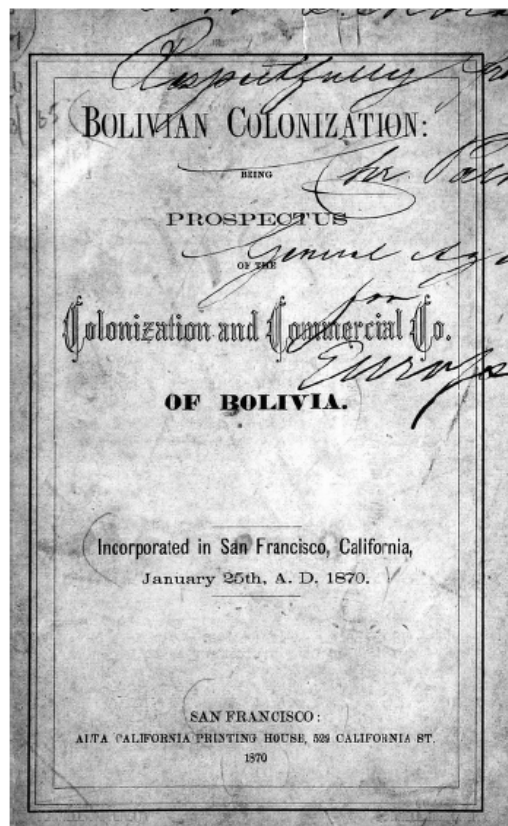
No esteio do contexto oitocentista, os planos de exploração econômica de Piper em seu país se conectaram ao impulso expansionista dos projetos dos Estados Unidos no continente. O rico empresário norte-americano enxergava a possibilidade de replicar os exemplos da marcha para o oeste nas florestas da América do Sul. Nesse ensejo, em 1869, Piper organizou outra empresa de colonização e exploração econômica, a *Colonization and Commercial Co. of Bolivia* (CCCB). A companhia estava vinculada a um plano de colonização apresentado ao governo do general Manuel Mariano Melgarejo Valencia (1864–1871), que aprovou o empreendimento em 1870. As promessas de Piper endossavam o ideário do vazio demográfico, encarnado no velho argumento das riquezas abandonadas em meio à falta de braços. Imbuído de suas experiências nos Estados Unidos, propôs implementar na Amazônia colônias de trabalhadores que viveriam sob as regras da empresa, explorando as benesses da natureza local. Desse modo, Piper agradava o governo boliviano, que ansiava por receber imigrantes, e sugeria duas frentes principais de exploração econômica, combinando produção

6 A noção de “Destino Manifesto”, formulada por John L. O’Sullivan em 1845, expressava a crença de que os Estados Unidos tinham uma missão providencial de expansão territorial e civilizatória. Como demonstra Maria Clara Carneiro Sampaio em sua tese de doutorado (2013), esse ideário não se limitou ao avanço interno norte-americano e sustentou iniciativas externas de comerciantes, aventureiros e investidores que, desde meados do século XIX, passaram a imaginar a Amazônia como uma fronteira de oportunidades. Os exemplos analisados pela autora, envolvendo projetos de colonização, exploração de recursos e circulação de agentes privados apoiados por retóricas de progresso, precedem e iluminam o contexto no qual se insere a atuação de Asahel Piper na região.

agrícola e um novo impulso na cata de metais preciosos. Tratava-se de uma empreitada que conectava a América do Sul à experiência de exploração econômica da Califórnia.

O território amazônico foi alvo de um empreendimento de caráter expansionista, elaborado por uma iniciativa privada de um explorador dos Estados Unidos e encampado pela Bolívia. Um extenso documento sobre as movimentações e intenções de Piper foi publicado em São Francisco em 1870, reunindo os papéis da negociação com o governo do país sul-americano, descrevendo cláusulas e artigos contratuais, regalias e obrigações, além do detalhamento dos contornos geográficos da concessão de terras destinada à empresa colonizadora.

FIGURA 1 – DETALHE DA CAPA DO PROSPECTUS.



Fonte: The New York Public Library.

O folheto com o *Prospectus* da CCCB reunia o conjunto de documentos trocados com a Bolívia, contendo o detalhamento dos passos da concessão, além de diálogos com outros emissários norte-americanos, como George Earl Church, William Lewis Herndon e Lardner Gibbon⁷. Com isso, é possível acompanhar os passos da viabilização do empreendimento a partir de duas facetas presentes no documento: uma dedicada aos alicerces “históricos” da proposta, imbuída nas experiências dos viajantes citados por Piper, e outra embasada nos papéis oficiais legitimados pelo governo boliviano. A proposta original de Piper foi analisada por uma comissão escolhida pelo governo de Mariano Melgarejo, que propôs algumas alterações. No geral, o projeto sofreu poucas modificações, recebendo algumas emendas que não desvirtuavam os objetivos originais do empreendimento.

A Companhia estaria submetida às leis da Califórnia, mas obedeceria às regras estabelecidas no contrato com o governo da Bolívia. Entre as disposições, havia a obrigação de a CCCB introduzir pelo menos 1000 famílias de colonos nos primeiros cinco anos, que seriam alocadas em terras tidas como “desocupadas”, incluindo aquelas habitadas por populações indígenas. Nesse quesito, fica clara a disposição do governo em oferecer à empresa a possibilidade de controlar territórios nativos (e sua força de trabalho), fazendo referência específica aos povos *Siriones* (*Sirionó*), que viviam na bacia do rio Mamoré. Segundo o acordo, após 25 anos de plena ocupação e realização de benfeitorias, as respectivas terras passariam a ser propriedade dos colonos, que, desde sua entrada no país, seriam tratados como bolivianos naturalizados.

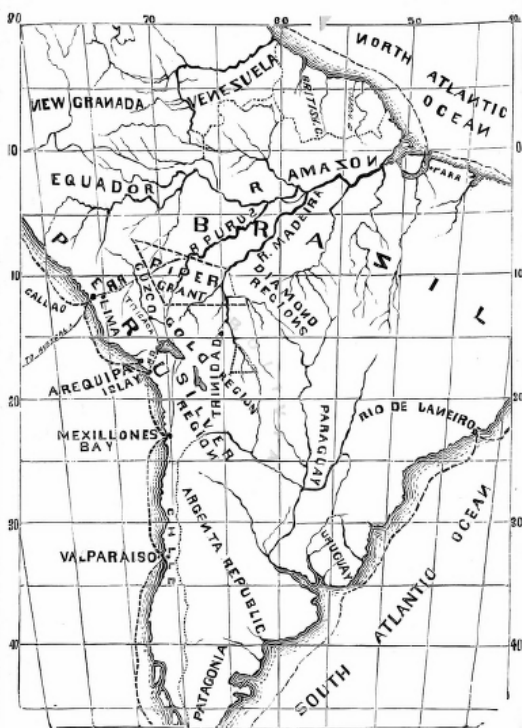
A CCCB seria responsável pelo pagamento dos salários de todos os funcionários públicos que atuassem ou que fossem nomeados pelo governo para a área da concessão, medida que vigoraria durante os dois anos iniciais do empreendimento. Em contrapartida, a empresa teria licença para implementar um novo sistema bancário-financeiro, emitindo ordens de pagamento e papel-moeda próprio, que circularia dentro dos domínios da concessão. Além disso, teria isenção fiscal por até 10 anos, bem como livre navegação e permissão para construir quaisquer obras

7 Os três viajantes aparecem citados no *Prospectus*, com destaque para Church e Gibbon. Um texto do primeiro, publicado originalmente no jornal *New York Herald*, em 9 de abril de 1869, é utilizado como exemplo descritivo e histórico da Bolívia. Do segundo, Piper (1870) utiliza as observações meteorológicas levantadas à época da viagem de Gibbon pela Amazônia, em 1852.

que lhe aprouvessem, como pontes, portos e caminhos de ferro, que seriam explorados economicamente sob o monopólio da CCCB, em acordo com o governo central.

A imensa área concedida a Piper limitava-se, ao norte, por uma linha iniciada no ponto de interseção entre os rios Beni e Mamoré, que seguia até as nascentes do rio Javari; a oeste, confrontava-se com os limites territoriais da República do Peru; a leste, pelo curso dos rios Itenez (Guaporé) e Mamoré; e, ao sul, pela linha de 12° de latitude ao sul da Linha do Equador. O território do empreendimento alcançava cerca de 145 mil quilômetros quadrados, quase confundindo-se com a área que, posteriormente, em 1903, seria incorporada ao Brasil sob a forma do território do Acre. Como forma de situar melhor os leitores quanto à dimensão da concessão, o explorador norte-americano incluiu no *Prospectus* um mapa indicativo das possessões, sob o título de “*Piper grant*”.

FIGURA 2 – DETALHE DO MAPA, COM DESTAQUE PARA O PIPER GRANT.



Fonte: The New York Public Library.

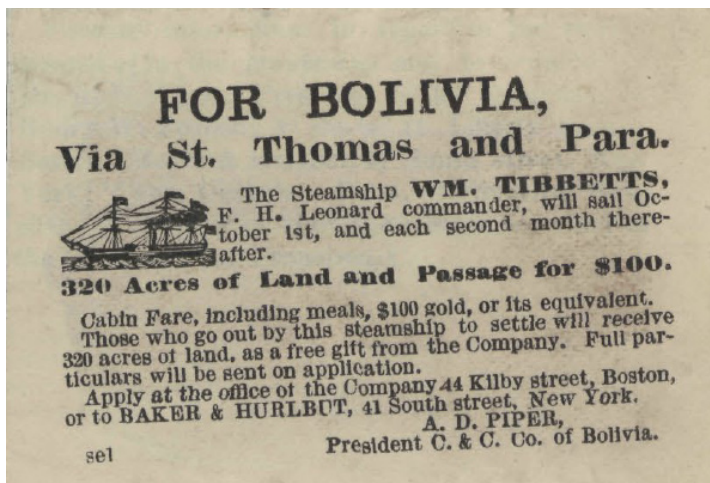
O mapa posiciona o rio Purus e parte do curso do rio Madeira em destaque, como rotas fluviais de acesso às terras concedidas. O recorte da área é destacado entre Brasil, Bolívia e Peru, cujas fronteiras figuram de maneira diluída, sem privilegiar linhas divisórias visíveis. O território boliviano simplesmente desaparece no mapa, dando lugar a uma série de localidades que circundam o *Piper grant*. Nesse sentido, é interessante notar a presença de áreas intituladas “*silver region*”, “*diamonds region*” e até “*gold region*”, que também contribuíam para o ocultamento do espaço de soberania da Bolívia. Esse destaque aos metais e às pedras preciosas certamente era um recado voltado a um público específico: os *pioneers* dos Estados Unidos, imigrantes arregimentados para expandir seus empreendimentos e aventurar-se na América do Sul. Até mesmo a rota de circunavegação pelo Cabo Horn, com cabotagem em várias paradas, como Pará (Belém) e Rio de Janeiro, aparece nas bordas oceânicas do mapa, possivelmente como um indicativo do percurso para aqueles que se aventurassem até a Bacia Amazônica.

Com isso, Piper (1870) revelava, mais uma vez, a inspiração californiana de seu projeto, que se somava às demandas por imigrantes na Bolívia, país que desejava “ardentemente a entrada de pessoas industriais e empreendedoras” (Piper, 1870 p.35). Conquanto o acordo do explorador com o país sul-americano estivesse conectado às possibilidades agrícolas e ao aproveitamento da floresta no longo prazo, contraditoriamente, o discurso de Piper (1870) não se coadunava apenas com um esforço voltado à sedentarização de colonos. A suposta opulência em ouro, prata e diamantes revestia-se de um verniz aventureiro, capaz de atrair exploradores ávidos por lucros rápidos. Desse modo, asseverava que a “febre” da exploração econômica da Califórnia poderia, de algum modo, repetir-se em seu “*grant*” amazônico, situado no território boliviano (Piper, 1870).

Não por acaso, uma chamada destinada a imigrantes foi anexada ao conjunto de documentos que justificavam o empreendimento. O convite lembra um anúncio de jornal e acompanha o *Prospectus*. O apelo aparece acoplado ao texto redigido por Piper (1870), no qual o autor situa sua iniciativa diante do contexto dos negócios e do avanço das “conquistas” liberais. Uma das primeiras informações apresentadas diz respeito à recente abertura da navegação da bacia amazônica, que, segundo o autor, representava um enorme ganho, ao desimpedir o acesso do comércio mundial

às terras baixas dos países das cabeceiras (Piper, 1870). Não obstante, uma vez aberta a calha do grande rio, Piper (1870) indicava a necessidade de sua efetiva exploração. Com esse tom, elaborava um convite atraente aos que estivessem dispostos a empreender a travessia rumo ao oeste, desta vez, no interior da América do Sul.

FIGURA 3 – CHAMADA PARA PIONEERS.



Fonte: The New York Public Library⁸.

A chamada de Piper (1870) evidenciava as facilidades e as possibilidades oferecidas àqueles que se dispusessem a enfrentar a empreitada. Os escritórios da CCCB, em Boston e Nova York, estavam aptos a esclarecer qualquer dúvida dos interessados em investir \$100 (cem dólares) em ouro para seguir rumo ao “outro” oeste. A promessa de 320 acres de terra (cerca de 129 hectares) era bastante tentadora, sobretudo porque se aventava a possibilidade de encontrar, nesse “presente”, fontes de metais e pedras preciosas. No Prospectus, Piper (1870) asseverava ainda que a travessia representava uma oportunidade para jovens pioneiros, pessoas que ansiavam por iniciar sua vida nos negócios. Segundo ele, com “poucos

⁸ A citação conserva a ortografia e a sintaxe originais do texto de época. Tradução livre elaborada pelo autor: “Para a Bolívia via St. Thomas e Pará. O Vapor Wm. Tibbetts, do comandante F. H. Leonard, partirá em 1º de outubro (1870) e, depois disso, a cada dois meses. 320 acres de terra e passagem por \$100. Tarifa de cabine, incluindo refeições, \$100 em ouro, ou seu equivalente. Aqueles que partirem neste vapor para se estabelecer receberão 320 acres de terra como um presente gratuito da Companhia. Referências completas serão fornecidas no ato da inscrição. Submeter pedido ao escritório da Companhia, Rua Kilby, 44, Boston, ou à BAKER & HURLBUT, Rua Sul, 41, Nova York. A. D. Piper, Presidente da C. & C. Co. of Bolivia”.

anos de indústria”, seria possível aos imigrantes construir fortunas, pois as condições para prosperar na Bolívia seriam mais favoráveis do que as encontradas em outros países, evitando, assim, uma “vida inteira de trabalho” desafortunado (Piper, 1870). Em suas palavras, “*This is the country for young people just commencing life, here, with a few years of industry, they can make for themselves a home and fortune, that they could not expect to gain, in a lifetime of toil, in less favored countries*” (Piper, 1870, p. 42)⁹.

Esse tipo de mensagem também foi divulgado na imprensa brasileira, como no caso do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, que, em seu editorial de 9 de agosto de 1870, explicava aos leitores os termos dos acordos de Piper com a Bolívia. O jornal reafirmava o arrojo da empresa e dos imigrantes, que iriam ocupar uma área onde, alegadamente, não existiam, até aquele momento, “outros habitantes mais que gentios selvagens que o governo nunca pôde subjugar”¹⁰. Publicidade semelhante persistiu no ano seguinte, quando foram veiculadas notícias sobre a chegada do dirigente da CCCB ao Brasil. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou, em sua coluna “Notícias do Norte”, uma informação extraída do *Commercio do Amazonas*, datada de 23 de fevereiro de 1871. A nota tratava da chegada de Piper a Manaus e apresentava um relato de seu itinerário desde a partida dos Estados Unidos:

Anteontem ancorou em nosso porto o patacho norte-americano *Enterprise*, procedente de Boston com escala pelo Pará, tendo saído do primeiro porto em 27 de novembro (1870) e do segundo em 25 de dezembro do ano findo.

Destina-se esse navio ao Alto Purus, umas trezentas milhas acima de Huytanahan, conduzindo 21 imigrantes sob a direção do Sr. Asahel Dana Piper, com o fim de explorarem as minas de ouro e outros metais preciosos e de estabelecerem a agricultura no território da Bolívia, na forma do contrato celebrado entre o respectivo governo e o Sr. Piper.

Só ao gênio ativo e empreendedor, como os dos povos dos Estados Unidos da América do Norte, é dado acometimentos desta natureza; e, pois, desejamos que o Sr. Piper e seus companheiros vejam seus esforços coroados dos melhores resultados, com o que nos parece também lucrará esta província¹¹.

9 Tradução livre elaborada pelo autor: “Este é o país para os jovens que estão começando a vida; aqui, com alguns anos de trabalho diligente, eles podem construir para si um lar e uma fortuna que não poderiam esperar alcançar em toda uma vida de labuta, em países menos favorecidos.”

10 HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (HDBN). *Diário de Notícias* (redator e proprietário: Clímaco A. dos Reis), 9 ago. 1870, n. 1, p. 3. Exemplar digitalizado. Obs.: Na mesma época, circulava um jornal homônimo.

11 HDBN. *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de março de 1871, n. 77, p. 2.

A notícia tratava com entusiasmo a passagem da comitiva da CCCB pela capital da Província do Amazonas. É mencionada a presença de um primeiro grupo de 21 imigrantes embarcados em Boston, juntamente com Piper. O jornal deixa entrever que o itinerário da viagem seguiu pela calha principal do rio Amazonas, adentrando o rio Negro até Manaus, de onde rumaria para a Bolívia, retornando ao curso do rio Solimões em direção ao rio Purus. O último rio singrado na viagem de ida não era uma simples rota de passagem até o “*grant*”. O Purus era um ímã para novos negócios na floresta à época, impulsionados especialmente pela produção de borracha. Desde a elaboração do mapa indicativo de suas possessões na América do Sul, Piper já havia incluído, com destaque, parte do curso do rio Purus dentro da área da CCCB.

Os apuros do pioneiro

Os sonhos de uma nova Califórnia passavam pela subida dos rios amazônicos. Essa foi a mensagem vendida aos membros da expedição, que, após saírem de Manaus, iniciaram a etapa final da viagem. Nesse meio-tempo, a percepção dos que acompanhavam Piper começou a identificar a distância entre o discurso da empresa e as dinâmicas econômicas da floresta. As paragens de destino da comitiva não eram famosas por metais e pedras preciosas, que, inadvertidamente, tinham cintilado na propaganda divulgada por Piper. Ao navegar o meandroso Purus, laureado por portentosas embaúbas, castanheiras, seringueiras e sumaumeiras, os imigrantes detectaram que aquele terreno não era propício à exploração aurífera. Diversamente do que foi veiculado no *Prospectus*, não seriam encontradas riquezas minerais, mas, sim, vultosos negócios de ordem extrativista, constituídos a partir das longevas barganhas de indígenas, regatões, seringueiros, fugitivos e exploradores de toda ordem. Esses personagens faziam parte da frente de expansão rumo ao oeste amazônico, que não coadunava com o chamariz expansionista do movimento congênere da América do Norte.

Existia um tecido social consolidado na floresta, cujas dinâmicas e movimentações desmentiam o “vazio demográfico” propagandeado pela empresa. No topo das cadeias de negócios locais, estavam os donos de feitorias e agentes oficiais da Província do Amazonas, que possuíam inte-

resses bem delimitados naqueles rincões, marcados por intensas disputas, muito distantes do deserto imaginado por Piper. Não tardou para que os imigrantes estadunidenses da CCCB percebessem que as promessas não encontravam respaldo naqueles territórios. Durante a subida do rio, antes mesmo de chegar ao “*grant*”, iniciou-se um processo de deserções. Sem o apoio de sua comitiva, o estadunidense viu, aos poucos, definharem seus projetos de negócios nos moldes que havia planejado. Permaneceu no Purus tentando, sofrivelmente, adaptar-se ao cenário econômico “real”.

Em 1874, quando encontrou os ingleses Brown e Lidstone, o próprio Piper testemunhou seus percalços diante das deserções sofridas no Purus. Na época do encontro, o explorador dos Estados Unidos tentava descer o rio com o que lhe havia restado de provisões, em sua desgastada lancha. Após sofrer inúmeros revezes na floresta, Piper confidenciou algumas de suas experiências aos enviados da *Amazon Steam Navigation Company*, que narraram as desventuras do famoso pioneiro:

He had been deserted by everyone up river, but had managed to get back thus far alone, working his craft entirely without other assistance, and being his own captain, engineer, stoker, and steersman. The fire-ants, which swarmed on board, had bitten his feet and legs until they had become swollen of such continuous labor had at last broken him down. . . . Notwithstanding his wretched appearance and surroundings, Mr. Piper was able to speak proudly of the immense territory he possessed in Bolivia, covering 100,000 squares miles, and occupying the whole of that country north of the twelfth parallel of latitude. (. . .) One could not but be struck with the energy of the man who, after repeated failures, and now in ill-health, still spoke of his enterprise as feasible, and was devising schemes for its prosecution (Brown; Lidstone, 1878, p. 443)¹².

A narrativa de Lidstone e Brown continuava de acordo com as demandas das fronteiras da civilização. Embora tratassem das deserções e dos maus bocados pelos quais Piper havia passado na floresta, não deixavam de asseverar que ele permanecia altivo diante dos problemas. Pintavam um herói solitário, que havia vencido inúmeras dificuldades até conseguir atracar na povoação de Lábrea. As precárias condições de saúde

12 A citação conserva a ortografia e a sintaxe originais do texto de época. Tradução livre elaborada pelo autor: “Ele foi abandonado por todos na subida do rio, mas conseguiu voltar até aqui sozinho, navegando em sua embarcação sem a assistência de ninguém, sendo seu próprio capitão, engenheiro, provedor de lenha e piloto. As formigas de fogo, que haviam tomado o barco, tinham mordido seus pés e suas pernas até ficarem inchadas (...). Sua aparência miserável, Piper ainda pôde falar orgulhosamente do imenso território que possuía na Bolívia (...). Não se podia deixar de ficar chocado com a energia daquele homem, que, depois de repetidos fracassos, e agora com saúde precária, ainda tratava sua empresa como realizável e estava planejando esquemas para seu prosseguimento”.

e a falta de recursos fortaleciam a imagem do dirigente da CCCB como exemplo de pioneiro, um modelo de emissário da civilização que estava vencendo os revezes da barbárie.

No entanto, o arquétipo construído pelos viajantes ingleses não permite entrever mais detalhes dos passos de Piper “sozinho” pelo rio Purus. Para além do relato dos membros da *Amazon Steam Navigation Company*, existem outras referências que apontam indícios mais complexos para a compreensão do que ocorreu com o explorador estadunidense. Em extensa carta enviada ao famoso geógrafo italiano radicado no Peru, Antonio Raimondi, o próprio Piper revelou mais detalhes sobre seus itinerários. Há pistas na missiva sobre sua mudança de planos, demonstrando interesse em acompanhar a tendência das explorações dos ricos seringais do Purus. O testemunho integra o Tomo III da coletânea *El Peru*, publicada por Raimondi em 1878. Segundo Piper, em relato publicado na coletânea organizada pelo autor italiano:

Desde este punto, mis compañeros se regresaron y despues de hacer algunos preparativos, seguí adelante, acompañado por mi esposa y por criados indios, que me prestaban sus servicios de cuando en cuando en el río. Penetré en el país de los indios Hipurinas, gran tribu que habita el Purus, desde una corta distancia, arriba del Ituxy hasta arriba del Aquiry, a una distancia de más de 500 millas del río. Estaban completamente desnudos, y vivían sin haber estado nunca en contacto con la civilización, ni recibido su influencia. Construí una casa y habité en su tierra hasta que las aguas del río alcanzaron su nivel mas bajo. Aprendí algo de su idioma y concluí que era necesario poblar aquella seccion del río con gente civilizada, como un preliminar indispensable para establecer libre pasaje a á Bolivia y al Peru. Navegué a Manaos e al Pará en un bote, y logré que algunos miles de recogedores de jebe emigrasen allá, y despues los seguí yo, para favorecer el movimiento en mi vaporcito “El Pioner”, dejando el Pará el 7 de setiembre de 1872. Apresuré el establecimiento en el río, hacia el Pauinim arriba, uns 300 millas, con cerca de 3000 personas civilizadas, y exploré el río en su periodo creciente, arriba de la boca del río Araca, 1445 millas, por el curso del río, desde la boca del Purus. En la boca del Araca fundé uns ciudad, que la llamé Puerto Gibbon, y erigí un vasto almacen, y exactamente en frente, al otro lado del río, rocé e hice una plantificación y una gran casa para mi ingeniero, que quedó a cargo de mi establecimiento (Piper apud Raimondi, 1879, p. 589-590)¹³.

13 A citação conserva a ortografia e a sintaxe originais do texto de época. Tradução livre elaborada pelo autor: “Desde esse ponto (boca do rio Ituxi), meus companheiros regressaram e, depois de fazer alguns preparativos, seguí adiante, acompanhado de minha esposa e de criados índios, que me prestavam seus serviços de vez em quando no rio. Adentrei o país dos índios Hipurinás (Apurinã), grande tribo que habita o Purus, desde uma curta distância acima do Ituxi até acima do Aquiry, num espaço de mais de 500 milhas. Estavam completamente nus e viviam sem ter contato com a civilização (...). Construí uma casa e habitei em suas terras até que as águas do rio alcançassem seu nível mais baixo. Aprendi algo de seu idioma e cheguei à conclusão de que era

Na carta, Piper deixa pistas sobre o local da deserção de seus companheiros de viagem. A foz do rio Ituxi, um dos mais importantes afluentes do Purus, é apontada como a localidade-limite dos imigrantes incrédulos que “regressaram”. É possível inferir que os membros da comitiva aproveitaram a rota de descida dos vapores, que já realizavam regularmente viagens entre Manaus e o Purus em 1872¹⁴. A presença da esposa de Piper é outra referência bastante interessante e que não aparece no relato esboçado por Brown e Lidstone. De modo semelhante, os “criados índios” também são obliterados no relato dos ingleses. Afinal de contas, para construir a narrativa heroica de Piper, era preciso que ele “vencesse” sozinho.

Dos membros da expedição saída de Boston, fica implícito que permaneceram apenas o casal Piper e o engenheiro da comitiva, que sobreviveram, provavelmente, graças ao acolhimento dos *Apurinã*. Os indígenas permitiram que os adventícios construíssem uma casa e permanecessem durante vários meses em suas terras, aguardando a estação da vazante para encetar uma investigação mais criteriosa da região. Essa temporada, segundo Piper, foi suficiente para o aprendizado de rudimentos do idioma *Apurinã*. Embora a missiva afirme que os *Apurinã* “viviam sem ter contato com a civilização”, a acolhida dispensada aos “brancos” desmente o pioneiro. A região do rio, assim como a de inúmeros outros afluentes do alto Purus, já era acessada havia décadas por regatões, diretores de índios, viajantes estrangeiros, entre outros personagens, que mantinham constante contato e interlocução com as populações indígenas, inclusive nos mundos do trabalho (Cardoso, 2013).

É preciso desconfiar da insistência do explorador em afirmar a necessidade de “povoar” as margens do Purus com “gente civilizada”, índice que, mais uma vez, o colocava na condição de pioneiro. A circulação de

necessário povoar aquela área do rio com gente civilizada, como condição indispensável para estabelecer uma livre passagem para a Bolívia e o Peru. Então, naveguei até Manáos e (depois) ao Pará em um bote, e consegui que alguns milhares de recolhedores de borracha (seringueiros) emigrassem para lá (Purus); depois, eu os segui, para favorecer o movimento do meu vaporzinho *El Pioneer*, deixando o Pará em 7 de setembro de 1872. Apreseiei-me na criação de um estabelecimento no rio, desde o Pauini até umas 300 milhas acima, com cerca de 3.000 pessoas civilizadas (...). Na Boca do Aracá fundei uma cidade, que nomeei de Porto Gibbon; lá construí um grande armazém e, exatamente em frente, do outro lado do rio, rocei, fiz uma plantação e uma casa grande para meu engenheiro, que ficou no comando do estabelecimento”.

14 Ver o itinerário acordado no contrato assinado entre a Companhia Fluvial do Alto Amazonas, de propriedade do português Alexandre Paulo de Brito Amorim, e a Província do Amazonas, em 1866. Cf. AMAZONAS (Província). *Contratos celebrados com a Presidência*. Manaus: Thezouraria da Fazenda Provincial do Amazonas, 1871. Folheto impresso. Arquivo Público do Estado do Amazonas.

vapores e o crescente fluxo migratório que tomavam o rio (advindos de outras províncias do Brasil, como o Ceará) não aparecem na carta endereçada a Antonio Raimondi, deixando campo aberto ao ideário do norte-americano como iniciador da obra “civilizatória” no Purus.

De qualquer maneira, o projeto, voltado à Bolívia nos moldes californianos, foi transformado pelas demandas da frente de expansão interna já existente. Nessa perspectiva, é interessante notar os significados da decisão de fundar uma cidade, que levaria o nome de seu colega da Marinha, como um lócus do projeto inicial que se adequava ao novo cenário econômico. Ao que tudo indica, quando Piper encontrou Lidstone e Brown nas cercanias de Lábrea, estava perfazendo o itinerário de mais uma descida em busca de “recolhedores de borracha” para suas explorações de seringa e para o incremento de suas pretensões de pioneiro. Desde sua chegada ao Purus, essa deve ter sido uma atividade recorrente, que combinava não somente a arregimentação de trabalhadores, como também a busca por produtos para o abastecimento de seu armazém, índice claro do funcionamento do sistema de aviamento.

O aviamento consistia em uma prática econômica baseada no endividamento ou no crédito, que mantinha a cadeia de produtores das “drogas do sertão amazônico”, *aviando-os*, ou seja, fornecendo-lhes alimentos, armas, roupas, dentre outros gêneros, em troca dos produtos obtidos na floresta. Esse sistema também estava atrelado ao transporte de trabalhadores para a floresta, aos quais posteriormente eram cobrados os encargos da viagem, pagos com os saldos e os esforços do trabalho (Weinstein, 1993). Essa modalidade de agenciamento escondia um sistema de escravidão por meio das dívidas e do cerceamento da liberdade dos trabalhadores agenciados. Naquela ocasião, porém, após mais de três anos de atividade no rio, Piper parecia muito debilitado para executar seus novos planos ligados às práticas locais do aviamento. O pioneiro e seu projeto estavam em apuros.

O fracasso do projeto californiano na Amazônia

Os negociantes das praças de Manaus e Belém notaram que o dono do vaporzinho *El Pioner* tinha estranhamente desaparecido de suas rotas de negócios. Alguns jornais desconfiavam até que ele tinha sido morto por “selvagens”, como demonstrou o testemunho de Brown e Lidstone.

A desconfiança de seu desaparecimento gerou até mesmo uma investigação por parte da Legação dos Estados Unidos, sediada em Petrópolis. À época, vários ofícios foram trocados com autoridades da Província do Amazonas, dando conta dos possíveis acontecimentos que poderiam ter levado ao sumiço de Piper. A possibilidade de sua morte levou à elaboração de um inquérito, incluindo a participação da polícia do Amazonas, que iniciou uma acurada investigação. Em pouco tempo, a hipótese do ataque de indígenas foi descartada e toda a desconfiança foi voltada para um dos guias de viagem do explorador, chamado “preto Daniel”¹⁵. Esse personagem trabalhava para o dirigente da CCCB e para outros negociantes, sendo um reconhecido guia de viajantes no alto Purus.

O suspeito foi interrogado pela polícia e sustentou a versão de que não havia matado o norte-americano. Todavia, deixou claro que tinha sido instruído a fazê-lo. A razão da contenda seriam disputas em torno dos negócios da borracha, às quais Piper tentava tomar parte, concorrendo com os outros exploradores instalados na região. A acusação de mandante do crime recaiu sobre os ombros de Gil Braz da Encarnação, afamado explorador, comerciante e seringalista da área do Purus¹⁶.

O “preto Daniel” confessou que esteve prestes a cometer o assassinato, a mando do patrão da família Encarnação. O suspeito afirmou que não o fez por reconhecimento da “bondade (de Piper) para com ele”. Mesmo após inquirir o guia e mantê-lo sob custódia, a investigação ainda não havia chegado a uma conclusão, pois Piper continuava desaparecido até aquele momento. Sua esposa, que se encontrava em Belém, persistia na denúncia do sumiço do marido, pressionando as autoridades dos Estados Unidos por soluções. Somente após o encontro com os emissários da *Amazon Steam Navigation Company*, notícias concretas de Piper foram divulgadas, dando conta de que ele estava vivo.

Na ocasião, o geólogo e o engenheiro ingleses ajudaram o dirigente da CCCB a se reerguer, alimentando-o e fornecendo-lhe alguns gê-

15 APEA. Livro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1873. Os ofícios são assinados por Richard Cutts Thammien, representante da Legação dos Estados Unidos no Brasil.

16 Gil Braz da Encarnação era um dos filhos de Manoel Urbano da Encarnação, “homem de cor”, antigo negociante, que já havia trabalhado como “Diretor de Índios” no Purus, famoso interlocutor dos interesses dos dirigentes da Província do Amazonas há longa data. A família Encarnação, portanto, era influente e poderosa, com diversos negócios extrativistas no Purus há décadas, imbricados em interlocuções e agenciamentos de populações indígenas como trabalhadores. Braz Gil da Encarnação faleceu em 1888 e deixou em seu inventário várias dívidas “a receber” de inúmeros indígenas e outros trabalhadores, sinal claro de sua conexão com o sistema de aviamento (Cardoso *apud* Cancela; Castro, 2023, p. 155).

neros, “uma tartaruga, um saco de biscoitos e uma garrafa de conhaque”. E assim, Piper testemunhou finalmente sobre seu “desaparecimento”, em companhia da tripulação do vapor *Guajará*.

*There had been, it seems, some foundation for the report representing him as killed, for a negro in his employ had administered poison to himself and his engineer, of such potency that they both lay at the point of death for three months. This attempt on their life had been committed, Mr. Piper said, at the instigation of a man, well known on the Purus, who was jealous of his reputation as an explorer, and wished to keep the monopoly of the india-rubber trade on the upper portion in his own hands (Brown; Lidstone, 1878, p. 443-444)*¹⁷.

Os detalhes da tentativa de assassinato vieram à tona no relato dos viajantes. O discurso dos ingleses corroborava o inquérito, sugerindo o “preto Daniel” como executor e o afamado Gil Braz da Encarnação como mandante do crime. A ocasião do envenenamento não foi descrita em detalhes no inquérito da polícia, mas é provável que o “preto Daniel” tenha usado a raiz do *timbó* para executar a tentativa de assassinato. O tubérculo tóxico era usualmente utilizado para atordoar peixes em pescarias indígenas, cuja seiva podia ser facilmente diluída na água.

Para além disso, não há, entre as fontes, outros detalhes que completem a trama. Não foi possível desvendar o destino dos responsáveis pelo envenenamento, pois os ofícios e o inquérito se encontram incompletos. Não há, igualmente, nenhuma referência sobre como Piper e seu engenheiro teriam conseguido sobreviver após ingerirem o veneno. Talvez um estudo mais acurado sobre a relação do norte-americano com os Apurinã, conhecedores da alquimia de contravenenos, possa apontar caminhos para alcançar tal resposta. Sem mais detalhes, o livro de viagem de Lidstone e Brown guarda as pistas mais verossímeis sobre a versão final do ocorrido. Sob tal viés, o desventurado “herói” tenazmente sobrevive, assim como, alegadamente, a civilização sempre estaria predestinada a vencer a barbárie.

Essa versão da história, guiada pelos “olhos do império”, joga pouca luz sobre o complexo mundo social que definiu a malfadada trajetória de Asahel Dana Piper na Amazônia. De reprodutor do modelo califórnia-

¹⁷ A citação conserva a ortografia e a sintaxe originais do texto de época. Tradução livre elaborada pelo autor: “Havia, ao que parece, algum fundamento no relatório que o dava como morto, por um empregado negro que tinha envenenado ele (Piper) e seu engenheiro, com tal potência que ambos ficaram a ponto de morrer por três meses. Essa tentativa de assassinato tinha sido cometida, segundo Mr. Piper, sob a instigação de um homem, bem conhecido no Purus, que era ciumento com sua reputação de explorador e desejava manter o monopólio do comércio de borracha sob seu controle na porção alta do rio”.

no de colonização, o norte-americano tornou-se um explorador cioso por seringais e drogas da floresta. Em vez de “pioneiros”, teve que recrutar “recolhedores de borracha”, possivelmente migrantes nacionais e indígenas. Em razão de suas novas escolhas, enfrentou a morte e a concorrência dos que o precediam no rio Purus, homens que disputavam os mesmos lucros e trabalhadores. Piper teve que encarar territorialidades desconhecidas e negociar sua permanência na floresta com indígenas, regatões e outros exploradores. Mesmo assim, fracassou em manejar os desafios da alteridade na floresta, enxergando o Purus sob o prisma imperialista do vazio demográfico, aberto para suas investidas de “pioneiro”.

Referências

BENDER, Thomas. *A Nation among Nations: America's Place in World History*. New York: Hill and Wang, 2006.

BROWN, Charles Barrington; LIDSTONE, William. *Fifteen Thousand Miles on the Amazon and Its Tributaries*. London: E. Stanford, 1878.

CAMERON, Ian. *To the Farthest Ends of the Earth: 150 Years of World Exploration*. London: Macdonald General Books, 1980.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Indígenas e migrantes: memórias deserdadas do avanço rumo ao oeste amazônico (século XIX e início do XX). In: CANCELA, Cristina Donza; CASTRO, Lara de (orgs.). *Nortes migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2023. p. 151-165.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. Nos meandros da história do rio Purus: problemáticas de alteridade e os mundos do trabalho no século XIX. In: AMOROSO, Marta; MENDES DOS SANTOS, Gilton (orgs.). *Paisagens ameríndias: lugares, circuitos e modos de vida na Amazônia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

GOODMAN, John B. *The Gold Rush: Voyage of the Ship Loo Choo around the Horn in 1849*. Michigan: The Cumming Press, 1977.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LABRE, Antonio Rodrigues Pereira. *Rio Purus*. Maranhão: Typ. do Paiz Imp. M. F. V. Pires, 1872.

LINK, Rogério Sávio. *Fronteiras da borracha: Estado, território e trabalho no oeste amazônico (1850–1900)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. 2005. Tese (Livre-Docência em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PIPER, Asahel Dana. *Bolivian colonization: being prospectus of the Colonization and Commercial Co. of Bolivia, incorporated in San Francisco, California, January 25th, 1870*. San Francisco: Alta California Printing House, 1870.

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. London; New York: Routledge, 1992.

RAIMONDI, Antonio. *El Perú: historia de la geografía del Perú*. Libro II, tomo III. Lima: Imprenta del Estado, Calle de la Rifa n. 58, por J. Enrique del Campo, 1879.

ROCHA, Hélio. *Coronel Labre*. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. *Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização para afro-americanos do governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A LUTA POR TERRA: ENTRE MIGRAÇÕES, OCUPAÇÕES E ACAMPAMENTOS NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

Considerações iniciais

Este texto tem como objetivo refletir sobre a migração de trabalhadores rurais para a Amazônia paraense, mais especificamente para o sul e sudeste do Pará, bem como sobre as distinções entre as designações “ocupações de terra” e “acampamentos” no processo da luta pela terra nessa mesma parte do território amazônico.

A importância deste estudo reside na necessidade de problematizar os mecanismos de acesso à terra na perspectiva histórica. Assim, buscamos oferecer um instrumento explicativo para compreender o presente. Com isso, queremos evitar a calcificação de um olhar simplório e desavisado, que ignora e reduz a questão da luta pela terra a algo pueril; que banaliza a luta dos despossuídos, assim como a perda de vidas desses sujeitos sociais, no passado e no presente, para conquistar um pedaço de terra; que ignora as vidas ceifadas de indígenas, trabalhadores rurais e extrativistas. É com esse intuito que nos lançamos nessa empreitada.

Para Girardi e Fernandes (2008), a luta pela terra é realizada pelos trabalhadores rurais ligados aos movimentos sociais do campo. No primeiro momento, segundo eles, trata-se das ocupações de imóveis passíveis de desapropriação; no segundo momento, após a criação dos assentamentos a partir dessas desapropriações, ocorrem as resistências desses trabalhadores na terra, por meio de vários expedientes que remetem a mobilizações e manifestações, visando assegurar, por parte do Estado regio-

1 Este texto é uma versão atualizada do artigo publicado na revista Diálogos, n. 28, v. 2, p. 107-128, 2025, sob o título “Lutando por terra: migração, acampamentos e ocupações de terras na Amazônia paraense”. As revisões e os acréscimos aqui apresentados não foram realizados anteriormente em respeito ao escopo editorial da revista, mas constam nesta versão por corresponderem à concepção original do trabalho.

nal ou federal, a garantia de infraestrutura e de créditos necessários à sua permanência na terra, como estradas, energia elétrica, habitações, créditos para a produção e a comercialização, além da melhoria da educação e da saúde (Girardi; Fernandes, 2008). Segundo os autores, as ações dos posseiros pela regularização de suas terras na Amazônia também constituem parte da luta pela terra (Girardi; Fernandes, 2008).

Compreendemos que a luta pela terra não envolve apenas um conjunto de atores e ações que ultrapassam os confrontos entre trabalhadores rurais e grandes detentores de terras, mas também, em muitos casos, é perpassada pela violência praticada por pistoleiros e por policiais a mando desses grandes proprietários. Em sua complexidade, a luta pela terra, nessa parte da Amazônia, embora envolva diretamente as disputas entre trabalhadores rurais, por um lado, e fazendeiros, por outro, inclui a atuação de instituições do Estado, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Polícia Militar (PM), a Polícia Civil (PC), juízes de comarcas locais e entidades de representação e mediação², como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Igreja Católica (IC), por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse sentido, não podemos compreender a luta pela terra como um conjunto de ações desenvolvidas unicamente por trabalhadores rurais ou mesmo como um campo em que apenas trabalhadores rurais e fazendeiros entram em disputa. É preciso considerar também o envolvimento e a atuação desses diferentes atores nesses processos.

Para José Vicente Tavares dos Santos (1995, p. 288), a violência deve ser entendida como “[...] uma rede de exercício de poder marcada pela força, pela coerção e pelo dano, em relação a um outro”. Quando relacionamos as explicações de Tavares dos Santos à problemática agrária no Brasil e na Amazônia, podemos compreender a violência como um conjunto de ações perpetradas contra as pessoas, tais como agressões, prisões, torturas, ameaças de morte, tentativas de assassinato e assassinatos. Entretanto, existe outro patamar da violência, expresso por meio da cultura da intimidação. Tratamos essa dimensão como cultura da intimidação porque ela recai sobre os sujeitos, atingindo inicialmente a moradia e suas

2 Sobre o conceito de mediação, ver Novaes (1994), Medeiros e Esterici (1994) e Pereira (2008), que desenvolvem argumentos explicativos sobre o tema.

unidades de produção, e se estende por meio de expulsões, destruição de casas, depósitos de cereais e plantações. São práticas que, a nosso ver, acabam exercendo um papel na desestruturação da infraestrutura material e comunitária que sustenta a constituição dos grupos de vizinhança e de um conjunto de relações sociais, mantendo o viço da dinâmica e da coesão social dos trabalhadores rurais.

Quando lançamos um olhar mais apurado sobre essa situação, não podemos caracterizar os trabalhadores rurais do sul e sudeste paraense como passivos diante das práticas de violência dos grandes fazendeiros. Em diversos momentos, construíram formas próprias de resistência na terra ocupada, de reocupação de imóveis dos quais haviam sido expulsos ou de ocupação de terras improdutivas, além da ocupação de prédios públicos como forma de pressionar os governos federal e estadual pelo fim da violência, pela desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária e pelo assentamento das famílias, dentre outros aspectos correlacionados.

Para a construção deste texto, além de fontes bibliográficas, foram de grande importância a coleta dos conteúdos proporcionadas pelo conjunto de documentos disponíveis nos arquivos da CPT em Xinguara, Marabá e Belém, como cartas pastorais, os relatórios periódicos da CPT sobre a violência no campo, depoimentos de trabalhadores e diversas matérias de jornais de circulação regional e nacional sobre a problemática dos conflitos e da violência no campo.

Registramos também a importância do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) como fonte para a escrita deste trabalho, no que tange aos crimes no campo, uma vez que possibilita compreender a natureza da responsabilidade do Estado brasileiro pela prática do que se convencionou chamar de terrorismo de Estado, ocorrida com o objetivo de identificar, entre os trabalhadores rurais, o apoio aos guerrilheiros do Araguaia, no sul e sudeste do Pará. Para isso, infiltraram-se no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e na Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) agentes do DOI-CODI, do Comando Militar do Planalto e da 3ª Brigada de Infantaria de Brasília. Entretanto, também foi utilizada a estrutura do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) — atualmente Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) (CNV, v. 1, 2014). Havia uma estrutura montada pelo Exército no DNER, na chamada Casa Azul,

que, além de servir como moradia, funcionava como centro de prisão e tortura. Naquele cenário ocorreram as operações clandestinas chefiadas pelo major Sebastião Rodrigues de Moura (major Curió), travestido de engenheiro do INCRA, e por seus subordinados, travestidos de mascates, posseiros e arrendatários, infiltrando-se no movimento político de trabalhadores rurais. Por onde circulava, realizava o monitoramento político de trabalhadores rurais, padres, advogados e membros de partidos entre Marabá, Xambioá e Bacaba. Tudo isso teve início no contexto do combate aos vestígios da Guerrilha do Araguaia, em 1973 (CNV, v. 1, 2014).

A criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), em 1980, ocorreu no contexto das preocupações do regime com os conflitos de terra na região, diante do temor da atuação da Igreja Católica e do levante dos posseiros, que mantinham elevado nível de mobilização política em torno da conquista da terra. A estrutura do GETAT também foi utilizada como instrumento de repressão e perseguição política aos trabalhadores rurais. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade denuncia, de modo claro, a cumplicidade do Estado com grileiros e fazendeiros no ataque violento aos interesses dos posseiros, semeando o medo, destruindo cercas e roças e atuando em conivência com fraudes cartoriais (CNV, v. 2, 2014). O GETAT “[...] era subordinado não à Secretaria da Agricultura, mas ao Conselho de Segurança Nacional. Função: ‘regularização de terras devolutas’. ‘Limpar a área’ (dos posseiros ali residentes) para a execução de ‘novos projetos’” (CNV, v. 2, p. 125). Na realidade, o GETAT constituía um instrumento militar, um braço burocrático repressor que atuava a serviço dos latifundiários e do grande capital na Amazônia, dispondo de poderes amplos e de recursos financeiros e estruturais superiores aos do INCRA.

Foram, ainda, indispensáveis os relatos orais colhidos, no contexto da pesquisa, de agentes da CPT, de trabalhadores rurais e de sindicalistas sobre a problemática estudada.

Vale destacar que, por meio da metodologia da história oral, dispomos de um meio peculiar de investigação, que consiste na coleta de relatos orais a partir da interação entre as partes envolvidas na pesquisa. Por meio dos relatos decorrentes dessa prática, temos a possibilidade de apreender posicionamentos políticos ou pontos de vista dos sujeitos envolvidos na problemática estudada, além de acessar aspectos que raramente aparecem

nos documentos escritos, uma vez que as fontes orais resultam da arte do diálogo, como nos indica Alessandro Portelli (2016). Ao mesmo tempo, deve haver uma postura ética que oriente o/a pesquisador/a nesse contato, tratando os/as entrevistados/as de modo sincero e respeitoso, como pontua Marcos Montysuma (2006). Compreendemos a construção da entrevista dessa forma, quando as pessoas entrevistadas “[...] contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (Portelli, 1997, p. 31).

Contudo, é preciso dispensar às fontes orais os mesmos procedimentos de crítica empregados no tratamento das demais fontes. Como bem adverte Regina Beatriz Guimarães Neto (2006, p. 44), quando afirma que:

[...] é preciso dispensar às fontes orais o mesmo rigor crítico utilizado no tratamento de outras fontes documentais. A crítica aos relatos orais deve constituir-se em instrumento de investigação das suas próprias condições de produção – o lugar em que a pesquisa está circunscrita –, como se procede com as demais fontes.

Nesse percurso, os relatos orais transmitem a “[...] memória-declarada, produzida como documento, torna-se narrativa histórica” (Guimarães Neto, 2014, p. 138). Todo relato oral gravado é um documento, que resguarda o mesmo status das demais fontes constantes em acervos. Trata-se de um documento passível de arquivamento, constituído por um suporte que pode ser papel, pergaminho, madeira ou tantos outros, no qual está registrada uma informação, um conteúdo passível de análise. O relato oral gravado, pelo conteúdo que encerra, expressa a experiência vivida e transmitida, na medida em que discute a história acontecida, ou como a pessoa pensa que ela aconteceu; discute o passado, mas um passado ainda não sistematizado por quem dispõe dos instrumentos metodológicos e teóricos apropriados para ajustar o foco da compreensão. Os acontecimentos transcorridos não constituem dados em si mesmos, pois são passivos, uma vez que não contêm, por si sós, as explicações de como e por quais motivos sucederam. Por isso, podem servir a diferentes propósitos interpretativos. É pela ação da memória, transmitida por meio de um relato gravado, que o passado chega até nós. Nesse processo, soma-se outro elemento contributivo: o esforço do/a

pesquisador/a-historiador/a, que utiliza o conteúdo gravado como fonte no exercício do ato criativo de interpretar e discutir a questão investigada. Essa é uma dimensão fundamental da contribuição da história oral para a discussão que levamos a cabo.

Este trabalho está estruturado em quatro seções. Após esta parte introdutória, na qual discorremos sobre a temática estudada e as fontes analisadas, na segunda seção relatamos a migração de trabalhadores rurais e as ocupações de terras devolutas e de imóveis com títulos definitivos ou aforamentos no sul e sudeste do Pará. Além disso, narramos algumas situações de perseguição e violência contra os trabalhadores rurais da região. Na terceira seção, além de problematizarmos as designações “posseiro” e “sem-terra”, refletimos sobre a prática do acampamento e os novos significados das ocupações de terras como desdobramentos da luta pós-acampamentos, entendidas como estratégias de resistência dos trabalhadores no processo da luta pela terra na região. Por fim, nas considerações finais, procuramos demonstrar que os trabalhadores rurais ligados ao MST e aos STRs da região, embora tenham adotado o acampamento como uma importante ferramenta no processo de luta pela terra, tomaram a ocupação da terra como continuidade de suas lutas pós-acampamentos, especialmente em razão das necessidades de sobrevivência das famílias, como um aprendizado adquirido com os posseiros das décadas de 1980 e 1990.

A migração de trabalhadores rurais e as ocupações de terras no sul e sudeste do Pará

A migração de trabalhadores rurais em busca da terra no sul e sudeste do Pará, na Amazônia paraense, não é um fenômeno recente. Ocorre desde o século XIX, sobretudo com a intensificação da navegação pelos rios Tocantins e Araguaia, em razão das atividades auríferas e da criação de gado no norte goiano e no sul do Maranhão, da exploração do caucho no vale do Itacaiúnas e da criação de gado nos campos do sul do Pará. Segundo Silva Júnior (2021, p. 34), o trânsito pelos rios entre os sertões maranhense e goiano e a cidade de Belém se efetivava no “[...] sentido de adquirir provimentos para abastecer o comércio local, seja para fornecer a estes mesmos centros, produtos sertanejos como couro e sal ou para enviar os jovens sertanejos para a continuidade de seus estudos na capital paraense”.

Esse processo fez com que inúmeras famílias sertanejas plantassem roças e erguessem moradas às margens desses rios, moldando a paisagem, “[...] onde podiam ser avistados pequenos ranchos e fazendas mais ou menos distantes entre si, assim como os núcleos populacionais que apareciam e desapareciam a depender do ritmo das embarcações” (Silva Júnior, 2021, p. 35). Conta frei Estevão Maria Gallais (1942, p. 182) que, em 1896, Sant’Ana da Barreira já era “[...] um embrião de arraial, umas trinta cabanas alinhadas ao redor de uma pequena capela” e que seus campos, nas bacias do Inajá, do Arraiais e do Pau D’Arco, eram ocupados por trabalhadores rurais e criadores de gado. Quando compreendemos essa ocupação, identificamos três principais fluxos de famílias que estabeleceram moradias na região: aquelas que subiram o rio Tocantins a partir de sua foz; as que desceram da região de Carolina e Imperatriz, no Maranhão; e as que percorreram o rio Araguaia, vindas da região de Porto Nacional, em Goiás, conforme compreendemos a partir de Estevão Gallais (1954) e de Cícero da Silva Júnior (2021).

Segundo Octavio Ianni (1978, p. 75), mais ao sul do estado do Pará, no município de Conceição do Araguaia, até 1960, predominavam, no conjunto da economia local,

[...] sítios e fazendas, nos quais havia roças e criações destinadas à subsistência dos produtores, os seus familiares, parentes ou agregados[...]. A totalidade desses sitiantes e fazendeiros era composta de posseiros; pessoas e famílias que trabalhavam a terra sem qualquer título de posse legal. Tanto assim que ainda em 1960, entre os 982 estabelecimentos rurais registrados pelo recenseamento, 968 estabelecimentos estavam sob a responsabilidade de ocupantes, isto é, posseiros.

Esse quadro apontado por Octavio Ianni é bastante compatível com uma característica mais geral da Amazônia, onde a maior parte das terras exploradas foi inicialmente ocupada por meio da constituição do que se convencionou chamar de “posse”. A posse, como tal, é decorrente de um processo que ocorreu, em grande medida, de forma violenta, uma vez que a maioria dessas ocupações se consolidou mediante o avanço sobre terras originalmente pertencentes aos diversos povos indígenas que habitavam a região.

É importante frisar que essas famílias de trabalhadores rurais, que passaram a habitar o sul e o sudeste do Pará, além de se dedicarem ao extrativismo vegetal de caucho, açaí, bacaba, cupuaçu, castanha-do-pará,

entre outros produtos, plantavam roças para prover-se de mantimentos básicos, como arroz, feijão, milho e mandioca para a produção de farinha, e criavam animais, como galinhas, patos, porcos e, em alguns casos, até gado. Também pescavam e caçavam animais silvestres para o consumo. Periodicamente, negociavam peles de onças, veados e gatos-do-mato. Praticavam uma agricultura de rotação, deixando a terra em pousio por determinado período, durante o qual a cobertura vegetal voltava a se recompor, formando o que os habitantes da região chamam, até os dias atuais, de capoeira. Decorridos alguns anos, a capoeira transforma-se em floresta, possibilitando, posteriormente, o cultivo de novas roças. Nessa época:

Não se cercava a terra, mas a roça. A cerca era feita de madeira para impedir que alguns animais (cavalo, jumento, vacas) entrassem. Praticamente não existiam “donos de terra”. Aqui e acolá, às vezes, apareciam uns mais abastados que constituíam “latifúndios”. A divisa não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. “Até no rio tal é de fulano. Até no igarapé tal é sicrano. Até na serra tal é de beltrano”. Mas não existiam “donos de terra” (Pereira, 2015, p. 68).

No entanto, a partir de 1960, com a execução da política dos governos militares para a Amazônia, sob os slogans “Integrar para não entregar” e “Terra sem homens, para homens sem terra”, a fisionomia da região passou a mudar em razão da chegada de migrantes de diversas partes do país, estimulados pela propaganda governamental veiculada em inúmeros meios de comunicação, que prometia facilidades na aquisição de terras e oportunidades de trabalho no interior da Amazônia, bem como pela implantação de grandes projetos de infraestrutura. Em uma dessas frentes de expansão da fronteira agrícola ocorreram a construção da estrada que ligou a rodovia Belém-Brasília, na altura da cidade de Guaraí, a Conceição do Araguaia, da PA-70, da Transamazônica e da PA-150, além da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Essas rodovias não apenas possibilitaram o deslocamento de pessoas para a região, como também intensificaram o transporte de mercadorias e de produtos extrativos. Outro aspecto relacionado à sua construção consiste na mudança da orientação das vilas e cidades localizadas às margens dos rios. Como os rios amazônicos constituíam, e ainda constituem, importantes vias de transporte por navegação, sobretudo para muitos povoados, as cidades eram construídas e

se desenvolviam tendo suas margens como referência. Assim, surgiram Conceição do Araguaia, Marabá, Santa Cruz, São Raimundo, Ipinagés, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Tucuruí, entre outras. Com o advento das rodovias, passaram a surgir novas cidades situadas às suas margens, como Jacundá, Abel Figueiredo, Rondon do Pará, Xinguara, Rio Maria e Redenção.

A respeito do fenômeno da abertura de novas rodovias, Schmink e Wood (2012, p. 194) ponderam que:

Historicamente, os assentamentos sempre aconteceram à beira dos cursos d'água da região, e isso foi abruptamente mudado para as poeirentas cidades que surgiram à beira de estradas do interior. Ainda mais significativo foi o poder que o acesso por rodovias exerceu para transformar os recursos naturais, incluindo a terra, em mercadorias que poderiam ser rapidamente vendidas nos mercados nacionais e internacionais. A abertura de estradas no sul do Pará, portanto, acirrou as disputas sobre a terra, minérios e recursos florestais.

A rodovia passa a exercer um papel simbólico e objetivo no imaginário das pessoas, associado à ideia de progresso, mas também adquire um caráter valorativo que afeta as condições sociais tanto dos moradores já estabelecidos quanto daqueles que projetam migrar para a região. Isso ocorre na medida em que as terras situadas ao longo dessas vias passam a sofrer não apenas a valorização de seus preços, mas também a despertar a cobiça de grileiros e fazendeiros, dadas as condições efetivas de transporte da produção, pelo menos durante os períodos de estiagem.

Foi por meio dessas vias que se intensificou a chegada de famílias de trabalhadores rurais à região para ocuparem as terras devolutas ainda existentes — não ignoramos que fazendeiros e empresários que atuavam, e ainda atuam, em toda a Amazônia também avançaram sobre essas terras devolutas de modo voraz. Essas famílias eram procedentes dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Piauí, mas também oriundas das regiões Sul e Sudeste do país, fugindo da extrema pobreza e dos impactos provocados pelas grandes hidrelétricas. Em suas regiões de origem, esses trabalhadores rurais desempenhavam funções como agregados, meeiros, arrendatários ou peões de grandes fazendas. Havia também trabalhadores rurais do norte de Goiás, atual estado do Tocantins, e do sudoeste do Maranhão, que haviam perdido suas terras para empresas e proprietários

do Centro-Sul do país em razão da grilagem e do comércio de terras intensificados com a abertura da rodovia Belém-Brasília. Uma vez na região, foram, aos poucos, juntando-se aos antigos posseiros: descendentes de barqueiros e carregadores de embarcações que acabaram se estabelecendo às margens dos rios; ex-garimpeiros dos garimpos de cristal e diamante nos rios Tocantins e Araguaia; e inúmeros ex-castanheiros.

Esse processo de ocupação de terras foi designado por Hébette (1988), Musumeci (1989) e Almeida (1991) como “colonização espontânea”, “ocupação livre” ou “ocupação espontânea”, para diferenciá-lo das ocupações de terras planejadas e dirigidas pelo Estado, como ocorreu na colonização oficial ao longo da rodovia Transamazônica, com a implantação dos Programas Integrados de Colonização (PICs) de Marabá, Altamira e Itaituba, nos quais se previa, para cada PIC, a construção de agrovilas e rurópolis, conforme formulam Ianni (1978) e Almeida (1991).

Para Hébette (1988) e Almeida (1991), o desemprego, a abertura de estradas e a propaganda governamental, que prometia terra e trabalho na Amazônia, fizeram com que muitos trabalhadores rurais migrassem em busca da terra. Uma vez na região, passaram a ocupar livremente as terras devolutas. Embrenhavam-se na mata, limpavam um trecho, plantavam roças, construía ranchos e demarcavam suas posses por meio de rústicas picadas, juntando-se aos grupos de posseiros já existentes.

Em José de Souza Martins (1995, p. 104), encontramos uma explicação segundo a qual posseiro é o:

[...] lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédios, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma ou outra coisa necessária à casa ou ao trabalho. Como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar a produtividade do seu trabalho. É importante saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse.

Esses trabalhadores rurais não possuíam qualquer tipo de documento que os legitimasse como proprietários de suas terras. No entanto, com a chegada de empresários e fazendeiros do Centro-Sul, que avança-

vam sobre as áreas que ocupavam, passaram a sofrer os mais diversos tipos de violência: “[...] tapeação, mentiras, perseguição, casas queimadas, roças invadidas, ameaças etc.” (Avelar *et al.*, 1970, p. 1).

Os pretensos donos dos imóveis, autoproclamados fazendeiros e empresários, uma vez constatada a presença de posseiros na área, requeriam junto à comarca local ações de reintegração de posse. Outras formas de pressão, porém, eram frequentemente adotadas antes ou paralelamente à ação judicial, como o bloqueio de estradas e caminhos, o embargo dos serviços nas roças, a soltura de gado nas plantações dos agricultores e ameaças de toda ordem. Na maioria dos casos, entretanto, a violência era praticada por pistoleiros. Estes atuavam inclusive nas situações em que a polícia ingressava na área para o cumprimento de ordem judicial. Diversas foram as ações violentas praticadas pela polícia que, auxiliada por pistoleiros a serviço dos fazendeiros, efetuava prisões, espancamentos e destruição de moradias, depósitos de cereais e plantações. Em muitos casos, a situação redundava em assassinatos.

Um dos casos que ajuda a compreender essa situação ocorreu próximo ao povoado de Rio Maria, no município de Conceição do Araguaia. Em 1979, diversos trabalhadores rurais que chegaram à região pelo percurso da recém-construída PA-150 ocuparam uma área de terras devolutas. Ali, demarcaram seus lotes, construíram casas, plantaram roças e realizaram as benfeitorias possíveis para aquele espaço de tempo. Por volta do mês de novembro do ano seguinte, Rômulo Tavares, pretenso dono da área, solicitou apoio ao Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) com o objetivo de fundamentar o seu domínio sobre aquelas terras. O GETAT prontamente o atendeu, emitindo um relatório favorável aos seus interesses. Com base nesse documento, conseguiu junto ao juiz da comarca de Conceição do Araguaia uma ação de reintegração de posse. Na prática, o GETAT atuava como um instrumento de apoio a grileiros e fazendeiros, apresentando-se como agente do Estado responsável pela solução dos problemas fundiários.

Contudo, a ação do fazendeiro não se restringiu aos meios legais. Paralelamente, contratou pistoleiros para expulsar os posseiros, assassinando três deles entre novembro de 1980 e janeiro de 1981. Não há registros de qualquer investigação policial que tenha conseguido identificar os corpos dos posseiros e a autoria das mortes (CPT de Xinguará, 1980 – Arquivo)³,

3 Anotações realizadas pelos agentes da equipe da CPT com base nas informações repassadas pelos posseiros da área.

até porque a polícia, em geral, adotava um procedimento que consistia em não recolher os corpos para autópsia nem realizar investigações destinadas ao esclarecimento dos fatos perante a sociedade. Dessa forma, os mandantes e executores desses crimes não eram indiciados nem levados à justiça.

Convém registrar uma marca da violência praticada por fazendeiros, empresários e comerciantes que chegaram à região contando com o apoio financeiro e político dos governos federal e estadual: a grilagem e a invasão de grandes extensões de terras. A partir da segunda metade da década de 1970, porém, posseiros que haviam sido expulsos de suas terras juntaram-se aos inúmeros trabalhadores rurais que chegavam do Nordeste, Sul e Sudeste do país e passaram a ocupar imóveis com títulos definitivos ou aforamentos. Esses trabalhadores rurais dirigiram-se à Amazônia paraense atraídos pela promessa, amplamente veiculada nos meios de comunicação pelo governo federal, da existência de terras abundantes e de lucros fáceis na região. Muitos deles deixaram suas regiões de origem e atravessaram os rios Araguaia e Tocantins em busca da terra de trabalho (em oposição à terra de especulação, dos fazendeiros), sobretudo com o desejo de conseguir um lote na área de colonização situada às margens da rodovia Transamazônica, entre as cidades de Marabá e Itaituba.

Quando o presidente Emílio Garrastazu Médici esteve em Manaus (AM), em outubro de 1970, participando de uma reunião extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com empresários e políticos, anunciou a implantação, ao longo da rodovia Transamazônica, dos Programas Integrados de Colonização (PICs), criados pelo INCRA para assentar trabalhadores nordestinos empobrecidos pela seca. Vejamos como ele aborda essa questão na passagem abaixo de seu discurso, proferido naquela ocasião:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um Programa Integrado de Colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos, capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia (Medici, 1970, p. 149).

Para coordenar esses PICs, o governo federal encarregou o INCRA, criado pelo Decreto n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, três meses antes da ida de Médici a Manaus. Em um trabalho articulado com diver-

sas prefeituras municipais, esse órgão assumiu a seleção de agricultores no Nordeste, no Sul e em estados de outras regiões para serem assentados às margens da rodovia Transamazônica. A distribuição das vagas previa uma cota de 70% para os estados do Nordeste, 10% para o estado do Rio Grande do Sul — no entendimento dos técnicos de Brasília, os nordestinos não sabiam trabalhar a terra, enquanto os lavradores gaúchos eram considerados trabalhadores habilitados na lida com a terra e, assim, ensinariam aos demais trabalhadores “não habilitados” os meios de fazê-la produzir — e 20% para estados de outras regiões.

A propaganda veiculada nos meios de comunicação previa o assentamento de cerca de 100 mil famílias entre 1971 e 1974, conforme os levantamentos realizados por Contini (1976) e Hébette (2004). Contudo, ao final da política de colonização da Transamazônica, em 1979, o número de famílias assentadas não ultrapassava 7.674 nos PICs de Marabá, Altamira e Itaituba. Essa cifra ficou muito aquém das promessas iniciais do governo federal, como analisa Pereira (2015).

Se, por um lado, é possível afirmar o fracasso da colonização na faixa da Transamazônica, diante do número irrisório de famílias assentadas, somam-se a isso os problemas logísticos e de infraestrutura, como a precariedade das estradas, a falta de condições de moradia e a ausência de serviços nas áreas da saúde e da educação, entre outros. Por outro lado, podem-se destacar os efeitos propagandísticos dessa política, que promoveram o deslocamento de pessoas, especialmente de trabalhadores rurais oriundos de diversas partes do país, para essa região. Para se ter uma ideia, os cinco municípios do sudeste paraense, então compostos por Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí e São João do Araguaia, passaram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, registrando um crescimento de 225,75% (IBGE, 1983).

Ainda que o plano original do governo tenha fracassado, em última instância, seu principal intento — elevar o povoamento da Amazônia — foi alcançado em razão dos desdobramentos provocados pela propaganda governamental no imaginário de pessoas de outras regiões do país. À medida que o tempo passava, grupos de trabalhadores despossuídos reuniam as últimas economias de que dispunham, organizavam-se em caminhões adaptados com redes para dormir e bancos improvisados e partiam para a Amazônia, aventurando-se em busca de um pedaço de terra.

As famílias de trabalhadores migrantes, ao não encontrarem as terras que sonhavam e sem outras alternativas, passaram a ocupar diversos imóveis com títulos definitivos ou aforamentos. Foi o caso das fazendas Bela Vista, Curral de Pedras, Lontra, Jacutinga, Menina Moça, Marreca, Nazaré e Milhomem, em Conceição do Araguaia; Arraiaporã, Consolação, Inajá e Guarantã, em Redenção; Vale da Serra, Flor do Pará, Três Rios e Diutá, em Rio Maria; Propasa, Campo Alegre e Pau Brasil, em Santana do Araguaia; Agropecus, Grotão e Caps, em Santa Maria das Barreiras; Abóbora, Cajazeira, Limão, Açaizal, Olho d'Água e Boa Esperança, em São Geraldo do Araguaia; Marajoara, Mucum, Barreiro Preto e Escalada do Norte, em Xinguara (CPT de Xinguara – Arquivos); e Ubá, Araras e Santo Antônio, em São João do Araguaia; Belo Vale, Piquiá, Princesa e Lagedo, em Marabá (CPT de Marabá – Arquivos).

Esses ocupantes de terras identificavam-se como posseiros. Na maioria das vezes, para conquistar e permanecer na terra, viram-se obrigados a enfrentar, com o emprego de armas, os inúmeros pistoleiros e a polícia, que atuavam como braço armado a serviço dos interesses dos fazendeiros.

A gente não ganha a terra, a gente conquista. Aqui no estado do Pará a reforma agrária, até agora é feita nessa base. Naquele tempo era posseiro, era um grupo que se apossava num lugar que estava vago, um espaço que não tinha ninguém, terra improdutivo. A gente ocupava e depois reivindicava para que ela fosse cortada e dividida para os trabalhadores. Mas a luta não era fácil. Enfrentava pistoleiros dos fazendeiros. Mas quando o companheiro sonhava, tinha a posse e organização, a gente conquistava. Conquistava na luta ou na marra como se diz um canto da Igreja. A gente conquistava terra aqui na região dessa forma⁴.

Na explicação do Sr. Antônio Gomes, a terra era conquistada por meio da posse e da organização dos trabalhadores, que exigiam do Estado a regularização de sua situação. Esse processo, contudo, não era tranquilo, pois exigia enfrentar os pistoleiros a serviço dos fazendeiros, ainda que tivessem ocupado terras devolutas, isto é, terras pertencentes ao Estado brasileiro.

Sabendo das dificuldades que permeavam a conquista da terra, o Sr. Antônio Gomes faz referência a um trecho de uma música muito cantada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), intitulada “Hino da Refor-

4 Antônio Gomes, o Pipira, ex-posseiro e ex-presidente do STR de Marabá. Entrevista de quarenta minutos concedida a Ailton dos Reis Pereira em 29/11/2006, Marabá (PA) – Projeto de Pesquisa “Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará”.

ma Agrária”, de autoria de Maria Muniz Mayá, cujas estrofes expressam a disposição para a luta e a conquista da terra, conforme transcrito a seguir:

Agora nós vamos pra luta
A terra que é nossa ocupar! A terra é pra
Quem trabalha a história não falha
Nós vamos ganhar

Já chega de tanto sofrer
Já chega de tanto esperar
A luta vai ser tão difícil
Na lei ou na marra nós vamos ganhar

Quem gosta de nós somos nós
E aqueles que nos vêm ajudar
Por isso confia em quem luta
A história não falha
Nós vamos ganhar

A música tanto servia como instrumento em celebrações e cultos quanto convocava os cristãos católicos a arregaçar as mangas para enfrentar as lutas cotidianas diante das injustiças. Assim como na letra que o inspira, o Sr. Antônio Gomes acredita na luta e na vitória da conquista da terra como um desfecho previsível, inscrito na história de outras lutas. Para ele, a história que não falha é a da luta pela terra, que sempre acabaria vitoriosa, como tantas outras que tiveram esse mesmo enredo. Sua própria luta também se insere nessa trajetória e, por isso, ele se mostra otimista quanto ao seu desfecho. É nesse sentido que afirma que, “na lei ou na marra”, irão conquistar a terra, isto é, de uma forma ou de outra.

Nesse sentido, os posseiros aqui não estão associados apenas ao status jurídico de sua relação com a terra, conforme previsto no Estatuto da Terra, consignado na Lei n.º 4.504, de 30/11/1964, mas, sobretudo, são compreendidos como atores de resistência e de confronto ao projeto político e econômico dos latifundiários, do Estado do Pará e do governo federal. No que se refere ao governo federal, trata-se do enfrentamento a uma concepção sobre o que seria o melhor para a Amazônia, formulada sem a participação de suas populações, uma vez que os técnicos de Brasília elaboravam políticas de desenvolvimento econômico, por meio da chamada “Operação Amazônia”, sob o pretexto de integrar a região ao denominado desenvolvimento nacional.

Nessa senda, também são adensados os instrumentos jurídicos voltados ao apaziguamento do campo, sob o temor da expansão do comunismo. Todo esse arcabouço, criado nessas circunstâncias, acaba por contradizer o discurso e a propaganda oficial, pois, na prática, atua em favor dos latifundiários. Desse modo, oferece meios objetivos, diretos e indiretos, que fomentam a repressão à luta dos trabalhadores rurais. Trata-se de um processo meticulosamente concebido contra as populações locais, vistas como perigosas à manutenção da ordem política e econômica vigente.

Ganha sentido a magnitude da política de afrouxamento institucional para a região, benéfica aos fazendeiros, quando observamos os dados levantados, caso a caso, pela CPT. Entre 1980 e 1997, 294 imóveis improdutivos foram ocupados por posseiros no sul e sudeste paraense, sendo 186 localizados na área geográfica da Diocese de Conceição do Araguaia e 108 na área geográfica da Diocese de Marabá (CPT de Marabá e Xinguara – Arquivos). Em reação, os fazendeiros acionavam a polícia e contratavam pistoleiros para expulsar e assassinar trabalhadores rurais. Conforme os dados da CPT, nessas duas dioceses, entre 1980 e 1997, 473 trabalhadores rurais foram assassinados em decorrência das disputas por terra (CPT, 2010).

Nesse sentido, é possível compreender os conflitos e a violência no campo, nessa parte da Amazônia, não apenas como resultado da reação dos posseiros à violência praticada pelos fazendeiros, mas também da reação destes à ação política dos trabalhadores rurais que, organizando-se coletivamente, ocuparam inúmeros imóveis improdutivos e que, no processo da luta, também passaram a se identificar como posseiros.

Acampamentos e os novos significados das ocupações de terra

Problematizamos a denominação “posseiro”, esgarçando os sentidos que vão dando vazão aos encaminhamentos construídos na luta, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, pois entendemos que ela não pode ser empregada apenas para explicar os ocupantes de terras devolutas, como ocorria até determinado momento. Nessa parte do território amazônico que estudamos, posseiros são também os trabalhadores rurais que ocupavam imóveis improdutivos com títulos definitivos ou aforamentos e reivindicavam sua desapropriação com base no Estatuto da Terra (Lei

n.º 4.504/1964) e a criação de projetos de assentamento para alocar as famílias sem terra para trabalhar. Nesse contexto, o perfil da posse remete ao instituto da usucapião, com fundamento no art. 1.239 do Código Civil. Eram situações em que o suposto proprietário ou seu preposto jamais haviam comparecido à região para contestar a presença das famílias possesiras, enquanto os anos de posse mansa e pacífica se acumulavam. Somente com o passar do tempo, sobretudo após a construção das diversas rodovias na região, esses indivíduos passaram a se apresentar como proprietários e a exigir a retirada das famílias da área cobijada. Nessa altura, porém, a posse já se encontrava consolidada, assumindo a configuração prevista no ordenamento jurídico vigente.

A grande maioria desses posseiros, sobretudo aqueles vinculados a áreas marcadas por intensos conflitos, contava com o apoio e a assessoria da CPT, bem como de padres e freiras das paróquias das Dioceses de Conceição do Araguaia e de Marabá. Organizou-se nas oposições sindicais e conquistou a direção dos STRs a partir de 1985, como ocorreu nos municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia e Itupiranga. Os trabalhadores rurais que encabeçaram as chapas dessas oposições sindicais eram lideranças das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), oriundas de áreas de conflito e que haviam passado por um longo processo de formação política no âmbito da Igreja Católica⁵.

Contando com a compreensão política da realidade forjada no contexto dos cursos oferecidos nas CEBs, esses posseiros organizaram as primeiras ocupações e acampamentos nas sedes do GETAT/INCRA⁶, em Conceição do Araguaia e Marabá, como forma de pressionar o órgão para que áreas fossem desapropriadas e as famílias assentadas, como ocorreu nos casos das fazendas Joncon/Três Irmãos e Bela Vista, em Conceição do Araguaia, e do Castanhal Araras e da fazenda Água Fria/Pedra Furada, em Marabá.

5 Os elementos para abordar os aspectos destacados acima foram recolhidos nas entrevistas concedidas por Emmanuel Wambergue, o Mano (ex-agente da CPT), a Airtton dos Reis Pereira, com duração de uma hora e quinze minutos, realizada em 5/12/2006, em Marabá (PA), no âmbito do Projeto de Pesquisa “Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará”; e por Felipe Alves de Macedo, o Filipinho (sindicalista), em entrevista com duração de uma hora e vinte minutos, concedida a Airtton dos Reis Pereira em 26/7/2003, em Conceição do Araguaia (PA), no âmbito do Projeto de Pesquisa “O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista”.

6 O GETAT foi criado por meio do Decreto-Lei n.º 1.799, de 5/8/1980, em substituição ao INCRA no sul e sudeste do Pará, norte de Goiás e sudoeste do Maranhão, e extinto pelo Decreto-Lei n.º 2.328, de 5/5/1987. Entretanto, em 1987 e 1988, na cidade de Conceição do Araguaia, o prédio e os veículos do órgão ainda ostentavam a inscrição “GETAT”.

Em dezembro de 1985, os posseiros da fazenda Joncon/Três Irmãos ocuparam a sede do GETAT, em Conceição do Araguaia, onde permaneceram acampados por vários dias, pois o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) havia descumprido o acordo de desapropriação do imóvel, negociado naquele ano com o STR e as lideranças da área. Durante a ocupação, a Polícia Militar cortou o fornecimento de água e energia elétrica do prédio e ameaçou invadir o local. A desapropriação do imóvel e a emissão da posse foram concretizadas no início de 1986.

Dois episódios, representados pela segunda ocupação e pelo acampamento na sede do GETAT/INCRA, em Conceição do Araguaia, estão relacionados ao caso da Fazenda Bela Vista. Em junho de 1987, cerca de 300 posseiros ocuparam o prédio do órgão e permaneceram acampados ali por nove dias. A pauta continha como principais reivindicações a retirada da Polícia Militar do interior da área e a efetivação do processo de desapropriação do imóvel. A exigência de retirada da PM decorria do fato de que, por determinação do juiz da Comarca de Conceição do Araguaia, o aparato policial realizava a segurança patrimonial da fazenda. Nesse contexto, a Polícia Militar, juntamente com os pistoleiros do fazendeiro, aproveitou a ausência dos posseiros, que participavam da mobilização, para incendiar cerca de 22 de suas casas (O Liberal, 17/06/1987; O Globo, 18/06/1987; Pereira, 2004). Naquele período, vários posseiros foram presos e espancados. Nesse mesmo contexto, quatro pessoas — dois homens, uma mulher e uma criança — foram assassinadas, enquanto um pistoleiro também morreu em decorrência do conflito. Em fevereiro de 1988, finalmente, a fazenda, com 17.486 hectares, foi desapropriada por meio do Decreto n.º 95.746/88, da Presidência da República, e as famílias foram assentadas (Pereira, 2004).

Em Marabá, os posseiros das fazendas Água Fria/Pedra Furada ocuparam, em dezembro de 1986, o prédio do GETAT, onde permaneceram acampados por vários dias. Na ocasião, reivindicavam o fim da violência praticada por pistoleiros e pela polícia, além da desapropriação da área e do assentamento das famílias. Outra ocupação, seguida de acampamento na sede do GETAT/INCRA, em Marabá, foi realizada pelos posseiros do Castanhal Araras, no município de São João do Araguaia. Esses posseiros, que ocupavam parte da Terra Indígena Mãe Maria, do povo Gavião, foram transferidos para o Castanhal Araras, já desapropriado, em decorrência de

uma negociação entre o GETAT, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o STR de São João do Araguaia. Diante da morosidade do governo federal em solucionar o problema, ocuparam as dependências do órgão e exigiram o assentamento das famílias, a construção de estradas, a instalação de energia elétrica e a implantação de escolas para jovens e crianças. As famílias permaneceram acampadas no prédio do órgão durante sete meses, entre 6 de junho e 19 de dezembro de 1987.

No entanto, a partir da segunda metade da década de 1990, a luta pela terra na região passou a sofrer influências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando a prática do acampamento às margens de estradas ou mesmo no interior de imóveis passou a ser adotada também pelos trabalhadores rurais ligados aos STRs. Inicialmente, houve resistência por parte de sindicalistas e agentes da CPT, que não acreditavam que a prática dos acampamentos, tal como ocorria no Sul do país, pudesse dar certo. Essa descrença decorria tanto do modelo de ocupação da terra até então praticado pelos posseiros quanto da violência exercida por proprietários e empresários rurais, associada à convivência e à omissão dos órgãos governamentais e da Justiça diante dessas práticas. A fala de José Batista Afonso, advogado da CPT, revela bem essa questão:

O MST chegou no Pará, em Conceição do Araguaia, no final da década de 1980, mais precisamente no ano de 1988 quando organizou o primeiro acampamento na região, na Fazenda Ingá. Alguns meses depois eles organizaram o segundo acampamento, na fazenda Canarana [...]. Em Conceição também tinha uma atuação muito forte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que era assessorado bem de perto pela CPT e pelo MEB⁷ que, de certa forma, conseguia apoiar a ocupação de latifúndios no município. Boa parte dos latifúndios do município de Conceição do Araguaia naquela época estava ocupados pelo movimento dos posseiros. Eles tinham uma característica própria de fazer a ocupação da terra. Inclusive o acampamento feito pelo MST na região teve dificuldade de subsistir devido essa metodologia que sempre prevaleceu na ocupação da terra. No caso da fazenda Ingá deu muito conflito interno porque o pessoal não adaptava esse sistema de ficar acampado. Eles queriam logo ir para o lote. Isso gerou divisões internas no acampamento, houve rixa, enfim colocou o acampamento numa instabilidade muito grande. O caso

7 O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o propósito de desenvolver ações de educação de base, especialmente por meio da alfabetização, além de iniciativas voltadas à saúde, ao lazer e à cultura. Em Conceição do Araguaia, a partir de 1962, atuou na educação popular por meio das escolas radiofônicas e no apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em conjunto com a CPT.

da fazenda Canarana ficou muito mais claro essa dificuldade. Enquanto o pessoal do MST estava acampado, os posseiros entraram pelos fundos. Quando o pessoal do acampamento despertou a terra estava quase toda ocupada e não tinha lugar para os que estavam acampados [...]. Na região de Marabá o MST instaura também um processo de ocupação via acampamentos. Aqui inicialmente teve muitos conflitos. Eu não estava aqui na época, mas quando eu cheguei eu tomei conhecimento que era ainda bastante tensa a relação movimento sindical com o MST⁸.

Antes de 1991, nunca se falava em sem-terra em nossa região aqui em Marabá. Se falava em posseiro, isso aí sim [...]. Hoje todo mundo é sem-terra que seja do movimento sindical que seja não sei o que. A gente questionava: como é que vocês fazem acampamento e os pistoleiros? E a polícia? Eu perguntava. A gente não entendia. Dizia que o acampamento dava visibilidade, dizia o Pedro Stedile. Tá louco cara! O acampamento que a gente fez é dentro do Incra [...]⁹.

Como consta de forma categórica nos referidos depoimentos, o acampamento em um imóvel ou às margens de uma rodovia não fazia parte das estratégias de luta dos posseiros e, conseqüentemente, do movimento sindical, que tinha suas bases nesse segmento de trabalhadores rurais da região, nem da CPT, que apoiava diretamente a atuação dos posseiros.

O depoimento do advogado da CPT José Batista Afonso relata, em linhas gerais, um pouco da história da chegada do MST ao sul e sudeste do Pará, em 1988, apontando que é desse momento que emerge a prática dos acampamentos como método de luta pela terra. Ele destaca as diferenças metodológicas entre as práticas do MST e aquelas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais da região. Mostra, ainda, que já existia um trabalho de assessoria realizado pela CPT e pelo MEB. Com isso, procura evidenciar que esses trabalhadores possuíam uma organização que, para além da liderança exercida pelo sindicato, por meio de sua direção, contava também com um processo de formação política que lhes proporcionava uma leitura mínima da realidade vivenciada. A partir dessa compreensão, interconectavam as situações que se apresentavam como obstáculos e agiam de modo compatível com as circunstâncias, forjando estratégias capazes de produzir os resultados mais favoráveis aos seus interesses.

8 José Batista Gonçalves Afonso (advogado da CPT). Entrevista de cinquenta e cinco minutos concedida a Airtton dos Reis Pereira em 17/12/2006, em Marabá (PA), no âmbito do Projeto de Pesquisa "Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará".

9 Emmanuel Wambergue, o Mano (ex-agente da CPT). Entrevista de uma hora e quinze minutos concedida a Airtton dos Reis Pereira, em 5/12/2006, em Marabá (PA), no âmbito do Projeto de Pesquisa "Do posseiro ao sem-terra: a luta dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sudeste do Pará".

É importante perceber que a diferença essencial entre ocupar e acampar uma área residia no seguinte: a ocupação era praticada por posseiros que partiam para a ação direta. Entravam na área, dividiam os lotes de acordo com as necessidades da família e ocupavam a terra, ao mesmo tempo em que mantinham estratégias para escapar dos ataques dos jagunços e da polícia. Concomitantemente, atuavam por meio do aparato jurídico para assegurar que o Estado lhes oferecesse as condições materiais de permanência e de legalização da terra. Ao passo que o acampamento era praticado por trabalhadores rurais sem-terra, liderados pelo MST, consistindo na prática de efetivamente acampar em frente à terra que se desejava trabalhar, como meio de forçar o Estado brasileiro a efetivar a desapropriação e passá-la ao domínio das famílias acampadas. Com o acampamento, pretendia-se também dar visibilidade e chamar atenção para o problema agrário brasileiro, produzindo uma sensibilidade na sociedade que habitava os centros urbanos.

Acontece que a tática de acampamento, naquele contexto adotada na região, logo de início produziu uma divisão entre os trabalhadores rurais, levando a uma situação de perda de controle por parte do MST. Somente depois, com o aumento do contingente de pessoas acampadas, é que o MST logrou êxito em sua política.

Contra a ideia de acampamento como meio para conquistar a terra, o que Emmanuel Wambergue expressa nos leva a entender que o acampamento em frente à fazenda expunha os trabalhadores rurais à violência dos jagunços e da polícia. O acampamento que eles concebiam era uma tática praticada no INCRA, como forma de pressão para conseguir a legalização das terras e obter os instrumentos estruturais, como água, eletricidade e estradas, que proporcionassem condições de sobrevivência. Nesse caso, o objetivo era intervir diretamente no órgão do Estado responsável pela política de reforma agrária; por isso, recorriam à prática do acampamento nesses termos.

Só a partir de 1996, com a criação das regionais Sul e Sudeste do Pará da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará – FETAGRI-PA (FETAGRI Sul do Pará e FETAGRI Sudeste do Pará), com sede em Redenção e Marabá, respectivamente, e também em razão das repercussões do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados pela Polícia Militar, os trabalhadores

rurais ligados aos STRs e ao MST passaram a negociar com o Governo Federal pautas comuns, não apenas relacionadas à desapropriação de imóveis improdutivos, mas também aos recursos destinados a crédito e infraestrutura para os projetos de assentamento. Foi então que, entre os anos de 1997 e 2001, ocorreram os denominados *grandes acampamentos*, com cerca de 10 mil pessoas em cada mobilização, na sede do INCRA, em Marabá, onde também funcionava a Superintendência Regional do órgão (CPT de Marabá - Arquivo).

As experiências de ocupação e de acampamento nas sedes do GE-TAT, na década de 1980, os *grandes acampamentos* em frente à sede da Superintendência Regional do INCRA, em Marabá, na década de 1990 e, sobretudo, os acampamentos bem-sucedidos realizados por famílias ligadas ao MST em fazendas da região influenciaram o movimento sindical local a modificar sua forma de lutar pela terra. Foi a partir desse momento que o termo “sem-terra”, nessa parte do território amazônico, ganhou força, sobrepondo-se, em parte, à designação “posseiro”, porque se compreende que há uma condição política situada na diferença entre ser posseiro e ser sem-terra.

Queremos chamar atenção para o emprego das palavras com o sentido compatível com a finalidade desejada. Essa postura extrapola as convenções jurídicas e remete ao campo político, pois, embora o posseiro estivesse, em princípio, sob o amparo da lei até que tramitasse o processo judicial que solucionaria cada caso, a decisão, majoritariamente, favorecia o fazendeiro. Por isso, a luta incessante pela regulamentação da terra.

Quando lidamos com a nomenclatura “sem-terra”, deslocamos o sentido político para o sujeito que atua integrando um coletivo dentro de um movimento de trabalhadores rurais sem-terra. Por isso, é importante compreender essa situação e distinguir, por meio do emprego correto das palavras, o que é ser posseiro e ser sem-terra, bem como diferenciar o sentido de realizar uma ocupação, um acampamento em uma instituição do governo federal ou um acampamento com o objetivo de conquistar uma área para a reforma agrária. Vejamos esta passagem de José Batista Afonso:

O acampamento quando surge com o movimento sem-terra, ele então passa ser uma ferramenta política forte, traz consigo uma outra dominação. Agora não é mais posseiro. Quem vai para o acampamento é sem-terra. Não vai posseiro para acampamento. A identificação é outra. A referência é outra. Muda a nomenclatura porque a estratégia de acampamento não é para posseiro, é para sem-terra. [...] ao assumir o acam-

pamento você adquire uma força nova, de pressão, que extrapola o local do latifúndio que acaba fazendo pressão direta ao Estado, ao INCRA e ganhando espaço muito grande na imprensa trazido pela própria experiência do movimento dos sem terras. Então o movimento sindical acaba involuntariamente assumindo isso. Aí se multiplica a partir de 97/98 para cá começa a se multiplicar os acampamentos do movimento sindical com essa nova linguagem¹⁰.

O acampamento do MST (como já foi frisado), além de constituir um importante instrumento político pela visibilidade conferida à luta dos trabalhadores, exerce outro papel relevante, projetando-se como forma de pressão sobre o Estado. O *acampamento* às margens de uma rodovia ou em frente a um imóvel que, até então, era visto por sindicalistas e agentes de pastorais como uma estratégia inadequada, passa, com o tempo, a ter as críticas reduzidas, à medida que se observava a visibilidade que conferia à luta em defesa da terra, mas também as conquistas concretas que dela se desdobravam, culminando no alcance dos objetivos iniciais. É a partir dessa constatação que se rompem as resistências, vindo o acampamento a constituir-se como uma importante ferramenta para muitos STRs da região¹¹.

Acreditamos que um fator pouco salientado, que pode ter influenciado na composição desse quadro de vitórias na conquista da terra, fundamenta-se na conjuntura política e econômica dessa época, que consideramos bastante distinta daquela do período da ditadura militar, caracterizado como altamente repressivo e violento, marcado pela prática do terrorismo de Estado. À medida que o tempo passa e os vínculos com os governos autoritários se dissipam, os governos democráticos do século XXI retiram do Estado o papel de patrocinador das políticas violentas contra os trabalhadores rurais. Em certa medida, o Estado passa a se preocupar mais com a construção de políticas inclusivas, favorecendo o reconhecimento das lutas históricas em defesa da terra para aqueles que nela vivem e trabalham, contemplando com a terra as famílias que constituem o objeto das ações dos acampamentos liderados pelo MST e pelos STRs na região.

Os acampamentos, para além de todas as virtudes já apontadas, são também compreendidos como espaços onde ocorrem ações pedagógicas, pois é neles que se processa a formação de novas lideranças que

10 José Batista Gonçalves Afonso. Entrevista citada anteriormente.

11 Emmanuel Wambergue (Mano). Entrevista citada anteriormente.

atuarão no futuro. É ali que presenciamos o envolvimento e a participação de homens, mulheres, jovens e crianças. Cada um, a seu modo, dá a sua parcela de contribuição no processo da luta. Além dos grupos de jovens e de mulheres, que se reúnem para discutir e encaminhar diversas questões relacionadas às suas lutas, são formadas comissões responsáveis pela saúde, pela segurança e pela escola do acampamento¹².

Esse entendimento também é compartilhado por Fernandes (2012, p. 23), que discute a natureza dos acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra, apontando que

[...] é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária.

No entanto, vale explicar que os acampamentos despontam também como espaços efetivos de inclusão de uma parcela da população historicamente excluída do acesso à educação. Muitas são as pessoas que não tiveram acesso à escola e que, naquelas circunstâncias de luta pela terra, passam por um processo de alfabetização letrada e política. É assim que, pela primeira vez, frequentam uma sala de aula, ainda que em condições precárias, mantida com recursos das prefeituras municipais ou dos próprios integrantes do acampamento.

Também é preciso destacar que os acampamentos acabam se constituindo como espaços de reconhecimento social e político de muitos homens e mulheres que sempre foram invisíveis para a sociedade. É nesse contexto que se tornam sujeitos da ação e passam a assumir funções de direção. Ainda que não ocupem cargos de liderança, adquirem confiança para manifestar publicamente suas reivindicações ou expor seus pontos de vista sobre os assuntos em pauta, nas mais diversas circunstâncias.

É naquele espaço que se reconhecem como sujeitos ativos, capazes de expressar seus pensamentos a respeito das temáticas postas em discussão. É também naquele ambiente que passam a reconhecer em si a capacidade de exprimir o que sentem e se percebem inseridos em um arco

12 Francisco Alves, o Chiquinho (agente da CPT). Entrevista de quarenta e cinco minutos concedida a Airton dos Reis Pereira, em 21/2/2023, em Marabá (PA), no âmbito do Projeto de Pesquisa “Dimensões políticas dos conflitos e da violência no campo, Estado do Pará (1980-2022)”.

de alianças e cumplicidades, por compartilharem as mesmas condições sociais, aspirações políticas e lutas por uma vida digna. Ali, todos se ouvem e se respeitam.

Contudo, essa forma de fazer a luta pela conquista da terra não suplantou por completo as práticas anteriores, baseadas na ocupação de terras e na construção de roças e moradias como primeiras benfeitorias, para caracterizar a posse, tal como já ocorria historicamente. Isso decorria da lógica da construção de benfeitorias, conforme a legislação vigente à época, que somente reconhecia uma área como produtiva se a floresta tivesse sido derrubada, demonstrando a existência de alguma intervenção humana capaz de caracterizar a benfeitoria. Em seguida, vinham as plantações de culturas anuais e perenes.

Embora o *acampamento* tenha se tornado uma importante ferramenta política dos trabalhadores ligados ao MST e aos STRs, em razão da demora ou da omissão do INCRA e do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) em desapropriar os imóveis improdutivos ou arrecadar as áreas públicas ilegalmente ocupadas por fazendeiros para a criação de projetos de assentamento, os trabalhadores acabam optando por desmontar seus acampamentos e passar a uma segunda etapa, que consiste em dividir a terra em pequenos lotes e ocupar definitivamente os imóveis reivindicados.

A demora por parte do INCRA ou do ITERPA em agir nessas situações acaba acarretando dificuldades inerentes ao próprio processo de organização das famílias no acampamento, na medida em que elas vivem em precários barracos de lona, com pouca produção de alimentos, enfrentam problemas de relacionamento entre famílias vizinhas, racionamento de água, insegurança, entre outros fatores que se acumulam ao longo do tempo.

Francisco Alves, o Chiquinho, que participou de todos esses movimentos, hoje assentado no Projeto de Assentamento Pedro Laurindo (antiga Fazenda Cabo de Aço) e agente da CPT de Marabá, relata-nos qual é a diferença entre ser acampado e ser ocupante, ao afirmar que:

[...] ser um acampado é complicado, mesmo porque as necessidades parecem que são muito mais gritantes do que quando você está na sua parcela de terra, no seu lote, porque a terra te dá uma tranquilidade, te dá uma leveza, te dá uma paz de espírito. Mesmo tu imaginando que amanhã tu podes ser despejado, mas quando tu estás na sua parcela de terra, tu tens essa paz de espírito, um momento ímpar assim quando tu saís do

acampamento que vai para a sua terra. Em seu lote você pode plantar uma roça, criar galinhas, criar porcos, ter as suas plantas [...]. No acampamento é sufocante. A ocupação, ela tem essa leveza. Parece mais confiante. Parece estar mais vulnerável, porém você se sente mais seguro¹³.

Francisco Alves explica que os acampados se sentem sufocados. Um dos motivos reside nas gritantes necessidades a que eram submetidos, dadas as condições objetivas de vivência, no improviso, sob lonas e em terrenos inóspitos. É compreensível essa situação, na medida em que a pessoa não tem controle sobre os acontecimentos do cotidiano nem sobre o atendimento das necessidades básicas de sua família. Tudo isso, somado, provoca certa instabilidade.

Em certo sentido, acreditamos que esse cenário estressante pode explicar os desentendimentos e a saída de um grupo de pessoas em busca de outro método de luta. Quando parte daquele coletivo deixa o acampamento e constrói uma ocupação, cristaliza-se a ideia, na percepção de cada indivíduo, de que ter uma terra sob seu domínio provoca uma sensação de alívio, pois a pessoa pode decidir onde construir sua casa e sua roça, além de cultivar a terra e prover alimentos para a família. Compreendemos que esses aspectos motivam o rompimento com o acampamento e a busca pela ocupação como um instrumento capaz de fortalecer o ânimo das pessoas para lutar pela terra sob essa outra forma de organização.

Os *acampamentos* e as *ocupações* são estratégias de pressão dos trabalhadores para que a reforma agrária seja realizada, porém se efetivam em momentos e circunstâncias distintos. Enquanto o *acampamento* remete ao momento em que os trabalhadores se alojam provisoriamente em um único lugar — seja às margens de rodovias, em áreas próximas ou dentro do imóvel reivindicado —, a *ocupação*, nesse caso, consiste na mudança e na instalação das famílias no interior do imóvel reivindicado. Nessa etapa, as famílias já iniciam a divisão e o sorteio dos lotes, a construção de roças e de moradias, entre outras benfeitorias, constituindo espaços individualizados e demarcados como pertencentes a cada pessoa, conforme já foi dito anteriormente por Francisco Alves¹⁴.

13 Francisco Alves, conhecido como Chiquinho. Entrevista citada anteriormente.

14 Francisco Alves, o Chiquinho. Entrevista citada anteriormente; Maria Joel Dias da Costa, Dona Joelma, presidente do STR de Rondon do Pará. Entrevista de vinte e um minutos concedida a Airton dos Reis Pereira, em 21/2/2023, em Rondon do Pará (PA), no âmbito do Projeto de Pesquisa “Dimensões políticas dos conflitos e da violência no campo, Estado do Pará (1980-2022)”.

Nessas situações, as ocupações se efetivam a partir do momento em que o processo de negociação para a desapropriação de áreas com título definitivo ou para a arrecadação de áreas públicas encontra-se em estágio avançado, com poucos riscos de cumprimento de ações de reintegração de posse. São os próprios trabalhadores rurais que decidem o tamanho dos lotes, a forma como serão demarcados e quantas famílias serão contempladas.

Francisco Alves, o Chiquinho, explica como ocorreu a decisão das famílias do acampamento Zumbi dos Palmares, na Fazenda Cabo de Aço, no município de Marabá, no final de 2008. Maria Joel Dias da Costa, Dona Joelma, presidente do STR de Rondon do Pará, também explica como as famílias dos acampamentos desse município procederam nas áreas reivindicadas. Vejamos suas narrativas:

Chegou um momento que as famílias não aguentavam mais. Então resolvemos dividir a terra toda na corda. A gente sabia que tinha uma média, medimos um bocado na corda, mas aí paramos, estava difícil e também iria chamar muita atenção do pessoal da fazenda. Então decidimos: “vamos procurar o sindicato e vamos procurar um topógrafo”. Depois que foi medida a área, o tamanho dos lotes que ficou em média de mais ou menos 9 alqueires para cada um. Aí marcamos um momento para ocupar os lotes. Chamamos sindicato e a Pastoral da Terra para fazer a mediação. Aí foi feito o sorteio. Cada família ficou com seu lote. Ou seja, as famílias devido a necessidade, o tempo de espera que se prolongavam tanto em função da morosidade do INCRA e em função da morosidade do governo, que as famílias resolveram entrar pra dentro da terra, independente das consequências que estava posta para nós enquanto grupo, que poderíamos ser despejados, mas a gente estava disposto a encarar isso, como de fato encaramos¹⁵.

Dos sete acampamentos ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, de 2005 para cá, passado um tempo as famílias acampadas diziam: não, tá na hora da gente, de cada um ir para o seu lote, saber onde fazer a sua casa, saber onde vai fazer o seu pomar, o seu sítio, plantar a sua rocinha... Então, tinha todo esse questionamento. E daí os próprios trabalhadores se organizavam e faziam a demarcação através de uma corda. Tirava aquela equipe que tinha mais um entendimento, que entendia mais essa questão de demarcação e fazia a demarcação dos seus lotes. Pra cada um ir pra seu lote, pra saber qual era seu lote, é através de sorteio¹⁶.

15 Francisco Alves, o Chiquinho. Entrevista citada anteriormente.

16 Maria Joel Dias da Costa, Dona Joelma, presidente do STR de Rondon do Pará. Entrevista citada anteriormente.

Os relatos são claros ao mostrar a decisão das famílias de realizar a ocupação, porque não suportavam mais as condições de vida fora da terra. Essa atitude decorre da demora e da morosidade nas ações do INCRA e do governo, bem como da má vontade em realizar a reforma agrária. Eles mostram como articularam todo o processo, que envolveu a discussão e a aplicação prática de um modo de divisão dos lotes, realizado pelos trabalhadores, iniciado com a medição, à corda, do tamanho de cada unidade destinada às famílias. Isso demonstra a determinação em tomar sob as próprias rédeas o domínio do processo e realizar, na prática, as ações concretas que resultassem, em última instância, na realização de um sonho. Estavam dispostos a enfrentar todas as consequências para levar a ideia até o fim: a conquista da terra.

Esses casos apontados acima não foram os únicos a tomar forma nas mesmas circunstâncias, pois serviram de exemplo para outras pessoas que se encontravam em situação semelhante na luta pela terra. Assim, algo parecido ocorreu em outras áreas, como foi o caso dos acampamentos Cristo Rei (Fazenda Tibiriça, 100 famílias) e Quilombo dos Palmares (Fazenda Balão II, 37 famílias), ligados ao STR de Marabá; dos acampamentos Deus te Ama (Fazenda Santa Mônica, 60 famílias), Deus é Fiel (Fazenda Bela Vista, 104 famílias), Rainha da Paz (Fazenda Frial I, 50 famílias), Nossa Senhora Aparecida (Fazenda Frial II, 67 famílias), Raio de Luz (Fazenda Água Branca, 57 famílias), Nova Canaã (Fazenda Três Lagoas, 92 famílias) e Bonfim (Fazenda Limão, 80 famílias), ligados ao STR de Rondon do Pará; e dos acampamentos Elenira Rezende (Fazendas Cedro, Fortaleza e Rio Pardo, 290 famílias) e Delcídio Jurandir (Castanhal Maria Bonita, 225 famílias), ligados ao MST.

Chiquinho continua explicando como se configura um perfil de comportamento político que diferencia as ações dos trabalhadores rurais das dos membros do MST:

Na verdade, as famílias ficam acampadas até o momento que elas conseguem se organizar para achar um topógrafo e fazer a divisão dos lotes. A partir do momento que elas conseguem, a partir daí acaba o acampamento, que seja acampamento ligados ao MST, que seja acampamento ligados aos sindicatos da FETAGRI. Do movimento sindical é mais rápido porque eles estão mais articulados com essa linha da ocupação, eles estão mais próximos dessas experiências, vamos dizer assim, desse jeito de fazer a luta que não veio de fora, é aqui da própria região, então ela se adequa muito mais rápido¹⁷.

17 Francisco Alves, o Chiquinho. Entrevista citada anteriormente.

As práticas do acampamento como forma de luta pela terra têm suas raízes no Sul do País, onde o MST foi criado. No entanto, essa estratégia de luta pela terra foi reproduzida de forma muito bem-sucedida no sul e no sudeste paraense, seja pela introdução do MST, seja pela ação dos sindicatos orientados pela CPT. O motivo da adoção dessa forma de luta decorre da morosidade do INCRA ou do ITERPA na criação dos assentamentos das famílias, prolongando, assim, as dificuldades enfrentadas pelos acampados, o que tem levado os trabalhadores a optarem politicamente pela ocupação da área, destinando a cada família um lote.

Destacamos, na fala de Chiquinho, que desmontar o acampamento e ocupar a terra, embora sejam atos realizados por trabalhadores ligados ao MST, parecem ocorrer com maior facilidade entre os acampados ligados ao movimento sindical, porque, em certa medida, essas formas de ação podem estar mais próximas das experiências de luta dos posseiros das décadas de 1970 e 1980. Contudo, de todo modo, há uma vitória expressa na conquista da terra, muito embora em meio a condições adversas que residem na morosidade dos organismos públicos, bem como na violência praticada pelos fazendeiros e pela polícia. Não é demais lembrar que aquelas ocupações foram convertidas em terras das famílias que lá vivem até os dias atuais. Muito embora a violência tenha ceifado centenas de vidas de familiares, companheiros, advogados, líderes sindicais e religiosos, a vida segue seu curso para quem está assentado e trabalhando a terra.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar ao longo deste texto, as ocupações de terras no sul e sudeste do Pará constituem estratégias de luta pela terra empreendidas pelos trabalhadores rurais desde a década de 1960. Se, em um primeiro momento, elas ocorreram em terras devolutas, tomadas como “ocupações livres” ou “ocupações espontâneas”, e os ocupantes dessas terras eram identificados como posseiros, com a intensificação da migração de famílias empobrecidas de diversas partes do País para a região, a partir da década de 1970, e diante da inexistência de “terras disponíveis”, essas ocupações passaram a ser efetivadas em latifúndios, caracterizados como áreas com títulos definitivos e de aforamento, e seus ocupantes também eram identificados como posseiros.

Esses dois momentos foram marcados por muita violência. As ações da polícia e de pistoleiros requisitados pelos fazendeiros atingiram as moradias e os espaços de produção dos trabalhadores rurais, com a destruição de casas, plantações e depósitos de cereais, como bem foi pontuado no texto. Além disso, inúmeros trabalhadores foram expulsos, ameaçados de morte, presos, espancados e até assassinados. Podemos falar também de uma violência seletiva, que recaía sobre as lideranças mais expressivas, pois diversos sindicalistas foram assassinados, como Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, em 1980; José Manuel de Souza, o Zé Piau, em 1981; Lázaro Pereira Sobrinho, em 1985; João Canuto de Oliveira, em 1985; Braz Antônio de Oliveira, em 1990; Expedito Ribeiro de Souza, em 1991; Arnaldo Delcídio, em 1993, entre outros.

Nos últimos anos, embora trabalhadores rurais ligados ao MST e aos STRs da região tenham adotado o acampamento como uma das ferramentas importantes no processo de luta pela terra, a ocupação da terra, com a divisão dos lotes, o plantio de roças e a construção de casas, despontou como forma de continuidade dessa luta, sobretudo em razão das necessidades de sobrevivência das famílias. A ocupação, compreendida como uma prática situada em uma determinada época e historicidade, remete a um tempo antigo, mas que, na atualidade, embora em circunstâncias diferentes das décadas de 1970 e 1980, continua ocorrendo com características semelhantes às das práticas dos posseiros. Isso não tem significado o fim da violência praticada pelos grandes proprietários de terras e pela polícia. A expressão dessa violência reside na ocorrência de assassinatos que vitimaram mais de 50 trabalhadores em chacinas e massacres ocorridos entre 2000 e 2022 na região. Os exemplos mais significativos ocorreram nas fazendas Estiva, em fevereiro de 2015, em Conceição do Araguaia (6 mortos); Santa Lúcia, em maio de 2017, em Pau D'Arco (10 mortos); e na estrada vicinal da rodovia Transcametá, em março de 2019, no município de Baião (6 mortos) (CPT de Marabá e de Xinguara – arquivos).

As ocupações às quais nos referimos são aquelas realizadas pelos trabalhadores rurais após o fim dos acampamentos. Uma vez cansadas de esperar a criação dos Projetos de Assentamento por parte do INCRA ou do ITERPA, as famílias acampadas decidem, elas mesmas, dividir os imóveis reivindicados em pequenos lotes e ocupá-los definitivamente. Essas

áreas, em sua grande maioria, tornam-se Projetos de Assentamento, porque os trabalhadores rurais, com o apoio do MST, dos STRs e da CPT, continuam pressionando e negociando com os órgãos responsáveis pela reforma agrária.

Há, contudo, áreas em que a imissão na posse já foi efetivada em favor do INCRA ou do ITERPA, mas esses órgãos ainda não cadastraram as famílias, não criaram os Projetos de Assentamento nem formalizaram o assentamento dessas famílias. É o caso das fazendas Gaúcha, em Bom Jesus do Tocantins, e Santa Clara, em Marabá. Ainda assim, as famílias dividiram a área em pequenos lotes e a ocuparam de forma definitiva.

Atualmente, no início do ano de 2025, segundo a CPT de Marabá, há, no sul e sudeste do Pará, cerca de 41 imóveis improdutivos ocupados ou com acampamentos, reunindo 5.147 famílias de trabalhadores rurais, todos com liminar ou sentença de reintegração de posse (CPT de Marabá, 2023). Em algumas dessas áreas, há expressiva produção de lavouras anuais, como milho, feijão e arroz; criação de animais, como galinhas, porcos e gado leiteiro; além do cultivo de espécies frutíferas, como açaí, cupuaçu, abacaxi, mamão e acerola, entre outras. Se o INCRA e o ITERPA não viabilizarem a desapropriação e o assentamento dessas famílias, os conflitos continuarão e, como em outros casos, trabalhadores rurais e suas lideranças poderão perder suas vidas, pois a violência praticada pelos latifundiários não cessou.

Referências

AFONSO, José Batista Gonçalves. Entrevista concedida a Airton dos Reis Pereira. Marabá (PA), 17 dez. 2006. 55 min.

ALVES, Francisco. Entrevista concedida a Airton dos Reis Pereira. Marabá (PA), 21 fev. 2023. 45 min.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (orgs.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 259-290.

AVELAR, Dom Estevão Cardoso de; SILVA, Frei Henrique Marques da; SILVEIRA, Frei Manoel Borges da; JESUS, Frei Mário Maria de. *O problema dos posseiros nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia*. Conceição do Araguaia, 20 nov. 1970. Datilografado.

BRASIL. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 30 nov. 1964.

COSTA, Maria Joel Dias da (Dona Joelma). Entrevista concedida a Airton dos Reis Pereira. Rondon do Pará (PA), 21 fev. 2023. 21 min.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Regional Marabá. *Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2010)*. Marabá: CPT, 2010. Lista atualizada em 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Regional Marabá. *Imóveis com liminares ou sentenças de reintegração de posse*. Marabá: CPT, 2023. Fotocópia.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Regional Marabá. *Arquivos (1980-2023)*. Marabá: CPT. Acervo documental.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) DE XINGUARA. *Arquivos (1980-2023)*. Xinguara, 2023. Acervo institucional.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório*. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_1_digital.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório*. v. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

CONTINI, Elisio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. 1976. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1976.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-26.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico: dados distritais: Pará. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980*. v. 1, t. 3, n. 4. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

GALLAIS, Estevão Maria. *O Apóstolo do Araguaia*: Frei Gil Vilanova, missionário dominicano. Adaptação portuguesa de Frei Pedro Secondy e Soares de Azevedo. Conceição do Araguaia: Prelazia de Conceição do Araguaia, 1942.

GALLAIS, Estevão Maria. *Entre os índios do Araguaia*. Tradução de Otaviano Esselin. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1954.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *Agrária*, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais*: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e memória política: trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 129-146, jan./jun. 2014.

HÉBETTE, Jean. A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 20-27, dez. 1987/mar. 1988.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. v. 2. Belém: ADUFPA, 2004.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MACEDO, Felipe Alves de. Entrevista concedida a Airton dos Reis Pereira. Conceição do Araguaia (PA), 26 jul. 2003. 1 h 20 min.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDICI, Emílio Garrastazu. *Sob o signo da fé: discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM*, Manaus, 8 out. 1970. Brasília: Presidência da República, Biblioteca da Presidência da República, 1970. p. 143-153.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994. p. 11-26.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes orais em História Oral. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; ANPOCS, 1988.

NOVAES, Regina Reys. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: EDUNESP, 1994. p. 177-183.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. 2004. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado: mediação e conflito na região Araguaia Paraense. *Ruris*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 99-136, set. 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

POSSEIROS do Pará acampam no Incra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1987.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2012.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da. *Os que chegam e os que saem: memória e identidade nos deslocamentos provocados pela UHE de Estreito - MA/TO (2007-2012)*. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A cidadania dilacerada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 37, p. 131-148, jun. 1993.

WAMBERGUE, Emmanuel. Entrevista concedida a Airton dos Reis Pereira. Marabá (PA), 5 dez. 2006. 1 h 15 min.

300 POSSEIROS acampados no Incra. *O Liberal*, Belém, 17 jun. 1987.

MIGRAÇÃO, GRANDES PROJETOS E A (RE)EXISTÊNCIA DE CAMPONESES NO MEIO-NORTE

O presente capítulo visa problematizar os custos do processo de migração indiscriminada de homens e, eventualmente, mulheres, do Meio-Norte para a Amazônia Oriental em meados do século XX. Os deslocamentos regionais desses sujeitos do Nordeste integraram um conjunto de políticas de Estado voltadas para o desenvolvimento regional, que incluíram projetos de migração dirigida, com a criação de colônias para atrair migrantes, como estratégia de superação da pobreza rural e de equilíbrio demográfico entre as regiões Norte e Nordeste do país. As políticas governamentais voltadas para a ocupação de “espaços vazios” do extenso território nacional, supostamente dotado de vastos recursos a serem explorados, mobilizaram o avanço da fronteira sobre essas regiões, em ação combinada entre o Estado e empreendedores rurais, deslocando centenas de homens e mulheres em busca de terra, trabalho e sobrevivência. O contexto fez revitalizar e avançar o processo de escravização por dívida, manifesto em diferentes tempos e contextos históricos, seja como aviamento, comum na região Amazônica oitocentista, seja no que posteriormente foi reconhecido como sistema de barracão e trabalho escravo contemporâneo, em meados do século XX. Buscando ampliar o olhar sobre as experiências migratórias de camponeses empobrecidos provenientes de Barras, no Piauí, e de municípios circunvizinhos, recorreremos à noção de Meio-Norte, abordada em estudos clássicos, como o do geógrafo Mário Lacerda de Melo¹, para pensar a espacialidade em que essas práticas ocorrem, examinando os fluxos, as trocas e as similaridades na construção do debate.

O fenômeno da migração e do trabalho escravo ancora-se em uma lógica global do capitalismo de avanço da fronteira, ideologicamente

¹ Em estudo datado de 1983, Mário Lacerda e Melo dedica-se ao Meio-Norte como espaço agrário do Nordeste, com características de produção definidas por ele como agropastoril extrativa de uso de recursos. A unidade espacial compreende os estados do Piauí e do Maranhão.

alinhada ao projeto de nacionalismo, associado ao desenvolvimentismo enquanto política estatal, conforme evidenciado no Estado Novo (Velho, 1979). Embora se reconheça a existência de movimentos espontâneos em direção a São Paulo, Minas Gerais, sul de Mato Grosso e Goiás, o movimento de saída rumo à Amazônia deu-se em diferentes frentes, com estímulo do Estado. Segundo Otávio Guilherme Velho, a migração interna, que já vinha aumentando depois de 1930, tornou-se um fato evidente, relacionado à existência de uma “população excedente” do ponto de vista, em última análise, das possibilidades de absorção pelo sistema dominado pela plantation nos seus vários desdobramentos (Velho, 1979, p. 141).

No século XX, o Estado criou colônias agrícolas em diferentes partes do país e, embora essa iniciativa não tenha se configurado como uma política global nem apresentado resultados voltados para o desenvolvimento regional, mobilizou deslocamentos e alimentou expectativas de acesso à terra e de melhores condições de vida e trabalho para homens e mulheres do campo. Portanto, essas políticas devem ser compreendidas por seu viés pragmático, para além dos fracassos gerados, do insucesso ou do não cumprimento dos objetivos das políticas estatais voltadas para os grandes projetos.

As políticas fomentadas durante a Ditadura Civil-Militar incluíram a criação de colônias no Norte e no Nordeste, com o objetivo de atrair famílias para ocupar a Amazônia Oriental, no caso das colônias do Norte, e os perímetros irrigáveis no Nordeste. Ambos os modelos refletiram interesses político-econômicos dominantes, construídos sem consulta aos grupos locais, resultando em medidas que não atenderam adequadamente às necessidades específicas dessas populações.

A exemplo disso, o projeto do Núcleo Colonial Gurguéia, criado na década de 1950 para o desenvolvimento agrícola da região sul do Piauí, mobilizou 200 (duzentas) famílias de trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco, instalando-as em terras sem recursos para produção e submetendo-as a condições de trabalho escravo por latifundiários da região. Ainda assim, a despeito de seu fracasso ou insucesso, o projeto inspirou a criação de colônias na Amazônia Oriental durante a Ditadura Civil-Militar (Solon, 2024).

O movimento repercute o contexto de atuação expressiva do capitalismo no campo. A região Amazônica, desde períodos mais remotos, sofreu várias investidas de entrada do capital estrangeiro com propósitos

de exploração de recursos naturais, ocupação e colonização. Em 2025 e 2026, o país assistiu ao julgamento do caso Volkswagen. A montadora alemã, proprietária da Fazenda Rio Cristalino, no município de Santana do Araguaia (PA), foi condenada, em segunda instância, em 2026, pela Justiça do Trabalho por manter trabalhadores em condições análogas à escravidão na fazenda durante a Ditadura Civil-Militar. Segundo informações da ONG Repórter Brasil, “a propriedade tinha 139 mil hectares, cerca de 91% da área da cidade de São Paulo. Internamente a fazenda era dividida em 12 diferentes pastos, fiscalizados por vaqueiros e capatazes”².

Reforçamos a necessidade de considerar a responsabilidade do Estado que, além de apoiar e financiar a implementação de grandes projetos sob o argumento de promover o desenvolvimento de regiões empobrecidas, negligenciou as ações de fiscalização trabalhista. Portanto, desenvolver estaria associado à expansão da fronteira.

Nesses termos, interessa-nos compreender como essas políticas repercutiram nos modos de organização da vida e do trabalho dos camponeses, em suas expectativas e nos custos impostos às famílias dos migrantes. Problematicamos como a perspectiva indiscriminada de desenvolvimento e de expansão da fronteira, enquanto política de Estado, configurou e influenciou o conjunto de estratégias das populações pobres da região. Não é de nosso interesse repercutir o insucesso ou o êxito das políticas implantadas, mas refletir sobre como essas populações criaram estratégias e (re)existiram enquanto campesinato, com todas as nuances e peculiaridades locais que dão sentido ao projeto de migração.

Na Fronteira do “Outro”

Entre meados da década de 1970 e o início da década seguinte, o Piauí viveu um período de estiagem com ampla repercussão nos discursos oficiais e na imprensa local e nacional, que reforçavam a narrativa da carestia e da fome como justificativa para o deslocamento de piauienses para outras regiões. Prefeituras municipais declararam estado de emergência e clamavam por mais recursos em discursos que, muitas vezes, assumiam tom demagógico. A criação de núcleos coloniais e o alistamento de famílias nos perímetros irrigados, do Norte ao Sul do estado, por meio do

2 Ver JUNQUEIRA, Diego. Conheça a Fazenda Volkswagen, acusada de trabalho escravo na Amazônia. *Repórter Brasil*, 30 maio 2025. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/05/conheca-a-fazenda-volkswagen-denunciada-trabalho-escravo/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

Dnocs (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), combinados com campanhas lideradas pela Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) para mobilizar prefeituras de estados nordestinos no deslocamento de famílias de trabalhadores para a Amazônia Oriental, onde ocupariam colônias e adquiririam terras, integraram esse conjunto de políticas.

Pereira (2015) traz como referência uma das frases ditas pelo General Emílio Garrastazu Médici, em 08/10/1970, durante uma reunião extraordinária da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em Manaus (AM), com políticos e empresários interessados em adquirir terras ao longo da rodovia Transamazônica: “do homem sem terras no Nordeste e o da terra, sem homens na Amazônia [...]” (MÉDICI, 1970, p. 150). A ideia de atraso e pobreza do Norte e do Nordeste como entraves para o desenvolvimento nacional sustentou projetos e ações voltados para a ocupação dos “espaços vazios”. As políticas de controle e de migração dirigida conduziram à criação dos PICs (Programas Integrados de Colonização), que, nos municípios de Altamira, Marabá e Itaituba, previam a instalação de 100 mil famílias de trabalhadores, notadamente migrantes da região Nordeste.

Milhares de homens e mulheres foram mobilizados a rumar em direção à Amazônia em busca do sonho de prosperar. Essas trilhas, já familiares a seus antepassados desde períodos anteriores, contam histórias de pessoas que encontraram lugar na região do Médio Mearim entre as décadas de 1930 e 1970 (Ferreira, 2015) ou nos Cocais maranhenses (Mendes, 2025), atraídas pelos bons invernos e pelas terras férteis. Outros, ao chegarem à Amazônia e constatarem que haviam sido enganados pelas falsas promessas de acesso à terra, tornaram-se peões de trecho; outros passaram à condição de retornados, deslocando-se repetidas vezes entre os lugares de origem e de destino.

O deslocar-se para outro destino é vivido na dor e também compartilhado com os que ficam, que se somam a um horizonte de expectativas de trabalhadores e trabalhadoras deslocados de múltiplas regiões do país diante das possibilidades de fazer fortuna na Amazônia. No caso em particular, tratamos de migrantes retornados do Piauí que buscavam, no lugar de destino, meios para garantir a reprodução da família camponesa no lugar de origem. Portanto, coadunando com o pensamento de Sayad (2000), o projeto de migração reflete o retorno para o grupo, porque é

nele que o migrante existe no seu tempo. “Renúncia, abdicação, abjuração seriam, nestes casos, renúncia, abdicação a si e abjuração por si, pois não faltariam oportunidade de descobrir que uma pessoa, enquanto ser social, só tem existência pelo grupo [...]” (Sayad, 2000, p. 14).

Em 2007, entrevistei Raimundo Batista, 77 anos, em Barras (PI), um dos municípios do estado com os mais elevados índices de saída de trabalhadores com destino à região Amazônica e que, em 2003, se tornou um dos alvos, juntamente com o município de Açailândia (MA), do primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Raimundo pertencia a uma família de diferentes gerações de migrantes. Seus antecedentes, irmãos, filhos e netos haviam se deslocado para o sul do Pará no início dos anos de 1980. Do lugar de destino, ele guardava boas recordações, associadas à experiência laboral no roço da juquirá, que entrelaçavam relatos do verde das matas e da fartura do gado em fazendas da região. Seus irmãos, filhos e netos também fizeram e, naquela circunstância, continuavam a fazer o percurso de ida e volta ao Pará. As impressões construídas pelo entrevistado soavam como relatos de um eldorado, que associava o trabalho à prosperidade na região, prometida a eles pelos gatos que circulavam pela região, alguns dos quais mantinham ali relações de amizade e parentesco.

Aqui o ganho é só de diárias, a gente passa o dia trabalhando e gasta no final do dia tudo que ganhou, lá a gente só vive pra trabalhar. A gente chega, faz um barraco e o tempo que passamos lá é escondido. Eu só fui uma vez e voltei porque meus companheiros não levavam a sério o trabalho. Não é todo mundo que é controlado, aí eu não aguentei e vim embora. Naqueles tempos eu ganhei só quinze contos, mas me serviu (Raimundo, 2007).

Durante a entrevista, Raimundo construía uma linguagem de exaltação do lugar de destino migratório. Tomando Barras como contraponto, ele dizia: “lá é diferente”, “lá tem muito verde”, “lá tem trabalho”, “lá tem fartura”, e assim por diante. A precariedade vivenciada no lugar de origem e o desejo da saída em busca de trabalho podem ser mais bem compreendidos quando são trazidas à tona questões relacionadas à terra.

Raimundo vivia como agregado ou cativo, no dizer de Francisco Moreira (2007), outro entrevistado, à época com 53 anos. Dizia ele: “naquele tempo a gente tava deitado aqui, com o meu pai, aí chegava o patrão e chamava a gente para ir trabalhar. Se o pai da gente, porque naquele tempo eu era criança, dissesse que não ia, aí ele [o patrão] mandava desatar o nó da rede e cair no mundo” (Francisco Moreira, 2007).

Sua família trabalhava para o proprietário da fazenda, recebendo como pagamento apenas o que lhe cabia para a subsistência, o que configurava uma prática de escambo. As terras eram cedidas por grandes e médios proprietários a moradores que combinavam as atividades extrativas do babaçu com pequenas atividades agrícolas e, por vezes, com a pecuária, para obtenção dos meios de vida. A falência do sistema de morada, como menciona Figueira (2004), também associada à crise do extrativismo da carnaúba e do babaçu, combinou-se com a fragmentação da terra e a formação de pequenas propriedades, tornando mais rígidas as possibilidades de acesso à terra pelas famílias sem terra e impulsionando o acirramento dos conflitos fundiários.

Francisco Lino (2009), 59 anos, assim como Francisco Moreira, migrante retornado, estabelecia roteiros e períodos de saída a partir da elaboração de planos no seio da família, que incluíam, basicamente, a permanência de parte dos familiares para garantir a posse da terra. Nesse aspecto, é importante considerar que a falência do sistema de morada na região e a expulsão de agregados e pequenos posseiros das terras favoreceram um movimento duplo: a luta pela posse da terra e a migração de retorno como estratégia de aquisição de recursos para a manutenção dessa posse.

O contexto de crise no sistema de organização do trabalho rural em médias e grandes propriedades no estado, observado em um cenário de impulsionamento dos planos de desenvolvimento para o Nordeste, possibilita-nos problematizar a não propriedade da terra, ou a não propriedade efetiva da terra, vivenciada por posseiros e arrendatários, como aspecto mobilizador da expansão da fronteira. Tal perspectiva remete ao peso histórico da noção fixa de propriedade privada, em seu sentido jurídico, que fundamenta bases de exclusão e violência no campo com a anuência do Estado. Segundo Congost (2007), historiadora catalã cuja obra defende a desconstrução da noção moderna de propriedade da terra, individual, absoluta e juridicamente reconhecida, resultante da consolidação do capitalismo, essa concepção ignora a relação com a terra como direito à vida que as populações rurais mantêm com ela.

A corrida pela posse da terra acirrou conflitos que opuseram proprietários e o campesinato, incluindo agregados, meeiros e posseiros, interessados na ocupação de terras devolutas na região Sul do estado e na desapropriação de terras na região Norte. Nessas áreas, as famílias manti-

nham vínculos de dependência e, com frequência, durante as entrevistas realizadas, reconheciam-se como “cativos”. Como estratégia de libertação desse cativo, muitos se lançaram aos projetos de migração rumo à Amazônia ou ao trabalho nas frentes de emergência.

Famílias sem terra, vivendo em situações agravadas pelas ameaças trazidas pelas secas de 1979 e 1983, passaram a ser atraídas pela possibilidade de partir rumo ao Pará ou de se inscrever para trabalhar nas frentes de emergência mais próximas das regiões onde viviam. As alternativas postas — a migração ou o alistamento nas frentes de emergência realizadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) —, apresentadas como solução para conter a saída de massas migratórias de piauienses em fuga da seca e da fome, cruzavam-se em um plano mais amplo de ações do Estado, voltado para o investimento em grandes projetos de desenvolvimento do Norte e do Nordeste.

No início de maio de 1979, teve início o alistamento nos 35 municípios abrangidos pelo decreto de emergência. A expectativa era de que fosse necessário mais de Cr\$ 180 milhões em recursos financeiros para a instalação das frentes, com o dinheiro sendo liberado em sete parcelas, correspondente aos sete meses de funcionamento dos serviços nas obras. A liberação para o mês de maio foi de Cr\$ 38 milhões, representando a primeira parcela, o suficiente para as despesas de instalação e pagamento dos flagelados. O salário atualizado correspondia a Cr\$ 1.644,00, mas o plano elaborado pelo governo previa o pagamento pelo salário antigo, Cr\$ 1.111,20. Até meados de maio, já havia mais de 30 mil alistados, que receberiam quinzenalmente, com o dinheiro sendo entregue na presença do proprietário das terras, através de um funcionário do governo (Brito, 2024, p. 174-175).

As notícias vindas das frentes, porém, não eram as melhores. Fome, exploração e trabalho escravo são frequentemente apresentados nas narrativas dos entrevistados do autor. Um deles, o Sr. Lima, chamava o Dnocs pelo acrônimo “Magnu” ou “Maguinu”, uma combinação das palavras *magro* e *nu*, que, segundo ele, descrevia as condições em que os trabalhadores retornavam após o trabalho nas frentes de emergência (Brito, 2024).

Os que rumavam para a Amazônia, a exemplo de vaqueiros, agregados e posseiros/lavradores pobres expulsos da terra, viam nessa alternativa a possibilidade de enriquecer, mesmo considerando os riscos de serem enganados ou mortos. Segundo Funes (2008), as razões pelas quais partem rumo à Amazônia são as mesmas, tanto no século XIX

quanto em 1942: a vontade de enriquecer, de fazer a vida. A região de destino é, controversamente, apresentada como um paraíso por aqueles que nela experienciaram o trabalho escravo ou a quase morte.

Funes (2008, p. 21) acrescenta ainda: “as condições de trabalho não são diferentes daquelas a que foram submetidos os primeiros nordestinos que ali chegaram”, como evidencia a documentação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), de 1955: “Na Amazônia, entretanto, o sistema da imigração apresenta características desoladoras: a preocupação dos que aqui chegam, com poucas exceções é o abastecimento fácil, não lhes acenando a ideia da permanência no Vale. Enriquecer e voltar a terra natal, eis o axioma”.

A reprodução do sistema de exploração e escravização de populações vulneráveis na hinterlândia brasileira foi permitida em um contexto no qual os discursos sobre modernização e desenvolvimento ganhavam força retórica. Todavia, o que pode parecer uma contradição do capitalismo evidencia, na realidade, suas práticas arcaicas que, conforme Martins (2018, p. 13), “ganham vida e consistência por meio de cenários de modernização e, concretamente, pela forma dominante de acumulação capitalista, racional e moderna”.

À Amazônia Oriental chegavam pessoas de diferentes partes do país. O que não se pode afirmar, segundo Pereira (2013), é que a chegada dos trabalhadores rurais antecedeu à das grandes empresas e que estas expulsaram os trabalhadores ocupantes. Para o autor, a notícia sobre a facilidade de conseguir terra e emprego na Amazônia corria o país, veiculada pela propaganda governamental que exaltava o progresso na região por meio da instalação de grandes projetos agropecuários e da colonização às margens da Transamazônica (Pereira, 2013).

Eram milhares em busca de esperança na Amazônia. As terras férteis são exaltadas nas falas dos entrevistados, que retornaram à terra natal após sucessivas experiências migratórias. Para eles, a Amazônia representava o sinal da liberdade que não tinham enquanto viviam como cativos nas propriedades rurais de seus lugares de origem.

Francisco Lino, um dos filhos do seu Raimundo, teve, em sua trajetória, muitas idas e vindas ao Pará, encerradas no início da década de 1990, quando já não via mais condições físicas para resistir às atividades desenvolvidas nas fazendas. Em um dos trechos da entrevista, comentou que, embora tenha ido ao Pará com frequência anual durante um período de pouco mais de dez anos, apenas duas dessas viagens lhe trouxeram pequenos proveitos financeiros.

Estive em sua casa por duas vezes e observei suas condições materiais. A casa, de tijolos e coberta com telhas, era recém-construída. Na entrada, havia uma moto que pertencia a um dos filhos, o qual, àquela altura, trabalhava em uma fazenda no Pará. Francisco falou sobre o que o impediu de continuar: “a vida de um trabalhador nessas condições é até 35 anos, passou disso ele não aguenta mais. A gente tem que aproveitar até os 35 anos, passou disso nós não ganha mais nada”.

O relato denuncia experiências de maus-tratos, adoecimentos e sequelas causadas por acidentes de trabalho, que integram as trajetórias desses migrantes e das gerações que os antecederam, condicionados a cumprir jornadas exaustivas, associadas à fome e a condições precárias de sobrevivência, aspectos que raramente foram objeto de mobilização no campo jurídico. É comum, entre os trabalhadores migrantes, o relato de encerramento dos ciclos migratórios aos 35 anos de idade, como mencionado por Francisco nas linhas anteriores.

As migrações dos trabalhadores de Barras configuram-se, essencialmente, como migrações de retorno. O retorno temporário para casa representa, para eles, um alívio, um suspiro para recuperar o fôlego e aproveitar o tempo que ainda lhes resta para o trabalho. Os sinais de cansaço físico e mental são percebidos pelos familiares na chegada.

Seu Francisco viveu a infância e a adolescência com a família em uma fazenda próxima, onde eram agregados. No início da década de 1980, ocupou uma pequena área nas proximidades, passando a viver como posseiro sob constante ameaça de expulsão. Assim, as idas ao Pará eram combinadas com a permanência da família no lugar de origem, de modo a garantir a posse da terra.

Como dito, é preciso reconhecer a responsabilidade do Estado no fomento aos grandes projetos, cujos efeitos repercutem sobre populações rurais sem terra ou sem condições de subsistir no lugar de origem. As fazendas para as quais esses trabalhadores foram recrutados integravam conglomerados de empresas agropecuárias que mobilizavam incentivos estatais sob a retórica do desenvolvimento regional.

Em referência ao impacto dos grandes projetos nas condições de vida e de trabalho das populações camponesas, estudiosos como José de Souza Martins (2018) ressaltam a invisibilidade de populações indígenas e camponesas como parte do processo de avanço desses empreendimentos. No Nordeste, o Estado recrutou milhares de sertanejos para a cons-

trução de estradas e açudes nas frentes de emergência, submetendo-os a salários irrisórios, inferiores ao salário mínimo da época, além de jornadas exaustivas e fome, como relatado por Espedita (2015), agente pastoral e uma de nossas entrevistadas. Quando questionada sobre o que atraía as pessoas para o trabalho nas frentes de emergência e quais eram as possíveis vantagens, comentou:

O que que acontece?! Então! Ai os benefícios que nós sabemos que vinham do governo, eram as parcelinhas, nunca vinha um salário mínimo pra ninguém. Trabalhavam, coitados, 08 / 10 horas por dia carregando pedra... eu lembro das frentes de emergência a gente tirando foto, registrando aquela situação daquelas pessoas.

À época, a Igreja Católica denunciou milhares de mortes na região, classificando-as como o genocídio do Nordeste. A questão das motivações nos permite refletir sobre a naturalização da pobreza rural e sobre o que José de Souza Martins (2018, p. 158) define como autoengano, entendido, em termos explicativos, como “formas coercitivas de trabalho com base em engajamentos voluntários”, o que denota um processo de teatralidade nas circunstâncias da contratação. As possibilidades de trabalho e de bons salários, alimentadas pelos discursos oficiais e reproduzidas no cotidiano dessas pessoas, entram em confronto na fronteira, no encontro com o outro, que lhes apresenta a face cruel do capitalismo na sociedade contemporânea.

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de lhes retirar aquilo que é vital para sua sobrevivência, não apenas econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade.

É fato que os grandes projetos trouxeram efeitos desastrosos para a vida das populações rurais, invisibilizadas e, ao mesmo tempo, transformadas em alvo desses empreendimentos econômicos por constituírem sua principal mão de obra. A possibilidade de problematizar o olhar da vítima parte das reflexões de Martins (1988, p. 2-3), ao considerar uma reciprocidade de ações, embora não haja equivalência entre elas:

Na realidade, o processo não é unilateral. Há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos vitimados por esses programas laçam neles contradições, tensões, desafios. A partir do momento em que essa interferência se dá, ela não se efetiva apenas

através da coisa física que é a barragem, o lago ou a rodovia. Os projetos se materializam em obras que se apresentam diante de indígenas e camponeses através de pessoas diferentes e de relações sociais novas. Mesmo velhas relações sociais são substancialmente alteradas, embora mantenham a forma exterior. Indígenas e camponeses não ficam “fora” dessas relações. São por elas envolvidas de algum modo, geralmente numa relação de alteridade. A reciprocidade do impacto se manifesta na constituição do “outro”, que passa a mediar as relações sociais para cada grupo envolvido no desencontro desse encontro.

O deslocamento da imagem do outro, o invasor, revela a constituição da fronteira mediante o uso de estratégias de ampliação do capital. É nesse contexto que a escravidão por dívida se revitaliza. Durante a Ditadura Civil-Militar, o modelo colonialista de invisibilização das populações rurais, dos camponeses e dos povos originários conformou um modelo concentracionista de propriedade que sustentou a escravidão contemporânea.

Aqui, atentamos para a agência dessas populações, problematizando, sob o ponto de vista das vítimas, como tais condições repercutem em seus modos de pensar e agir. Malheiro e Cruz (2019) consideram que, no contexto do avanço dos grandes projetos, pode-se definir uma “geografia do desenvolvimento”, ao reconfigurar a sociedade e seus territórios e destituir homens e mulheres de sua autonomia e de suas relações entre si e com a natureza. A forma como esse movimento avança no campo provoca processos de ruptura e fraturas por meio do uso de recursos técnico-científicos e informacionais, que afetam profundamente as populações e os grupos sociais vulneráveis à ação do capitalismo periférico.

Ao mesmo tempo que corriam vultosos investimentos para impulsionar grandes projetos agroindustriais em regiões de fronteira agrícola, o país assistiu à acentuação dos conflitos no campo, que impuseram barreiras ao modelo de capitalismo rentista em curso. Os trabalhadores rurais migrantes entrevistados comumente remetem suas falas ao tempo do cativo, ao não domínio do próprio tempo, como um passado, ainda que recente. Embora se reconheça a não equivalência nas relações de força entre o empreendedor, proprietário de terras, e o camponês, cabe considerar que as “contradições, tensões e desafios” são essencialmente mobilizados a partir dos grupos vitimados, fazendo avançar a negociação.

Os resultados desastrosos ou fracassados dos grandes projetos financiados pelo Estado durante o período autoritário remetem aos estudos de Scott (1998), na obra *Seeing like a State*. Também na experi-

ência brasileira, o Estado ignorou e invisibilizou grupos rurais, fazendo avançar ações técnicas por meio de órgãos como o Dnocs para ocupar os “espaços vazios” e expandir a fronteira. As catástrofes sociais e ambientais produzidas no âmbito das ações dos agentes do Estado junto a essas populações foram possibilitadas em um contexto no qual o sistema repressivo restringiu o debate público e as formas de manifestação e resistência das populações vitimadas.

Em relação às denúncias de escravização de trabalhadores nessas fazendas, muitas das quais mobilizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), grande parte reverberou em inquéritos frágeis, contribuindo para a perpetuação da impunidade e beneficiando os proprietários, que frequentemente atribuíam a responsabilidade a seus empreiteiros.

Considerações finais

Os grandes projetos de desenvolvimento efetivam-se a partir de um conjunto de interesses que envolve setores do Estado e organizações privadas sob o signo da modernidade capitalista, cuja dinâmica territorial, política e econômica potencializa os conflitos no campo em um contexto de abertura de novas fronteiras, afetando de maneira dramática os modos de vida e de trabalho das populações rurais.

Projetos que mobilizam populações em movimentos de deslocamentos forçados e destituem esses grupos do direito à terra e ao trabalho digno integram uma dinâmica que atende a interesses colonizadores amplamente abordados em estudos clássicos de diferentes áreas do conhecimento. A Ditadura Civil-Militar e seu modelo entreguista de capitalização do campo brasileiro atuaram diretamente na mobilização de homens e mulheres empobrecidos, notadamente das regiões Norte e Nordeste, no acirramento dos conflitos no campo e no avanço do trabalho escravo, na medida em que produziram mecanismos de conhecimento, evidenciados na ampla produção de informações, censos, mapas etc., utilizados como estratégias de vigilância e controle de grupos sociais. Além disso, promoveram o avanço de grandes projetos que resultaram em deslocamentos forçados, escravização e desastres ambientais.

Entendemos que, para além de elencar as ruínas produzidas pelos fracassos dos grandes projetos, é fundamental compreender como essas ações repercutiram nos modos de vida e de trabalho dos grupos atingi-

dos. Nas histórias de Raimundo, Francisco Moreira, Francisco Lino e seu filho, Francisco Filho, a falta de terra e de políticas públicas de combate à pobreza rural repercutiu na permanência no lugar de origem, ao mesmo tempo em que reforçou a construção imagética da Amazônia, no século XX, como um destino fecundo. O mesmo pode ser observado na trajetória do Sr. Lima, trabalhador das frentes de emergência entrevistado por Brito (2024), cujas expectativas de trabalho e assalariamento foram confrontadas com a realidade da fome e da exploração.

Referências

- ARAÚJO, Espedita da Silva. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha. Teresina, PI, 2015.
- BATISTA, Raimundo. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha, em 11 fev. 2007, no município de Barras, PI.
- BRITO, Lucas Ramyro. *Camponeses-operários e frentes de emergência de combate aos efeitos das secas no Meio-Norte (décadas 1970-1990)*. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2024.
- CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007.
- FERREIRA, Marcia Milena Galdez. *Construção do Eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FUNES, Eurípedes A. Eldorado no inferno verde: “Quem vive no inferno se acostuma com os cães”. In: GONÇALVES, Adelaide; COSTA, Pedro Eymar Barbosa (orgs.). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUC; NUDOC, 2008.
- MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho: notas e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas na Amazônia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 46., 1988, Amsterdam. *Anais [...]*. Amsterdam: [s. n.], 1988.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2018.
- MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Sob o signo da fé*. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da SUDAM (Manaus, 08/10/1970). Brasília: Presidência da República/Biblioteca da Presidência da República, 1970.

MENDES, Brenda Maria Vieira. “*Quem não tem costume destrói*”: agroestratégias e resistências camponesas nos Cocais Maranhenses (1970-2015). 2025. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2025.

MALHEIRO, Bruno Cezar; CRUZ, Valter do Carmo. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. *GEOgraphia*, Niterói, v. 21, n. 46, p. 18–31, 2019.

NASCIMENTO SILVA FILHO, Francisco Lino do. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha, em 6 jul. 2008, na cidade de Barras.

PEREIRA, Airton dos Reis. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 54–77, 2015.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, Francisco Moreira da. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha, em 2 out. 2007, na cidade de Barras.

SAYAD, Abdelmalek. A noção de retorno na perspectiva de uma antropologia total do ato de migrar. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 11-15, 2000.

SCOTT, James C. *Seeing like a State*: how certain schemes to improve the human condition have failed. New Haven: Yale University Press, 1998.

SOLON, Daniel Vasconcelos. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*: experiências e memórias de trabalhadores do assentamento Nova Conquista/Piauí. 2024. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. *Resenha informativa*: o problema imigratório na Amazônia. Belém, 30 abr. 1955. Tombo n.º 01.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

ONDE ESTÁ A RAÇA NOS DEBATES AGRÁRIOS BRASILEIROS?¹ UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA²

Introdução

Este trabalho apresenta uma contribuição exploratória que busca mapear ausências e vislumbrar possibilidades futuras de pesquisa. A partir de uma chave teórico-analítica que toma como fundamentais as clivagens raciais, discutiremos e revisitaremos algumas análises dos estudos agrários brasileiros. Em seguida, discutiremos categorias-chave para a análise da questão agrária nacional, mobilizando teorias capazes de evidenciar os aspectos raciais das interpretações e argumentações, mesmo quando a raça não constitui um tópico explícito. Para isso, apontamos como diferentes atores sociais constroem suas interpretações sobre a questão agrária, disputando significados e formas de intervenção.

A gênese conceitual da questão agrária é marcada pelas discussões sobre as formas de transformação e acumulação capitalistas em diferentes contextos nacionais, pelas configurações do desenvolvimento das forças e relações de produção e por suas implicações nas resistências aos imperativos que marginalizam a produção das populações rurais e suas condições de existência. Akram-Lodhi e Kay (2010a, 2010b) e Watts (2021) destacam, nos trabalhos clássicos e contemporâneos sobre esse tema, os modos pelos quais as relações sociais de produção capitalista podem, e chegam a, dominar a agricultura, alterando modos anteriores de produção e propriedade, que passam a ser considerados insustentáveis, frequentemente em defesa de uma análise da transição produtiva. No centro das

1 Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila) pelo apoio prestado à realização do presente trabalho.

2 O presente texto foi originalmente publicado no volume 46 da Revista Raízes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

questões colocadas por esses autores está a compreensão das lógicas e dos imperativos da acumulação capitalista, que marginalizam a produção e as condições de existência das populações camponesas, levando-as, ou não, a resistir. Desse modo, as análises tendem a voltar o olhar para as tendências e os processos de dominação e subordinação em meio às transformações das relações sociais nas áreas rurais.

No interior de seu paradigma clássico, a força lógica do imperativo de acumulação capitalista estabelece a questão agrária como a consolidação do capital sobre o campo e seus modos de vida, identificando um processo de mudança marcado pela alteração das formas de trabalho, pela expansão, mecanização, commodificação e especialização da produção agrícola. Linhares e Silva (1999) evidenciam uma disputa nesse debate sobre o lugar da agricultura no desenvolvimento capitalista e o papel histórico do campesinato, distinguindo entre descampesinistas e campesinistas. Os primeiros interpretam como inevitável a proletarianização do campesinato, ou seja, sua transformação em trabalhadores e a perda de práticas e modos de vida, identificando essa perspectiva com o paradigma clássico da questão agrária. Em contraste, o conjunto de autores(as) e atores(as) campesinistas observa a permanência e a persistência da forma familiar de produção camponesa.

Esse debate assumiu contornos distintos e revelou tensões em torno da agência e das formas de resistência do campesinato e de sua unidade familiar nas disputas por projetos de sociedade e pelos significados da modernização. Destacam-se, ainda, sua participação ativa ou tutelada em revoluções, a busca por autonomia política e produtiva, a resistência aos processos de proletarianização e aos diferentes projetos impostos que buscavam ordenar seus modos de organização, existência e produção, entre outras questões que ainda atravessam e constituem a questão agrária. Com relação ao debate atual, Akram-Lodhi e Kay (2010b) sinalizam três problemáticas: “acumulação”, ou como a agricultura é capaz de gerar mais-valor por meio da produção de alimentos e não alimentos e, desse modo, torná-lo apropriável pela industrialização; “produção”, ou o modo como o capitalismo se desenvolve no campo, identificando formas de trabalho e expropriação; e “política”, ou as formas de organização e articulação de grupos camponeses em busca de justiça social e emancipação humana, bem como seus impactos na transformação social, econômica e política.

De forma esquemática, podemos sintetizar que boa parte da tradição de análise da questão agrária centra-se na apreensão da relação conflitiva entre capital e trabalho, entendendo terra e trabalho como fatores produtivos, variando as direções e intensidades atribuídas ao desenvolvimento de cada um. A seguir, destacaremos alguns textos e/ou autores(as) considerados emblemáticos da questão agrária nacional, confrontando os termos estabelecidos para o debate. Nossa crítica busca, desse modo, contribuir para uma ampliação da compreensão da questão agrária a partir de dois eixos: apontando os aspectos políticos envolvidos em seu processo de realização dinâmica e estrutural e em sua definição heurística; e indicando os fundamentos raciais ocultados no interior dos conceitos e das análises. Para isso, mobilizamos os conceitos de capitalismo racial (Robinson, 2023) e de colonialismo interno (González Casanova, 2007, 2015; Blauner, 1972; Cusicanqui, 2010, 2021) para sinalizar a centralidade do racial como elemento conformador dos termos estabelecidos no debate e na crítica da questão agrária.

Agricultura esvaziada e espetacular

A avaliação de Navarro (2016, 2021) sobre a resolução da questão agrária nacional é significativa para compreendermos a definição sintética apresentada anteriormente. O autor indica um processo de inflexão histórica, observando uma nova dinâmica que rompe com as tendências e os processos históricos anteriores e os altera. Sua análise retoma certos temas e proposições apresentados na discussão teórica sobre a questão agrária, identificando um processo de transição: “a passagem do antigo Brasil agrário para um novo Brasil agrícola, assim sugerindo um intenso processo de ‘des-agrarianização’ da vida social (e da produção) nas regiões rurais” (Navarro, 2016, p. 26). Sob a hegemonia do capital financeiro na agricultura brasileira, a transição para os novos padrões de acumulação de capital e produção agrícola inicia-se nos anos 1970 e consolida-se nos anos 1990. Nesse processo, a resolução tecnológica da “oferta ilimitada de trabalho” e a baixa produtividade estabelecem uma “agricultura socialmente esvaziada, ainda que economicamente espetacular” (Navarro, 2016, p. 56). Essa nova produção e esse “novo” Brasil apontam para as vinculações com as cadeias produtivas internacionais e o mercado financeiro, levando o setor a incorporar “resiliência produtiva

e potencialidade econômico-financeira”, sendo “receptivo às inovações, pois seu condutor principal e a garantia de rentabilidade é a produtividade” (Navarro, 2016, p. 34).

Ainda que não deixe de apontar o aprofundamento das desigualdades, o autor incorpora a defesa desse novo modelo agrícola, mais tecnológico e financeirizado, aparentemente irreversível e definitivo. O “novo” aqui também é um elemento politicamente carregado, que apresenta as inovações tecnológicas como expressão de um progresso irreversível, levado adiante pelos grupos sociais considerados como mais capazes.

Navarro (2021) aponta que a transição do agrário para o agrícola e sua fundamentação econômica também são efeitos do enfraquecimento das forças sociais, como os movimentos sociais e sindicais que historicamente demandam a distribuição de terras. Novamente, o novo indica como antiquadas as questões agrárias. Ainda que de modo não elogioso, o autor sinaliza a inevitabilidade da transição, apontando que o espaço social que caracteriza o agrário “provavelmente está definindo e fadado a desaparecer em algum tempo”, resultando em “imensas manchas vazias de vida e interação humanas, não obstante mantidas como pujantes regiões de produção de mercadorias agrícolas ou pecuárias” e poucas porções territoriais mostrando “alguma resiliência social, como subpartes dos três estados sulistas, às quais se juntarão outras esparsas regiões, aqui e acolá, nas quais famílias rurais persistirão” (Navarro, 2021, p. 148). Nessa concepção, a redefinição do rural como espaço produtivo e econômico, caracterizada pelo autor como a transição para o agrícola, também é vista em tom fatalista: “o País está condenado ao sucesso, tornando-se o maior produtor de alimentos do mundo” (Navarro, 2021, p. 148).

Nessa análise, são indicadas a força dos “produtores inovadores, responsáveis pela produção em larga escala da quase totalidade dos produtos agrícolas e pecuários destinados ao mercado interno e às exportações” e a globalização do ambiente produtivo, “conduzido pela excelência tecnológica, nas mãos de um empresariado rural proativo e moderno”, beneficiando a sociedade com “alimentos saudáveis e baratos, e as cadeias produtivas crescerão, gerando empregos urbanos e mais renda”, ainda que, no campo, a desigualdade persista (Navarro, 2021, p. 148). Ainda que não possamos entrar na discussão pormenorizada dos elementos apresentados por Navarro (2016, 2021), cumpre destacar o texto de Mitidiero Jr. e Goldfarb (2021), no qual os autores desconstruem os argumentos elo-

giosos em torno da grande produção agropecuária e de seus fundamentos, como a exportação, a expropriação de terras, a mecanização, a exploração do trabalho, o uso de trabalho escravo, os altos índices de agrotóxicos e as isenções fiscais.

Identificamos os argumentos de Navarro como expressões de uma concepção hegemônica que apreende o agrícola como sinônimo de expansão e desenvolvimento econômico, entendendo essa transformação como um processo positivado e irrefreável, estabelecido pelo agronegócio e por seu discurso dominante. Contudo, para além de uma crítica centrada na defesa de modelos alternativos de produção, queremos apontar como o racial opera como categoria articuladora desse discurso.

O ponto central na definição desse Brasil agrícola é a identificação de produtores das regiões Sul e Sudeste como cada vez mais integrados aos mercados e capazes de assumir modelos de produção mais competitivos, bem como de uma nova espacialização da produção tecnológica, produtiva e financeirizada no Centro-Oeste, em expansão para o Norte. Outras interpretações, como as de Abramovay (2007) e Wanderley (2009), apontam para a passagem (des)contínua de um camponato moldado pela autogestão socioeconômica para agricultores familiares integrados ao mercado, competitivos e dotados de padrões tecnológicos significativos como produtores rurais.

Sem cor especificada, o modelo produtivo do camponês-agricultor integrado aos mercados é, invariavelmente, o sulino (Sousa; Machado, 2024). Identificado como moderno, competitivo, dotado de racionalidade econômica, com capacidade de avaliar as culturas mais rentáveis a serem produzidas e de administrar sua propriedade, esse modelo é frequentemente associado, de forma direta ou indireta, a formas de produção familiar que remetem a um camponês de tipo europeu como o futuro da produção familiar nacional (Sousa; Machado, 2024; Brito, 2025). A argumentação leva em consideração o “sucesso” tecnológico e as possíveis formas de acesso ao crédito bancário, em comparação com formas de uso da terra vistas como arcaicas e fadadas ao desaparecimento. Essa avaliação fatalista integra diagnósticos realizados pela ONU desde os anos 1950 (Escobar, 2007) e está presente em relatórios da FAO/INCRA que, desde os anos 1990, servem de base para o estabelecimento de diretrizes de acesso a insumos, empréstimos bancários e políticas de acesso à terra (FAO/INCRA, 1994).

Os critérios elencados não constituem propriamente uma novidade, pois reverberam discussões e políticas públicas da ditadura empresarial-militar (1964–1985) voltadas para a criação de uma classe média rural (Brito, 2025), observando-se, desde os anos 1950, a atuação de entidades patronais para reduzir o agrário ao agrícola (Medeiros, 2021). Ao longo desse período, as políticas de colonização oficial e de modernização produtiva basearam-se na compreensão do complexo tecnoempresarial-militar acerca de um campesinato amorfo, a ser moldado por meio de assistências técnicas, financeiras, educativas, sanitárias e habitacionais (Brito, 2025). Dentre essas políticas, a colonização recebeu os principais esforços de viabilização, tanto em áreas próximas às grandes cidades e centros de abastecimento quanto nos momentos de expansão e nas tentativas de integração econômica e política de novos territórios ao processo de expansão da fronteira. Em Brito (2025), apontamos para a presença oculta do verbo colonizar no modelo oficial de resolução da questão agrária nacional, orientando um conjunto de práticas de intervenção e modos de interpretação voltados para o controle de populações potencialmente in-submissas e de seus territórios. Nesse processo, a política de colonização do imediato pós-golpe reverberava práticas e saberes coloniais de desqualificação das formas de produção e organização social, política e produtiva das populações rurais, frequentemente reprimidas e controladas para que atingissem o modelo da classe média rural integrada aos mercados de produção, de terra e de consumo. Essa classe média rural, cujo ideal ecoa os modelos do farmer norte-americano e do colono sulista, era vista como capaz de administrar sua propriedade e sua produção de forma racional, bem como de gerir seus capitais e trabalhadores.

Conforme indicado, o que se apresenta como modelo de produção e subjetividade a ser seguido e conformado é o do colono sulista. Oriundo de diferentes processos de colonização e migração interna, sua experiência é mistificada e interpretada como aquela que melhor encarna a diligência, a dedicação ao trabalho e o regime de ampliação da produção e da produtividade. Conforme Seyferth (2002), Penna (2022) e Girardi (2022), as clivagens raciais têm sido inerentes à construção de um agricultor modelo, integrado aos mercados e concebido como agente racional, em contraposição àqueles que devem ser transformados, superados ou descartados pelas ações conjuntas do Estado e de agentes técnicos, empresariais e militares. Tanto na formulação de muitas políticas públicas

quanto em análises científicas estão presentes esquemas que selecionam positivamente sujeitos brancos em detrimento de populações enegrecidas, vistas como sinônimo de atraso e indignidade.

Analisando os dados estatísticos do Censo Agropecuário de 2017, Girardi (2022) sinaliza a persistência de um racismo sistêmico que bloqueia o acesso da população negra à terra e aos meios adequados para explorá-la, evidenciando a indissociabilidade entre questão agrária e questão racial. Girardi (2022) e Penna (2022) são categóricos ao apontar as formas contínuas de bloqueio do acesso à terra na história do Brasil, destacando a longa duração da colonização e da escravidão, a Lei de Terras de 1850 e a ausência de mecanismos de compensação no período pós-escravidão. Em meio ao processo de transição da força de trabalho escravizada para a força de trabalho livre, os autores identificam processos de seletividade. Populações consideradas brancas foram escolhidas para substituir as populações escravizadas e indígenas. Estas continuaram a ser expulsas, consolidando a característica migrante e desenraizada do campesinato nacional. Seyferth (2002) também sinalizou os critérios de racialização envolvidos na transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, indicando que o processo de seleção de imigrantes se baseava em critérios que vinculavam a noção de raça à de capacidade para o trabalho e obediência.

Os dados mais recentes analisados por Penna (2022) e Girardi (2022) indicam a persistência de um Brasil agrário e racializado, evidenciando a manutenção do padrão de monopólio e controle fundiário associado à população branca, sobretudo quando se observa a espacialização regional. Girardi (2022) e Gomes (2015) sinalizam que a chamada “agricultura familiar”, ou camponesa, é majoritariamente negra, mas apresenta os piores indicadores quanto ao tamanho das áreas, à precariedade da relação com a terra e das condições de trabalho, ao baixo acesso às formas de assistência pública, à educação formal e à qualidade de vida. Em contrapartida, a “agricultura capitalista” é majoritariamente dominada pela população branca e marcada pelo acesso às políticas públicas anteriormente indicadas.

É necessário, contudo, questionar os qualificativos de “familiar” e “capitalista” elencados por Girardi (2022), observando a frequente sobreposição entre ambos, de modo a não desconsiderar a crescente preocupação com a integração aos mercados e o acesso às políticas públicas

de financiamento e produção condicionadas a essa mesma integração. Desse modo, Penna (2022) sinaliza um processo de seletividade estrutural e racial que permeia o Estado brasileiro, observando que, na base da expropriação e da concentração de terras no Brasil, está a racialização, que hierarquiza grupos a partir da ideologia da branquidade, desconsiderando as populações não brancas como titulares de cidadania e direitos. A desqualificação dessas populações como quase humanas ou passíveis de objetificação serve sistematicamente como justificativa para a invasão e a expropriação de territórios.

O que se oculta na redução da terra e do trabalho a fatores produtivos e recursos é a compreensão do desenvolvimento como um processo de dominação calcado na expropriação e dilapidação de territórios e populações. No cerne do processo de colonização e de aprofundamento das formas de acumulação e desenvolvimento capitalistas estão formas materiais e simbólicas de exploração e dilapidação de territórios e populações, que devem se tornar passíveis de extração, despossessão e controle branco (Yussof, 2018). Conforme apontou Robinson (2023), a desqualificação racial tem sido historicamente mobilizada para descaracterizar e desqualificar populações passíveis de deslocamento forçado. Ao elaborar diferenciações raciais, os processos de dominação têm erigido determinadas populações como alvos legítimos da expropriação de seus territórios e modos de organização social e produtiva, transformando-as também em “mão de obra”, qualificativo que reduz suas existências à exploração de sua força de trabalho. O autor identificou esse princípio como um elemento anterior e fundante do capitalismo, indicando a categoria de capitalismo racial como cerne das discussões sobre esse modo de produção.

Nossa discussão aponta para a riqueza desse enquadramento analítico, indicando os processos de construção de hierarquias raciais como concomitantes às expropriações de terra, ao deslocamento forçado e à subordinação das formas de trabalho e reprodução coletiva. Entendidas de forma relacional, as categorias racializadas operam selecionando os sujeitos objetificáveis e subalternizados e os sujeitos sociais considerados aptos e merecedores da fixação na terra. Penna (2022, p. 17) aponta que as seletividades estrutural e racial se interpenetram na associação entre terra e meio de produção, em detrimento da concepção de território, marcada pelo pertencimento coletivo e pelo uso comum: “no que concerne à disputa dos critérios de legitimidade para o acesso à terra, o significado

hegemônico associado a ela é o de meio para produção de mercadorias (notadamente *commodities* agrícolas). E o parâmetro para a ocupação legítima é a produtividade”.

Deslegitimar a concepção de terra como território torna-se um mecanismo para legitimar o acesso e a expropriação das terras de populações não brancas. Em nome do desenvolvimento, justificam-se a opção pelo projeto hegemônico de acumulação capitalista e a inação diante das violências sofridas por pessoas não brancas.

Saberes e práticas de colonialismo interno

Populações negras e não brancas podem ser consideradas como vivendo sob condições de colonialismo interno no Brasil (González Casanova, 2007; Cusicanqui, 2021), dada sua baixa autonomia frente ao conjunto dos governos federal, estaduais e municipais, bem como aos grandes proprietários de terra, empresários e conglomerados do agronegócio, da mineração e dos setores energéticos. Sua condição de minoria nacional e a constante seletividade racial positiva em favor de grupos brancos apontam para formas de incentivo ao uso e à apropriação da terra por meio do acesso a títulos, crédito e insumos, bem como a melhores condições de vida de maneira geral, refletidas em indicadores relativos à saúde, segurança, escolaridade e emprego.

Elaborado no início dos anos 1960, o conceito de colonialismo interno de González Casanova (2007, 2015 [1969]) está atravessado pelos debates políticos comunistas e antirracistas da Terceira Internacional (Bringel; Leone, 2021). Em meio às discussões e lutas anticoloniais do início do século XX, o colonialismo passou a ser questionado como um fenômeno que se realiza apenas a partir de uma potência exterior, apontando-se para as formas de apropriação da terra, expropriação dos recursos, exploração do trabalho, submissão de populações, sobretudo por meio de divisões étnico-raciais, e domínio sobre uma unidade política a partir da conformação de Estados nacionais independentes em antigas colônias. Nos anos 1960, o termo se prolifera com os debates e a constituição de uma gramática comum sobre o Terceiro Mundo. Seu uso e ampliação estão associados a movimentos sociais e políticos concretos, observando-se relações coloniais e lutas por libertação em países como Estados Unidos da América, África do Sul, Israel, Espanha, Irlanda, Tailândia, Paquistão,

Groenlândia, Canadá e territórios da antiga União Soviética (Blauner, 1972; González Casanova, 2007; Bringel; Leone, 2021). Essas análises indicam o colonialismo como um fenômeno internacional e intranacional que realça a heterogeneidade cultural e estrutural reproduzida de forma hierárquica, com etnicidades subalternizadas, mas que também sinaliza para as formas de resistência.

O conceito de colonialismo interno, tal como apresentado por Robert Blauner (1972), González Casanova (2007) e Cusicanqui (2010, 2021), permite compreender a persistência de práticas, saberes e estruturas coloniais de dominação em países com independência política e governos republicanos, indicando como grupos brancos continuam a exercer e manter situações de exploração mesmo quando há garantias formais de igualdade e justiça. Dentre os fundamentos da situação de colonialismo interno está a hierarquização racial das populações, que configura e serve de justificativa para a desqualificação de práticas e saberes, a expropriação de territórios e recursos, a imposição e desvalorização culturais, o extermínio físico e simbólico e a reprodução de condições de exploração do trabalho.

Analisando a situação da população afro-americana nos Estados Unidos, Blauner (1972) identificou como grupos minoritários racializados sofrem exploração, segregação e dominação cultural no interior do próprio Estado-nação, observando a semelhança dessa condição com a relação colonial entre metrópole e colônia. Sua inspiração parte da luta do movimento negro nos Estados Unidos e de outras minorias raciais, apontando para formas contemporâneas de discriminação étnico-racial.

Em González Casanova (2007, 2015), a colônia é compreendida como território dependente de um “império”, de tal modo que é preciso identificar as motivações econômicas, militares, políticas e culturais que se interligam no modo de dominação. O conceito permite apreender como, em diferentes contextos nacionais, é possível identificar a reatualização de modos de dominação coloniais. Mesmo após os processos de independência política e transformações sociais significativas, tais como a reforma agrária, a industrialização, a urbanização, a alfabetização e a mobilidade estrutural, formas internas de colonialismo continuam a persistir. Trata-se de observar um continuum que esclarece modos seculares de dominação e resistência, elucidando a expansão das relações capitalistas e as ações do Estado, bem como seus mecanismos de centralização, expropriação,

extermínio e desqualificação de populações racializadas e o surgimento e desenvolvimento de alternativas emergentes, sistêmicas e antissistêmicas.

Cusicanqui (2010, 2021) também tem aprofundado os usos do conceito a partir de casos latino-americanos, identificando a rearticulação de estruturas coloniais de dominação territorial e populacional em novas configurações históricas de consolidação do Estado nacional. A autora observa as múltiplas experiências de conquista que buscam absorver as populações nativas não exterminadas, integrando-as ao Estado e constituindo um modo de estratificação que faz da heterogeneidade étnica um fator de desigualdade e exploração.

Essas análises orientam uma interpretação mais profunda do caráter ontoepistemológico das categorias criadas e de seu fundamento racial (Ferreira da Silva, 2024). O que significa, desse modo, ser integrado aos mercados, moderno e desenvolvido, racional e economicamente viável? Quais são, por sua vez, os agentes sociais desintegrados, indignos e vistos como racionalmente incapazes de se integrar aos mercados de terra, trabalho e consumo? Um olhar voltado para o interior dos processos históricos de longa duração, observando as reatualizações das dinâmicas coloniais e de hierarquização racial, implica apreender as formas de desorganização social, desqualificação, extermínio e expropriação empreendidas contra os povos do campo, das águas e das florestas³. A pergunta passa a ser quais são as vidas afetadas, em sua dimensão individual e coletiva, sem reduzir suas existências às violências sofridas, buscando apreender suas resistências, formas de agenciamento e concepções distintas de uso do trabalho e da terra, a partir das quais constroem suas formas de organização, elaboração política e vida sob a clivagem racial. Desse modo, é fundamental interrogarmo-nos sobre como lidar com esquemas constantes de violência sem necessariamente reproduzi-los em nossas análises (Hartman, 2021).

Outra aposta nossa segue as pistas apontadas por Rosa (2018) acerca da necessidade de “desembranquecer” as análises sobre a terra, hegemonicamente calcadas em esquemas eurobrancos. Descolonizar as análises sociológicas também implica ultrapassar meros esquemas produtivos

3 O termo é fruto da articulação e da organização política de diferentes entidades representativas que, em agosto de 2012, realizaram o Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Como indicado em sua Declaração Final e no Documento Base, a expressão “povos do campo, das águas e das florestas” abarca um conjunto de identidades e sujeitos que lutam por reforma agrária, terra e território, incluindo trabalhadores(as) sem-terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores(as) artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores(as) familiares, camponeses(as) e trabalhadores(as) rurais. Para mais informações, acessar: <https://encontrounitario.wordpress.com/declaracao-do-encontro/>.

que atribuem valor e qualificam as populações rurais a partir do que realizam na terra, de seus atrativos culturais e/ou de suas formas diferenciadas de organização, hierarquizando grupos e/ou apontando suas possibilidades de se (des)envolverem. Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que os esquemas de subdesenvolvimento são necessariamente raciais (Rodney, 2022) e calcados em um *continuum* racial, sinalizando para as múltiplas vidas da escravidão negra por meio de esquemas de subemprego, dependência socioeconômica e falta de autonomia (Beckford, 1972), ou para a pós-vida do escravo (Hartman, 2021).

Em diferentes casos históricos, é possível apreender experiências de constituição de territórios e formas de organização social, política e produtiva dotadas de maior autonomia, que foram identificadas como perigosas pelo Estado brasileiro e por sua configuração interna. Carvalho (2008) aponta, por exemplo, para a formação e centralização da Guarda Nacional, organizada a partir dos receios das classes proprietárias com o objetivo de combater a organização e a ação das chamadas “classes perigosas” do campo e da cidade, abarcando populações escravizadas e livres. O autor identifica ao menos 17 revoltas entre 1831 e 1848⁴ que estiveram no centro das decisões das elites políticas locais e das burocracias estatais para articular uma conciliação com grandes proprietários de terra e comerciantes nacionais. A manutenção da ordem diante das revoltas protagonizadas pela população pobre urbana e rural, com participação marcante de indígenas e escravizados, resultaria em um aprofundamento do poder centralizado e conservador brasileiro. De modo sucinto, é possível apontar para a constituição do território de Canudos como um modelo alternativo de organização social, cultural, produtiva e política de camponeses(as) não brancos e expropriados (Moura, 2000), cujo massacre inaugura a República brasileira, consolidando o Estado e um sentimento de nacionalidade que exclui e elimina essas populações e seus horizontes emancipatórios.

Se voltarmos um pouco mais no tempo, observaremos, entre os séculos XVI e XIX, as práticas de identificação e destruição de quilombos, entendidos como comunidades negras que se orientavam para estabelecer uma base econômica e uma estrutura social próprias (Gomes, 2015). A persistência das revoltas populares no século XIX também era temida

4 Segundo levantamento de Carvalho (2008), são elas: Seis Rebeliões, Setembrizada, Novembrada, Abrilada, Pinto Madeira, Cabanos, Crise Federalista, Sedição de Ouro Preto, Carneirada, Revolta dos Malês, Cabanagem, Farrroupilha, Sabinada, Balaiada, Revolução Liberal (em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e Praieira.

pelas possibilidades de aliança com os quilombos, indicando séculos de conflitos reais e potenciais que poderiam desestabilizar a ordem colonial, não apenas pelo potencial militar, mas também pela capacidade de desenvolver estruturas sociais de organização amplamente articuladas com as lógicas econômicas das regiões onde se estabeleciam, produzindo alimentos, fornecendo produtos e indicando alternativas viáveis de organização do modo de vida fora dos controles escravista e patronal (Gomes, 2015; Moura, 2020). As ações dos poderes locais e do Estado sinalizam inúmeras expedições de extermínio dos quilombos e de reescravização de suas populações, movimentos nos quais o território também era desbravado e conquistado em frentes de ocupação e colonização. Do ponto de vista colonial, buscou-se evitar a formação de novos centros de organização e autonomia, ao mesmo tempo em que se estabeleciam ações para encontrar novos recursos materiais, indicando as imbricações e reatualizações da acumulação primitiva em situações de colonialismo interno.

O mesmo Estado em formação também orientou ações de conversão, guerras justas e de pacificação de populações indígenas (Oliveira, 2016), bem como técnicas de controle, gestão e tutela por meio das quais buscou delimitar as formas de organização social e territorial e de expressão cultural dessas populações, procurando transformá-las em mão de obra, sobretudo rural, a ser utilizada em grandes propriedades de terra estabelecidas em territórios indígenas (Souza Lima, 1996). O processo de subalternização de populações indígenas, negras e pardas atendeu, de forma violenta, aos interesses econômicos dominantes de apropriação da terra e obtenção de mão de obra, avançando por meio de práticas sistemáticas de genocídio, despossessão, desqualificação cultural e política e exploração.

Somados esses casos, brevemente identificados, aos já analisados anteriormente, observa-se o desenvolvimento e o aprofundamento de um saber e de práticas coloniais de conquista, controle e civilização marcados por clivagens raciais, que desqualificaram populações insubmissas e seus modos de produção, organização e existência. Os casos identificados neste tópico e seus autores(as) nem sempre são reconhecidos como referências no interior dos estudos agrários. Contudo, são elucidativos por identificarem conflitos e modos de existência articulados em torno da raça e da existência na terra. O saber e as práticas de controle aqui sinalizados indicam uma tradição autocrática de intervenção fundamentada na sele-

tividade racial, definindo as populações que serão alvo de processos de expulsão, deslocamento forçado, expropriação, exploração e extermínio, e aquelas cujos corpos serão reconhecidos como imagem e semelhança do progresso e da racionalidade.

Considerações Finais: Reformular a Questão

Gostaríamos de reforçar a importância da incorporação da discussão aqui proposta como um lastro para futuras pesquisas, tendo em vista as lacunas e possibilidades que a questão racial apresenta para os debates sobre as ruralidades no Brasil. Assim, voltamo-nos para a necessidade de reformular a *questão agrária*, incorporando as demandas de atores em movimento e levantando a hipótese de apreender as relações na e com a terra de forma mais ampla, enquanto paisagens, territórios, comunidades e expectativas coletivas necessariamente racializadas, e não como sujeitos opacos e sem cor, conforme normalmente têm sido retratados.

Além de conceito analítico, a questão agrária é também uma categoria política tensionada e disputada em suas formas de interpretação pelos diferentes grupos sociais, que trazem consigo suas percepções, agenciamentos, formas de intervenção e soluções técnicas e políticas. Estas, por sua vez, têm retroalimentado formas de capitalismo racial que depreciam continuamente vidas enegrecidas e suas agências criativas, como apontado anteriormente. A fim de elaborar uma análise compreensiva dos atores(as) em disputa, a ampliação do conceito de questão agrária permite ir além da apreensão de processos e estruturas vinculados ao avanço do modo de produção capitalista e/ou de compreensões centradas em momentos de transição. Apreender a questão agrária como constituição de um problema público (Cefaï, 2001) nos orienta a compreender quem são e como se constituem os atores coletivos que elaboram os modelos interpretativos e de intervenção, tanto oficiais quanto alternativos, da questão agrária, de modo a nos permitir captar divergências e propostas de ampliação da questão (Brito, 2025). Trazer a dimensão racial, aqui, é mais do que incorporá-la ao conjunto de reivindicações no interior da questão agrária; trata-se de reformulá-la, na medida em que requalifica categorias clássicas, como capital, terra e trabalho.

Talvez o esforço consista em descanonizar a história brasileira, chamando a atenção para um conjunto de práticas, desde as revoltas po-

pulares até práticas cotidianas e modos de vida que constantemente se insubordinam contra as violências raciais e coloniais, observando-as ao longo de nossa colonização e nos períodos mais recentes. Tal caminho nos possibilita enxergar melhor o que tem sido tratado como “nativista”, “regional”, “local” e/ou “tradicional”, permitindo perceber formas de resistência e geografias sociais que têm (re)inventado modos de vida em meio ao terror racial naturalizado na cotidianidade da morte negra. É necessário enfrentar a violência da plantation a partir das geografias sociais negras (McKittrick, 2011). Tal violência tem assumido novas configurações contemporâneas, e é fundamental encará-la, uma vez que pouco se interessa por espacialidades específicas, pois encontra na antinegritude a razão do mundo contemporâneo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- AKRAM-LODHI, A. H.; KAY, C. Surveying the agrarian question (part 1): unearthing foundations, exploring diversity. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 177-202, 2010a.
- AKRAM-LODHI, A. H.; KAY, C. Surveying the agrarian question (part 2): current debates and beyond. *The Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, p. 255-284, 2010b.
- BECKFORD, G. *Persistent Poverty: underdevelopment in Plantation Economies of the Third World*. New York, Oxford University Press, 1972.
- BLAUNER, R. *Racial Oppression in America*. New York: Harper & Row, 1972.
- BRINGEL, B.; LEONE, M. La construcción intelectual del concepto de colonialismo interno en América Latina: diálogos entre Cardoso de Oliveira, González Casanova y Stavenhagen (1959-1965). *Mana*, v. 27, n. 2, p. 1-36, 2021.
- BRITO, R. B. A formação da classe média rural: a política de colonização da ditadura empresarial-militar”. *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 68, n. 1, p. 1-36, 2025.
- CARVALHO, J. M. de. *A construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CEFAÏ, D. Les cadres de l'action collective. Définitions et problèmes. In: CEFAÏ, D.; TROM, D. (Eds.). *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.
- CUSICANQUI, S. R. *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. La Paz: La Mirada Salvaje, Editorial Piedra Rota, 2010.

CUSICANQUI, S. R. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizados*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo. Construcción y desconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável: versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036*. Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994. 24 p.

FERREIRA DA SILVA, D. *A dívida impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

GOMES, F. dos S. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Ed. Claro Enigma, 2015.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 431-458.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. “El colonialismo interno” [1969]. In: *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*. Antologia e apresentação de Marcos Roitman Rosenmann. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.

HARTMAN, S. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. da. *Terra Prometida: uma história da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. *Social & Cultural Geography*, v. 12, n. 8, p. 947-963, 2011.

MEDEIROS, L. S. de. Empresariado rural, modernização da agricultura e violência no meio rural brasileiro. *Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores*, n. 2, p. 183-214, maio/out. 2021.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. *O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, set. 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MOURA, C. *Sociologia política da Guerra Camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação). In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Orgs.). *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade*. Brasília: Ipea, 2016. p. 25-63.

NAVARRO, Z. O Brasil rural acabou? *Revista de Política Agrícola*, v. 30, n. 1, p. 142-148, 2021.

OLIVEIRA, J. P. de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

PENNA, C. O agro é branco? Seletividade racial e política fundiária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2230214, 2022.

ROSA, M. C. “Descolonizando a terra, desembranquecendo a sociologia: questões a partir da África do Sul contemporânea”. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

ROBINSON, C. J. *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.

RODNEY, W. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo: Boitempo, 2022.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

SOUZA, I. T. S. de; MACHADO, D. C. M. Antinegitude e ruralidades: uma análise da construção da categoria “agricultura familiar” no Brasil. *Ruris*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 6-35, 2024.

SOUZA LIMA, A. C. de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WATTS, M. The agrarian question. In: AKRAM-LODHI, A. Haroon; DIETZ, Kristina; ENGELS, Bettina; McKAY, Ben M. (Orgs.). *Handbook of critical agrarian studies*. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2021. p. 53-66.

YUSOFF, K. *A billion black anthropocenes or none*. Minneapolis, EUA: The University of Minnesota Press, 2018.

“QUANDO NOVOS ATORES ENTRARAM EM CENA”: EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS, VIOLÊNCIA, ASSASSINATOS E O DIA EM QUE OS PISTOLEIROS FUGIRAM DE MOJU/PA (1988)

Apresentação

Durante os governos da Ditadura Militar¹, a Amazônia tornou-se parte do projeto de “desenvolvimento” do Brasil, voltado a promover o desenvolvimento do País. Assim, boa parte dos empreendimentos implantados nessa região não levou em consideração o modo de vida da população que a habitava.

Os projetos pensados e implantados eram totalmente opostos ao tipo de atividade econômica desenvolvida pelas comunidades existentes, sobretudo pelos povos tradicionais. Os projetos agroindustriais tinham como meta a apropriação de grandes extensões de terra.

Com a concessão do Estado, a Amazônia sofreu profundos impactos, alterando significativamente o modo de vida dessas populações. Moju foi um dos municípios que vivenciaram essa realidade com o processo de instalação das diversas agroindústrias que passaram a se estabelecer na região a partir da segunda metade da década de 1970, consolidando sua presença nos anos de 1980, quando os colonos passaram a temer a perda de suas terras.

É ideia central deste artigo fazer uma análise de como se deu o processo de ingresso de alguns desses empreendimentos no município de Moju e dos conflitos que ali se concretizaram, sobretudo do enfrentamento e, mais ainda, do “basta” que os trabalhadores procuraram dar no ano de 1988, quando, “cansados” das perseguições, orquestraram uma entrada na pequena cidade e, ao raiar do dia, tomaram de “assalto” o espaço urbano, forçando os pistoleiros que ali viviam a se embrenharem em fuga.

¹ A ditadura militar ocorreu no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, quando o presidente João Goulart foi deposto.

Tal acontecimento ficou marcado como a “invasão da cidade de Moju pelos 100”, numa referência ao número aproximado de homens que, com os rostos pintados de carvão, promoveram esse ato de coragem, deixando o município, por um período, livre dos “perseguidores”. O fato foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação da capital paraense, que divulgaram as ações e, sobretudo, procuraram denegrir a imagem desses homens, retratando-os como “perversos” e “fora da lei”. Utilizo aqui alguns documentos, como matérias de jornais da época.

A presença dos empreendimentos na Amazônia e os conflitos

A Amazônia, como já mencionado, a partir do regime militar, viveria outras experiências no campo, bem diferentes das décadas e dos séculos anteriores. A chegada de diversos projetos agroindustriais transformaria o espaço geográfico. Aqui apresentarei alguns desses casos, iniciando pelo que se chamou de região da Gleba Cidapar, um complexo de indústrias instalado na área dos municípios de Capanema, Viseu, Capitão Poço, Irituia e Garrafão do Norte, onde diversas empresas se estabeleceram.

Ali, os problemas iniciados em meados da década de 1970 ficaram conhecidos como o “conflito da Gleba Cidapar”, descrito por Violeta Loureiro (1996) em sua obra *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. Segundo a autora, nesse contexto, surgiu um personagem emblemático: o “gatilheiro” Quintino, ou Armando Alves Lira. Na memória dos camponeses da região, ele ficou conhecido como matador de “cabra safado”, uma espécie de Robin Hood amazônico, um Lampião do Norte.

Ainda segundo a autora, Quintino era um “perigo” para os donos dos negócios da região, um “fora da lei”, um “bandido” (Loureiro, 1996). Daí o título da obra. Na luta pela terra nessa região, houve diversas formas de resistência, entre elas o enfrentamento, em alguns casos realizado à bala. O desfecho de Quintino foi trágico: morreu em uma ação da Polícia Militar do Estado do Pará, durante o governo de Jader Barbalho.

A morte do “defensor” dos posseiros da região se daria às vésperas da inauguração do Monumento à Cabanagem², na entrada da ci-

2 A Cabanagem, movimento organizado por grupos populares no século XIX, reuniu escravizados, indígenas, portugueses pobres e outros grupos que ajudaram a financiar o movimento. Pensado e articulado pelo então padre Cônego Batista Campos, tinha como princípio transformar a Província do Grão-Pará em um espaço

dade de Belém, uma homenagem ao movimento cabano ocorrido em 1835, quando grupos populares tomaram de assalto a cidade. A obra foi encomendada ao então renomado arquiteto de Brasília, Oscar Niemeyer. Houve festa na região da então Gleba Cidapar entre fazendeiros e latifundiários, e tristeza entre os moradores das comunidades e dos vilarejos.

Outra região do estado do Pará que viveria os impactos da presença de projetos agroindustriais voltados para a exploração mineral seria o Oeste. Ali, nos últimos anos do regime militar, houve o incentivo à exploração de bauxita no município de Oriximiná e a instalação da Mineradora Rio do Norte (MRN), que não demorou a entrar em conflito com várias comunidades quilombolas do vale do Trombetas. Comunidades remanescentes de quilombos sofreram grandes impactos provocados pelos resíduos da atividade mineradora despejados nos rios próximos a essas localidades.

O exemplo mais claro desse problema foi identificado no chamado lago Batata, que sofreu intensa poluição, levando à proibição do uso de suas águas e dos peixes ali existentes pelas populações locais. O caso das comunidades quilombolas de Oriximiná foi descrito pelas antropólogas Rosa Acevedo e Edna Castro (1998) em sua obra *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. As autoras procuraram destacar a resistência desses sujeitos, evidenciando sua capacidade de organização, sobretudo no processo de criação do chamado “território quilombola”, concebido como uma estratégia de proteção das áreas de uso comum.

Outro município que sofreu com a presença de mineradoras no estado do Pará foi Barcarena, com a instalação da empresa Albrás/Alunorte. Ali, grandes transformações ocorreram nesse espaço. Segundo as autoras Maria Lúcia Sá Maia e Edila Ferreira Moura (1995), na obra *Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia*, famílias que viviam basicamente da agricultura de subsistência, da caça, da pesca e do extrativismo foram levadas a se fixar na empresa, ora pela perda de suas terras, ora pelo atrativo dos empregos que ali se criaram.

Grande parte dessas pessoas teve que mudar de vida e de modo de produção, deixando de cultivar a terra para se tornar assalariada. Ainda sobre a empresa Albrás/Alunorte, Edilza Fontes (2003) retrata os conflitos estabelecidos no interior da indústria, no Porto de Barcarena. A autora

mais justo para todos. Na véspera da tomada de Belém, o religioso viria a falecer, deixando o grupo sem uma liderança capaz de agregar todos os envolvidos.

apresentou a problemática das relações de trabalho nos anos iniciais de operação da empresa, quando a legislação trabalhista aplicada aos operários ainda não era claramente definida.

A autora procurou destacar que os mais prejudicados foram os chamados “peões da casa”, como eram conhecidos os trabalhadores locais, pouco experientes nesse tipo de atividade. Em contrapartida, os “peões do trecho” eram trabalhadores “rodados”, que já haviam passado por outras obras e grandes construções. Tinham a sina de seguir o fluxo dos grandes empreendimentos Brasil afora.

Outros casos complexos foram vivenciados com grande intensidade nas regiões sul e sudeste do Pará. Mineradoras, hidrelétricas³ e a criação de gado foram, aos poucos, estabelecendo-se com o aval do Estado e, sem nenhum pudor, transformaram a região em um verdadeiro campo de batalha. Terras devolutas, terras de comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, além de áreas ocupadas por moradores que habitavam a região havia muito tempo, foram expropriadas.

O número de trabalhadores mortos nessa região é quase incontável. Na verdade, não há dados oficiais precisos, embora a Comissão Pastoral da Terra (CPT) busque realizar esse levantamento. A obra *Retrato da repressão política no campo – Brasil de 1962 a 1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos* (2011), organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo federal, apresenta alguns dos mais diversos tipos de crimes praticados com o aval dos militares em diferentes espaços do meio rural brasileiro.

No estado do Pará, o livro apresenta um total de 74 nomes de pessoas assassinadas no campo, vítimas de crimes cometidos das mais diversas formas. Entre elas, destacam-se três personagens: Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, Expedito Ribeiro e Padre Jósimo Moraes Tavares. Os dois primeiros eram lideranças sindicais assassinadas; Expedito Ribeiro, inclusive, foi morto em 1991, mas seu caso ainda é considerado decorrente das responsabilidades atribuídas aos governos militares.

Outras produções destacam o grande número de trabalhadores assassinados no campo amazônico durante o período ditatorial, sobretudo no estado do Pará. Ronaldo Barata (1995), na obra *Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense*, descreve alguns dos assassinatos ocorridos nesse estado entre 1980 e 1989. Segundo

³ Destaca-se, nesse contexto, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980.

o autor, foram centenas de casos que vitimaram lideranças sindicais, padres, advogados, freiras, políticos, pistoleiros, fazendeiros, grileiros de terras, entre outros.

Charles Wood e Marianne Schmink (2012), na obra *Conflitos sociais e formação da Amazônia*, relatam o projeto dos governos militares para a região amazônica. As diversas políticas de desenvolvimento, quase sempre agressivas, tinham como objetivo atrair investimentos para a região. A Amazônia desempenhou um papel especial no plano geral de desenvolvimento do regime. A riqueza dos recursos existentes, ainda inexplorados, e os grandes territórios pouco povoados fizeram com que a região fosse considerada um espaço propício para absorver investimentos de capital e o excedente de mão de obra originário de outras partes do país.

O autor Pere Petit (2003), em sua obra *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*, procurou mostrar que as transformações ocorridas durante a ditadura militar no Pará foram muito intensas, mas também evidenciou a permanência de uma elite que se mantinha no poder havia décadas. O autor destaca, ainda, os discursos “regionalistas”, uma vez que alguns representantes do setor industrial eram favoráveis à intervenção, enquanto outros se posicionavam de forma contrária.

Muitos outros casos de violência ocorreram em decorrência da presença dos projetos agroindustriais, como no município de Rio Maria, localizado no sul do Pará. Ali, os efeitos da política implementada pelos governos militares deixaram várias vítimas fatais, entre elas, praticamente toda uma família: João Canuto, o pai, e seus filhos José e Paulo Canuto. Outro assassinato bárbaro foi o do também sindicalista Expedito Ribeiro, no mesmo município. Braz e Belchior foram outros dois casos de mortes relacionadas aos conflitos pela posse da terra nessa região.

O município de Moju na década de 1980: alguns apontamentos

Elias Diniz Sacramento (2012), ao escrever a obra *As almas da terra: a violência no campo mojuense*, procurou retratar o cenário do município de Moju na década de 1980. O município, cujo nome deriva do rio Moju, começou a ser colonizado pelos portugueses a

partir do século XVII, após a fundação da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em 12 de janeiro de 1616. A partir desse momento, a colonização se espalharia pelo interior da Amazônia, sobretudo por meio dos rios.

Em 1754, o vale do rio Moju passaria a contar com um núcleo de referência. Assim, surgiria a Freguesia do Divino Espírito Santo do Moju, uma espécie de vila central. Quase um século e meio depois, em 1889, esse lugar se tornaria a sede do município, com sua emancipação. Após idas e vindas decorrentes de leis que lhe retiraram essa condição, em 1930 foi definitivamente decretada sua elevação à categoria de município paraense.

Durante o período da colonização portuguesa na Amazônia, o vale do rio Moju também viveu a experiência da escravidão, sobretudo em razão da produção de cana-de-açúcar⁴, utilizada na fabricação de aguardente destinada ao mercado europeu. Nessa região também se desenvolveram a criação de gado e a construção naval, como ocorreu na Fábrica da Ribeira, localizada na região do baixo Moju.

Depois da Cabanagem, o que se viu foi um vale em que construções antes vistosas deram lugar a espaços vazios, em razão dos conflitos ocorridos entre 1835 e 1840. Durante o levante cabano, homens pobres, negros e indígenas tomaram a cidade de Belém, impondo uma derrota ao presidente da Província. Os “rebeldes”, porém, não conseguiram se organizar, e as autoridades retomaram o poder em 1836, impondo-lhes uma derrota e promovendo uma intensa perseguição a esses sujeitos.

No século XX, antes do golpe militar, o município de Moju vivia uma realidade relativamente tranquila. A maior parte de suas localidades situava-se às margens dos rios Moju, Cairari, Jambuaçu, Ubá, entre outros de menor porte. Não existiam rodovias que ligassem o município a outras cidades. No entanto, no final da década de 1970, essas vias começaram a ser construídas, modificando o cenário e atraindo novos moradores para essas terras.

Em 1978, as rodovias PA-252 e PA-150 já estavam praticamente concluídas. A primeira ligava o município de Moju ao de Acará, e a segunda conectava Moju ao sul do Pará. A partir da construção dessa última ro-

⁴ Foram aproximadamente doze engenhos de grande produção instalados no vale do rio Moju. Entre eles, destacava-se o Jaguarary, localizado próximo à ponte sobre o rio Moju, no complexo da Alça Viária, onde ainda hoje existe um cemitério remanescente desse período.

dovia, diversos povoados foram surgindo ao longo de seu traçado até a vila de Tailândia, que, em 1988, também se tornaria município. Outros municípios igualmente se formariam às margens dessa estrada, como Goianésia do Pará e Jacundá, entre outros.

Assim, grupos de acionistas decidiram investir seus recursos, somados a vultosos empréstimos concedidos por agências financiadoras, como a Sudam, nessas novas áreas desbravadas. Chegaram empresários das regiões Sul e Sudeste do Brasil, bem como migrantes em busca de um pedaço de terra para trabalhar, pois ainda ecoava o discurso ufanista dos militares de “terras sem homens para homens sem-terra”.

José de Souza Martins (1998), no texto “A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira”, mostra que a abertura das rodovias e os empréstimos concedidos com o aval da Sudam foram grandes atrativos para esses homens que se instalaram na região.

Os principais projetos agroindustriais que chegaram ao município de Moju destinaram-se a áreas que ainda não estavam “desbravadas” e que, sob o discurso do desenvolvimento e do progresso, seriam consideradas de fundamental importância. A proximidade com as rodovias facilitaria o escoamento da produção, permitiria maior mobilidade para a chegada da mão de obra e tornaria o deslocamento muito mais prático.

No entanto, se a construção das rodovias federais atraiu, de imediato, incentivos para a Amazônia e, sobretudo, para o estado do Pará, a abertura das rodovias estaduais em Moju também impulsionou a implantação de diversos empreendimentos. É verdade que, mesmo em regiões mais distantes e não situadas às margens das rodovias, como o alto Moju, foram implantados diferentes projetos, entre os quais se destacavam empreendimentos voltados ao cultivo da seringueira, à pecuária e à exploração madeireira.

Os projetos de maior porte que se instalaram em Moju foram voltados para a agroindústria, como os de coco e de dendê. Foram, inclusive, os únicos que, até a atualidade, conseguiram se consolidar, permanecendo em funcionamento e, de certa forma, transformando a paisagem do município.

Entre os projetos citados, apenas dois conseguiram se consolidar e permanecem em atividade, com elevado potencial de produção: a Sococo, produtora de coco localizada na rodovia PA-252, que liga Moju a Acará, e a Agropalma, produtora de dendê e beneficiadora do óleo dessa

palmeira, situada na rodovia PA-150, entre Moju e o atual município de Tailândia. A Reasa, por sua vez, não conseguiu desenvolver o projeto inicialmente planejado para a região, embora também não tenha encerrado suas atividades.

Outros projetos agroindustriais também se espalharam por diferentes regiões do município, principalmente no alto Moju. Entre eles estavam o projeto Serruya, voltado para a criação de gado; o projeto Seringueira, localizado nas cabeceiras do alto Moju; e as madeireiras São Braz e Mafisa, ambas voltadas ao beneficiamento de madeira e situadas nas proximidades do rio Alto Moju.

Na região do baixo rio Moju, não houve a instalação de projetos agroindustriais de médio ou grande porte. Apenas alguns casos isolados de conflitos pela posse da terra foram registrados nessa região, sem que estivessem diretamente relacionados à implantação de grandes empreendimentos. Na região do Jambuaçu⁵, instalou-se basicamente a empresa Reasa, produtora de dendê. Em poucos anos, desde sua instalação até os primeiros anos da década de 1980, a empresa conseguiu incorporar uma extensa área de terras, que abrangia o território de várias comunidades.

Na maior parte dos casos, ou quase em sua totalidade, as famílias que viviam no município e possuíam uma determinada área de terra — um lote ou mais, como era denominada a propriedade rural — não mantinham cercas de arame para delimitar suas propriedades. Em geral, a separação era marcada apenas por uma demarcação simples, às vezes feita com um piquete. Em outros casos, a própria confiança mútua era suficiente para que se soubesse a quem pertencia determinada área, mesmo sem a presença de qualquer marco físico.

Analisando os planos dos governos militares para a região amazônica, é possível perceber que os colonos que habitavam a região não estavam inseridos nos projetos concebidos para promover o desenvolvimento econômico, uma vez que suas atividades não eram consideradas compatíveis com os discursos oficiais sobre o desenvolvimento.

Para os militares, a atividade econômica desenvolvida pelos colonos era considerada rudimentar e mal garantia a subsistência de suas famílias, que habitavam rincões de terras. Na visão oficial, essas pessoas

⁵ O Jambuaçu caracterizava-se por ser uma região formada por diversas comunidades, estabelecidas às margens do rio de mesmo nome.

não sabiam aproveitar o potencial natural que estava sendo desperdiçado e que, por meio de indivíduos com “capacidade e potencial”, poderia transformar essas áreas em sinônimo de desenvolvimento⁶.

Isso fica claro quando os projetos agroindustriais começaram a se instalar em Moju, no final da década de 1970. Até então, as famílias circulavam livremente pelas áreas de floresta, mantendo uma relação de harmonia com a natureza e, por vezes, retirando dali alimentos, como quando caçavam para sua subsistência. Com a chegada desses empreendimentos, porém, essa prática deixou de ser possível, pois as propriedades passaram a ser cercadas e vigiadas por seguranças responsáveis por proteger essas áreas.

A grande diferença entre os projetos agroindustriais que se instalavam no município de Moju e os colonos que viviam na região estava no modo de produção. As famílias encontravam-se inseridas em um modelo econômico tradicional, baseado na produção para a autossustentação, sendo comercializado apenas o excedente. Essa era uma prática transmitida ao longo de gerações na Amazônia, sobretudo em regiões mais isoladas dos centros urbanos.

Por outro lado, os projetos agroindustriais tinham como objetivo a produção em larga escala, voltada essencialmente para a comercialização. A venda da produção das empresas instaladas em Moju constituía a principal finalidade dos financiamentos concedidos pelos governos militares. Além da chegada desses projetos ao município, no final da década de 1970, outro fenômeno também provocou mudanças na estrutura familiar e no modo de vida de parte da população.

A chegada das agroindústrias a Moju culminaria não apenas no processo de expropriação das terras de muitos trabalhadores rurais, colonos e remanescentes de quilombos, mas também na intensificação da violência, que passaria a fazer parte da realidade local. Um dos casos mais emblemáticos foi a morte do vereador Edmilson Soares, ocorrida em 7 de setembro de 1984, na localidade de Ipitinga, quando ele se envolveu em um litígio com um senhor de nome Delorizano, em uma tentativa de tomar suas terras.

No episódio que ficou conhecido como o conflito dos “44”, referência ao número de homens que enfrentaram o parlamentar da Câmara Municipal e acionista da empresa de dendê Reasa, Edmilson Soares ten-

⁶ Aqui, a referência diz respeito aos projetos agroindustriais que se instalaram em Moju, como a Sococo, a Agromendes, a Reasa e os empreendimentos voltados à criação de gado.

tou, a todo custo, se apossar das terras desse senhor. Os moradores das localidades de Ipitinga e Curupeté, porém, reagiram, impedindo o avanço do vereador e de suas pretensões sobre a área.

Elias Diniz Sacramento (2009), na obra *Luta pela terra na Amazônia: o trágico 7 de setembro de 1984*, procurou relatar como se desenrolou esse episódio, que culminou em um desfecho trágico, vitimando o grileiro de terras. Para o autor, os “44”, cansados de esperar por uma solução das autoridades governamentais, que nunca chegava, decidiram impedir o avanço desse empreendimento (Sacramento, 2009).

Como resultado, ao desobedecer à ordem de parar, na madrugada do dia 7 de setembro de 1984, e disparar sua arma, um revólver, contra os “44”, estes revidaram, inicialmente com a intenção de apenas assustá-lo. Após o tiroteio, correram para suas casas e, no dia seguinte, souberam que ele havia sido morto em decorrência da disputa pela posse da terra.

Outro caso apresentado por Elias Diniz Sacramento (2022), no artigo “Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: homenagens, música e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento”, retrata a trajetória desse homem, que marcaria a história do município de Moju. Virgílio Serrão Sacramento⁷ chegou à região no final da década de 1970 e rapidamente se tornou uma importante liderança dos trabalhadores do campo.

Por conta de sua atuação em defesa dos trabalhadores rurais, tornando-se animador de comunidade, agente pastoral, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA), seria morto no dia 5 de abril de 1987, um domingo à tarde.

A morte do líder sindical, já no final da década de 1980, demonstra a realidade vivida em Moju, marcada por níveis alarmantes de violência no campo. O próprio sindicalista estava entre aqueles que mais denunciaram essa situação aos órgãos governamentais e à imprensa, chamando

⁷ Virgílio Serrão Sacramento era natural do município de Limoeiro do Ajuru. No final da década de 1960, foi trabalhar como assalariado nas terras dos japoneses, em Tomé-Açu, dedicando-se ao cultivo da pimenta-do-reino. No final da década de 1970, em razão da doença que dizimou os pimentais, mudou-se para o município de Moju, onde deu continuidade às atividades agrícolas. No início da década de 1980, já era associado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e participava ativamente da comunidade onde morava. Filiado ao PT, venceu, em 1983, juntamente com outros homens e mulheres, a eleição para a diretoria do STR, tornando-se seu presidente. Em 1987, pai de onze filhos e em razão de sua atuação na luta pela terra, foi assassinado a um quilômetro de sua casa.

a atenção para a gravidade do problema. Infelizmente, essas denúncias pareciam não sensibilizar as autoridades, e o resultado era a continuidade das expulsões de famílias de suas terras, dos espancamentos e dos assassinatos, como ocorreu com o próprio líder sindical.

A ação dos “100” e a fuga dos pistoleiros

“Destruição e incêndio no Moju”. Esse foi o título da matéria publicada na capa do jornal *O Liberal*, em 8 de janeiro de 1988. A reportagem fazia referência aos acontecimentos ocorridos no município no dia anterior, quando homens com os rostos pintados de carvão saíram de comunidades da região do Jambuaçu e, em uma ação surpreendente, chegaram à sede do município em busca do principal pistoleiro da região, Claudomiro Barbosa. Vejamos o trecho da matéria:

Foi tudo muito rápido, segundo os moradores de Moju. Cerca de 100 homens armados, pintados com carvão para disfarçar o rosto e liderados por encapuzados chegaram em caminhões e se distribuíram: um grupo seguiu para o posto da Telepará, outro para o porto das balsas, um terceiro para um pequeno supermercado, retiraram garrações plásticos de cinco litros, cada. Seguiram para o posto de gasolina, abasteceram os galões, enquanto que, no posto, se dividiram: um grupo foi a delegacia de polícia, expulsaram os policiais de serviço e quebraram tudo o que viram pela frente, rasgaram processos e incendiaram o prédio que só não ficou completamente destruído porque populares apagaram o fogo. Outro grupo foi para a casa do fazendeiro Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Bela Vista” e a derrubaram. o que sobrou, queimaram. A população de Moju não tem dúvidas em dizer que os homens vieram da colônia de Jambuaçu, palco de um antigo conflito fundiário e de onde desapareceu, há alguns dias, um lavrador conhecido como Canindé, sendo pistoleiros de Claudomiro, acusados de cometer o crime (*O Liberal*, 8 jan. 1988).

Como se pode observar no trecho acima, a população do município de Moju vivia um clima de tensão. Os moradores estavam assustados, pois a violência já fazia parte da realidade cotidiana, sobretudo no campo. Já haviam ocorrido a morte do vereador Edmilson Soares, em 1984, a do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento, em 1987, e, no final desse mesmo ano, a do presidente do PMDB local, o comerciante Manoel Coimbra, assassinado de forma bárbara e misteriosa em uma emboscada na rodovia PA-150.

Contudo, como noticiou o jornal *O Liberal*, especialmente na parte final da reportagem, o alvo dos homens com os rostos pintados de

carvão era Claudomiro Barbosa, que comandava um grupo de pistoleiros. Eles eram acusados das mortes de Canindé e de outro homem, de prenome João, que havia “desaparecido” no início de janeiro de 1988. Quando seus corpos foram encontrados, apresentavam sinais de tortura, e a notícia rapidamente se espalhou, chegando aos seus companheiros.

No entanto, havia rumores de que os moradores do Jambuaçu estavam, de fato, preparando essa ação e de que Canindé havia se “precipitado” após ingerir bebida alcoólica na cidade, quando afirmou que, sozinho, daria conta de expulsar os homens “perigosos”. Em razão disso, teria sido preso, sob a acusação de “embriaguez” e desordem. Durante a noite, porém, ele teria sido retirado da cela da cadeia pública, juntamente com “João”, levado para um local distante, onde ambos teriam sido torturados e, em seguida, mortos.

Passados aproximadamente dois dias, alguns moradores que estavam caçando perceberam vários urubus sobrevoando uma área. Ao seguirem naquela direção, encontraram marcas de sangue que os conduziram até uma cova rasa, onde estavam os corpos das duas vítimas. Em seguida, dirigiram-se à delegacia de Moju para comunicar o ocorrido à polícia.

A notícia, então, espalhou-se rapidamente, chegando à região do Jambuaçu. Diante da confirmação das mortes, os lavradores entenderam que havia chegado o momento de entrar em ação e tentar pôr fim àquela situação. Vejamos o trecho da matéria intitulada “Delegacia e casa destruídas”:

Por volta das 10 horas da manhã de ontem, cerca de cem homens armados com espingardas cartucheiras (de caça), invadiram o município de Moju, com 15 mil habitantes e a 70 km de Belém. Eles chegaram em caminhões e, numa ação ordenada, dispersaram-se em grupos pela pequena cidade. Quase que simultaneamente destruíram o posto telefônico da Telepará, invadiram e destruíram a delegacia e em seguida incendiaram a casa de Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Berra Vista” (O Liberal, 8 jan. 1988).

Prossegue a matéria:

O comissário Edwaldo Silva não hesitou em acusar o fazendeiro Claudomiro e seus funcionários, Alvim e Augustinho, como os principais pelas depredações de Moju. Os três, conforme ele, há muito vinham aterrorizando a cidade, com convivência do delegado Daniel Brandão e do sargento Modesto, - este já substituído - com tiroteios, violência gratuitas, além de serem acusados de vários assassinatos não esclarecidos. Os pistoleiros de Claudomiro costumavam promover tiroteios pela cidade, quando em-

briagados. A ação da polícia local, limita-se a apreender as armas e entrega-las de volta no dia seguinte. O assassinato de Clemente Lucas da Silva Filho, o “Quelezinho”, ocorrido no dia 25 de dezembro, até hoje, não foi esclarecido, fato que costuma acontecer no Moju. Até domingo passado estavam presos Raimundo Silva e um indivíduo conhecido como Canindé, sob acusação de roubo. Conta Edwalvado, que na segunda feira já não os encontrou nas celas. Ao indagar sobre estes ao sargento Modesto, recebeu a resposta que ambos haviam sido levados para interrogatório, fora de delegacia, quando um fugiu e outro foi simplesmente mandado embora (O Liberal, 8 jan. 1988).

Observando as informações publicadas pelo jornal *O Liberal*, percebe-se que a situação no município era motivo de grande preocupação. Os conflitos no campo, relacionados aos enfrentamentos envolvendo as agroindústrias, contavam com a atuação da pistolagem, cuja presença era percebida pela sociedade como um todo. Esses grupos espalhavam medo tanto entre a população da zona rural quanto entre os moradores da área urbana.

Não à toa, havia a participação e a convivência de agentes do poder público, sobretudo da polícia local, que intimidavam, prendiam, torturavam e, em alguns casos, matavam, como teria ocorrido com Canindé, cujo algoz teria sido o sargento “Modesto”. Desde a morte de Edmilson Soares, acionista da empresa Reasa, e do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento, a população já não sabia mais a quem recorrer para solucionar os problemas relacionados à questão fundiária no município de Moju.

Ainda sobre os acontecimentos, o jornal *O Liberal* do dia 9 de janeiro trazia mais informações sobre o ocorrido. Com o título “Dois corpos descobertos em Moju”, a matéria noticiava o seguinte:

Após um dia de revolta e depredações, os moradores de Moju viveram, ontem, um dia de calma. Mas essa calma foi quebrada a tarde, quando lavradores da região, guiados pela infalível rota dos urubus, descobriram dois cadáveres enterrados em uma cova, num ramal do km 35, da PA-150: um é lavrador conhecido por “Canindé”, cujo desaparecimento foi o estopim da revolta; outro ainda não foi identificado. Em adiantado estado de putrefação, os corpos apresentavam sinais de tortura, buracos de bala e, segundo o médico Leite – que fez a autópsia, foram queimados. Alvim, apontado como capanga de Claudomiro Barbosa, foi preso a tarde, e levado para Abaetetuba. Os inquéritos que estão apurando os conflitos ocorridos em Moju e Ipixuna, devem ser concluídos em 50 dias. Os moradores continuavam acusando Claudomiro Barbosa (O Liberal, 9 jan. 1988).

Como se pode observar na matéria, infelizmente, as mortes de Canindé e do outro senhor ocorreram com requintes de crueldade, e tudo

levava a crer que o responsável seria o senhor Claudomiro Barbosa, considerado chefe da pistolagem, como, inclusive, já havia sido mencionado pelo então comissário de polícia, senhor Mário, segundo o qual grande parte dos acontecimentos ocorridos ali, principalmente das desordens, era provocada pelos pistoleiros, que faziam o que bem entendiam.

No jornal *Diário do Pará*, de 9 de janeiro de 1988, foi publicada a matéria intitulada “Comissário veio dizer como começou a revolta”. Assim ficou registrada sua fala:

Ontem pela manhã, no Dops, o comissário de polícia de Moju, Edwaldo Gomes da Silva, comunicou que realmente provocou a revolta dos colonos, culminando com a depredação da delegacia local e do posto da Telepará, além do incêndio na casa do fazendeiro Claudomiro. De acordo com o comissário, tudo começou na segunda feira, quando o elemento, conhecido por Canindé, de arma empunho e embriagado, em uma mercearia, dizia em pleno pulmões, que estava sendo pago pelos colonos para matar o fazendeiro. Alguém que ouviu atentamente o Canindé, retirou-se do local e foi avisar o fazendeiro e a polícia. Canindé foi preso. Pela madrugada de anteontem, o sargento Modesto, da PM, chegou a delegacia dizendo que iria levar os dois presos para interrogatório nas matas circunvizinhas da cidade. Eram eles, Canindé e João. Já pela manhã, o sargento retornou só da empreitada, afirmando que os dois a haviam fugido na hora em que estavam sendo interrogados. Isto não foi o suficiente para convencer o delegado, tenente Beltrão, e muito menos o comissário. Eles passaram a creditar que o sargento Modesto havia liquidado os dois homens na mata. O sargento Modesto deixou o serviço e foi se acomodar em um hotel da cidade (*Diário do Pará*, 9 jan. 1988).

Prossegue a matéria:

O comissário Edwaldo, desconfiado, passou a diligenciar a fim de localizar Canindé e João. Voltou para a delegacia, já por volta das 10 horas, sem nenhum resultado em sua busca. E quando se encontrava com o escrivão, um soldado e dois presos de justiça no xadrez eis que surge uma turma enfurecida, composta por mais de 100 pessoas, que foram logo arrombando a porta da delegacia, perguntando pelo sargento Modesto. Como este não foi encontrado, foram até o posto da Telepará, que foi destruído. Depois, se dirigiram a casa do fazendeiro, que também foi destruída. O sargento Modesto, ao saber que estava sendo caçado para ser morto, fugiu da cidade (*Diário do Pará*, 9 jan. 1988).

Como se pode notar, os populares revoltosos tinham como intenção dar um basta na violência no município mojuense, uma vez que as duas mortes ocorridas no início do mês de janeiro, sobretudo

a de Canindé, eram o grande motivo para isso. Como já mencionado, Canindé era da região do Jambuaçu e um dos insatisfeitos com a problemática das disputas pela terra, diante da qual as autoridades nada faziam; pelo contrário, ficavam do lado dos grileiros, dos fazendeiros e até mesmo da pistolagem.

Foi esse cenário que fez com que a população dessa região se revoltasse contra esses mandos e desmandos e, nessa ação organizada, conseguisse chegar à sede da cidade e, como em uma cena de filme, colocasse os pistoleiros para “correr”. Como se soube posteriormente, os “serviçais” de Claudomiro embrenharam-se em fuga, assim como o sargento Modesto e o próprio chefe da pistolagem, Claudomiro Barbosa, que teve a casa incendiada, ficando totalmente destruída.

Vejam algumas imagens dos fatos ocorridos naqueles dias de tensão, em que o posto da Telepará ficou parcialmente destruído, bem como a delegacia de polícia e a casa do chefe da pistolagem, além de outras imagens da cidade.

FIGURA 1 – MATÉRIA SOBRE A DESTRUIÇÃO EM MOJU.



Fonte: Acervo do autor.

**FIGURA 2 – POPULARES LENDO NOTÍCIAS SOBRE
A INVASÃO DA CIDADE DE MOJU.**



Fonte: Acervo do autor.

**FIGURA 3 – POPULARES CURIOSOS SOBRE OS
FATOS OCORRIDOS NA CIDA**



Fonte: Acervo do autor.

FIGURA 4 – REFORÇO POLICIAL NA CIDADE DE MOJU.



Fonte: Acervo do autor.

FIGURA 5 – POSTO DA TELEPARÁ DESTRUÍDO.



Fonte: Acervo do autor.

FIGURA 6 – POSTO DE COMBUSTÍVEL.



Fonte: Acervo do autor.

Considerações finais

Não há como negar que a década de 1980, em Moju, foi o período em que os maiores conflitos pela posse da terra ocorreram efetivamente. Conflitos que deixaram profundas marcas, sobretudo nas populações camponesas, entre as quais imperou um grande medo de perderem suas terras e sofrerem ataques, como muitos sofreram, com intimidações, destruição de suas roças, tentativas de expulsão e as mais diversas arbitrariedades.

Pode-se dizer também que, diante desse cenário, foi o momento em que surgiram movimentos de organização social em defesa dessas pessoas, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, fundado na década de 1970, mas cujos representantes pouco faziam em favor de seus associados, principalmente no que se referia às denúncias contra fazendeiros, grileiros e à presença constante da pistolagem na região.

Com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que, a partir de 1983, passou a estar ao lado desses homens e mulheres, sobretudo na figura de Virgílio Serrão Sacramento, seu primeiro presidente combativo, e do padre Sérgio Tonetto, ligado à Teologia da Libertação, a situação teve outros encaminhamentos. Padre e sindicalista faziam denúncias constantes às autoridades da capital paraense contra os desmandos no campo mojuense. Não à toa, em razão da atuação do líder sindical, este perdeu a vida em 1987.

Mas não só isso: outros trabalhadores rurais também tiveram suas vidas ceifadas. Por outro lado, houve “baixas”, como a do acionista da empresa Reasa e vereador pelo PDS, Edmilson Soares, além de pistoleiros que também eram mortos. O cenário mojuense parecia o de uma guerra desenfreada. É verdade que não era somente esse município; grande parte do Pará vivia essa calamidade.

Todavia, a ação orquestrada dos “100” do Jambuaçu, como ficou conhecido o episódio da “invasão” da cidade, em janeiro de 1988, mudaria os rumos desse quadro por um período. Como já frisado, a situação era insustentável. No entanto, a morte de “Canindé” teria sido o estopim para a ação, que fez com que aqueles que “metiam” medo fugissem às pressas, com receio de serem mortos pelos “revoltosos”, como foi o caso do sargento Modesto, mais conhecido por “Pezão”, dos pistoleiros e do próprio chefe deles, Claudomiro Barbosa.

Durante muito tempo, em Moju, havia comentários nos bastidores de que o próprio comissário Edwaldo Silva, conhecido por “seu Mário”, havia empreendido fuga quando soube da presença dos moradores do Jambuaçu, ficando escondido em um reservatório do então posto das Centrais Elétricas do Pará, que, na época, funcionava a óleo diesel. Já os rumores posteriores mencionavam que o senhor Claudomiro Barbosa havia entrado em seu Fusca e fugido por caminho desconhecido.

Assim, o município mojuense seguiu os anos seguintes, momentaneamente em uma calmaria, mas, logo depois, outros casos de violência voltariam a acontecer. De fato, até os dias atuais, este município convive com problemas relacionados a disputas de terras, conflitos do passado que ainda permanecem no presente. Infelizmente, tão cedo volte a surgir algo parecido com o que ocorreu naquele janeiro de 1988. Tão cedo deviam surgir outros homens corajosos, como os que praticaram um ato de bravura, fazendo com que os pistoleiros de Moju fugissem para destinos desconhecidos.

Referências

- BARATA, Ronaldo. *Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense: 1980-1989*. Belém: CEJUP, 1995.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Maria. *Retrato da repressão política no campo – Brasil de 1962 a 1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: NAEA, 1998.
- FONTES, Edilza Joana de Oliveira. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da Albrás/Alunorte. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna de (orgs.). *Energia da Amazônia*. 1. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia*. Belém: CEJUP, 1996.
- MAIA, Maria Lúcia Sá e Moura; MOURA, Edila Ferreira. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; MAIA, Maria Lúcia Sá e Moura; MOURA, Edila Ferreira (orgs.). *Industrialização e grandes projetos: organização e reorganização do espaço*. Belém: Editora da UFPA, 1995.
- MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. *Luta pela terra na Amazônia: o trágico 7 de setembro de 1984*. Belém: Açaí, 2009.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. *As almas da terra: a violência no campo mojuense*. Belém: Açaí, 2012.
- SACRAMENTO, Elias Diniz. Luta pela terra na Amazônia, assassinatos: homenagens, música e poesia na história de Virgílio Serrão Sacramento. In: NUNES, Francivaldo Alves (org.). *O rural entre posses, domínios e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2022. p. 169-189.
- WOOD, Charles H.; SCHMINK, Marianne. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Editora da UFPA, 2012.

Sobre Autores

Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Colegiado de Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (PPGSC-UESPI). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História Social dos Sertões (GEPHSertões-UFMA). Desenvolve pesquisas na área de História Social do Trabalho, concentradas nos debates sobre escravidão, migrações, História indígena e indigenismo, com foco nas territorialidades dos sertões do Brasil oitocentista.

Airton dos Reis Pereira

Graduado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena (UEPA, Unifesspa, UFOPA e UFPA). Coordenador do Laboratório de Pesquisa Berohokỹ/UEPA, Campus VIII – Marabá.

Cristiana Costa da Rocha

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura (PPGSC-UESPI). Coordenadora do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho (NEHST). Pesquisadora produtividade em pesquisas CNPq. Tem experiência nas áreas de História e Interdisciplinaridade, atuando principalmente nos seguintes temas: história oral, conflitos de terra, história rural, trabalho, migrações e escravidão contemporânea.

Elias Diniz Sacramento

Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Associado II da Universidade Federal do Pará, com atuação nas áreas de História da Amazônia, História do Tempo Presente, História Oral e Movimentos Sociais.

Francivaldo Alves Nunes

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011). Pesquisador de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). Atua nos cursos de graduação do Campus de Ananindeua e nos Programas de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém) e em Ensino de História (Campus de Ananindeua), da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Rural da Amazônia, desenvolvendo pesquisas sobre conflitos de terra, apropriação territorial, agricultura, educação rural, núcleos coloniais e migração.

Igor Thiago Silva de Sousa

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022), mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2016) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (2013). Membro do Laboratório de Sociologia Não-Exemplar (UFRRJ) e do Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (CASAS). Atualmente é bolsista de pós-doutorado Nota 10 da FAPERJ no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Marcos Montysuma

Graduado em História pela Universidade Federal do Acre, mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Nova de Lis-

boa (2017). Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, História Regional do Brasil, História Oral e Memória. Atua principalmente nos seguintes temas: memória, história oral, história ambiental, gênero e meio ambiente, cultura e meio ambiente, Amazônia e populações extrativistas. Integra o Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC.

Ricardo Braga Brito

Mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente é pesquisador de pós-doutorado na mesma instituição e membro da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) e do Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (CASAS).



[2026]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 — Ananindeua — PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Refletir sobre as fronteiras entre o Meio-Norte e a Amazônia brasileira implica reconhecer que estamos diante de espaços cuja historicidade não pode ser reduzida a delimitações cartográficas, divisões político-administrativas ou simples zonas de expansão territorial. As fronteiras, sobretudo no contexto latino-americano e amazônico, constituem formações históricas complexas, produzidas por relações desiguais de poder, fluxos populacionais, disputas em torno do acesso e do controle dos recursos naturais e projetos concorrentes de ordenamento social. Mais do que margens do Estado nacional ou de biomas, esses espaços configuram zonas privilegiadas para a observação dos mecanismos de produção da modernidade brasileira, das formas de incorporação econômica de territórios considerados "periféricos" e dos conflitos sociais que emergem da imposição de modelos de desenvolvimento frequentemente excludentes.

